

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

**A NEPAD E O DESENVOLVIMENTO AFRICANO: IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO
AFRICANO NA ÁFRICA DO SÉCULO XXI**

Porto Alegre

2017

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

**A NEPAD E O DESENVOLVIMENTO AFRICANO: IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO
AFRICANO NA ÁFRICA DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2017

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

**A NEPAD E O DESENVOLVIMENTO AFRICANO: IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO
AFRICANO NA ÁFRICA DO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Jacqueline Angelica Hernandez Haffner
UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
UFRGS

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas oportunidades que me foram concedidas e pelo investimento feito na minha educação e qualificação nos últimos anos. Mantenho, sempre, meu desejo de poder um dia retribuir à altura. Ainda, gostaria de agradecer a todos os professores da Faculdade de Ciências Econômicas que me deram aulas. Cada um deles, à sua maneira, contribuiu para minha formação. Faço aqui um agradecimento a meu orientador, professor Eduardo Filippi, com quem sempre tive grande satisfação em trabalhar e a quem sou muito grato por ter aceitado assumir a função de orientador. Agradeço também aos professores Jacqueline Haffner e André Reis por terem aceito o convite para comporem a banca de avaliação. A esses três professores agradeço por todo aprendizado – acadêmico ou não – que me proporcionaram ao longo destes quase dez anos de Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Aos três, meus mais sinceros agradecimentos por manterem vivo em mim o desejo de seguir uma carreira de docência. Vocês são, para mim, exemplos do que todos os acadêmicos deveriam ser.

Ainda que seja impossível agradecer apropriadamente a todos, há algumas pessoas às quais não poderia deixar de fazer menção. Ainda que nem sempre tenham podido estar por perto, foram, cada uma à sua maneira, fundamentais para que eu completasse mais essa etapa. Fabiana Westphalen, Nilton Cardoso, Laura Quaglia, Cláudia Pfeifer, Iara Machado, Roberto Fleck, Anselmo Otávio, Luisa Calvete, André Holthausen, Victor Sansone, Leandro Bandeira, Pedro Laval, Diego Souto, Cristiano Mazzuca, Gerson Lopes e Letícia Mayer: a todos vocês, muito obrigado. Agradeço também aos amigos do curso de economia, Joanna Warpechowski, Camila Schlatter, Michele Tiecher, Ben-Hur Petry e Raphael Castro. A amizade de vocês e a companhia de todos, por certo mais breve do que eu gostaria, foram fundamentais para minha trajetória.

Agradeço também à minha família, que sempre me proporcionou as melhores oportunidades possíveis, sempre me incentivou e confiou em mim. A eles serei eternamente grato. Finalmente, gostaria de agradecer de forma especial a Luana Arosteguy, não só pela revisão do trabalho e pelas sugestões para aprimora-lo – como diria o poeta, “ecos, poucos, mas cristal” –, mas por ser uma surpresa incrível em minha vida, por deixar meus dias mais leves e por, todos os dias, o tempo todo, renovar meu espanto. Muito obrigado por toda a parceria e companheirismo.

O confronto básico que parecia ser entre o colonialismo e o anticolonialismo, efetivamente capitalismo contra socialismo, já está perdendo sua importância. O que importa hoje, a questão que bloqueia o horizonte, é a necessidade de redistribuição de riqueza. A humanidade terá que abordar esta questão, por mais devastadoras que sejam as consequências disso.

Frantz Fanon (1961)

RESUMO

Este trabalho analisa o papel da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), criada em 2001, nas mudanças socioeconômicas vividas pelo continente africano ao longo do Século XXI. A partir de uma perspectiva histórico-estrutural, o trabalho apresenta e discute o contexto socioeconômico em que a África estava inserida imediatamente antes da implementação da NEPAD, bem como as principais características e objetivos estabelecidos pela Parceria. Ainda, foram analisados diversos indicadores sociais e econômicos, de forma a viabilizar uma avaliação das mudanças ocorridas no continente bem como a análise da centralidade da NEPAD em tais mudanças. Conclui-se que podemos considerar que o continente africano vivenciou uma melhora importante em seus indicadores socioeconômicos ao longo do Século XXI, e que tal melhora pode ser considerada como ligada à NEPAD. Ainda assim, o continente avançou em um ritmo mais lento que o restante do mundo, o que indica um aumento no hiato de desenvolvimento, a despeito do avanço africano ao longo dos anos 2000. Esse desenvolvimento mais lento, por sua vez, pode ser fruto do conjunto de ideias que embasam a concepção da própria NEPAD.

Palavras-chave: NEPAD. África. Renascimento africano.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the role played by the New Partnership for Africa's Development (NEPAD), created in 2001, in the socioeconomic changes experienced by the African continent throughout the 21st Century. Through a historical descriptive perspective, the work present and discusses the socio-economic context in which Africa was inserted immediately prior to NEPAD's creation, as well as its main characteristics and objectives. Also, several social and economic data was analyzed in order to make an evaluation of the changes occurring in the continent possible, as well as NEPAD's role in such changes. It becomes clear through this analysis that the African continent experienced a significant improvement in its socioeconomic indicators throughout the 21st Century, and that such performance can be linked to NEPAD. However, the continent has advanced at a slower pace than the rest of the world, what points to an increase in the developing gap, despite African advances over the 2000s. This slower development, in turn, can be the result of the mindset that underpin NEPAD's conception.

Keywords: Africa. NEPAD. African Renaissance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados signatários do Memorando de Entendimento do APRM.....	47
Figura 2 – Estrutura da NEPAD.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Mortalidade Infantil: África X Mundo.....	57
Gráfico 2 – Parcela da população entre 15 e 49 anos infectada com o HIV/AIDS.....	58
Gráfico 3 – Expectativa de vida média: África X Mundo.....	59
Gráfico 4 – Endividamento externo africano.....	60
Gráfico 5 – Taxa de crescimento do endividamento externo africano.....	60
Gráfico 6 – Assistência Oficial ao Desenvolvimento recebida pela África.....	61
Gráfico 7 – Assistência Oficial ao Desenvolvimento: África X Mundo.....	63
Gráfico 8 – Assistência Oficial ao Desenvolvimento: proporção entre AOD para a África e AOD para o Mundo.....	63
Gráfico 9 – Taxa de crescimento dos fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento: África X Mundo.....	64
Gráfico 10 – Investimento Externo Direto na África.....	65
Gráfico 11 – Investimento Externo Direto: África X Mundo.....	66
Gráfico 12 – Investimento Externo Direto na África em proporção com o IED mundial.....	66
Gráfico 13 – Crescimento do Investimento Externo Direto: África X Mundo.....	67
Gráfico 14 – Produção de Alimentos na África.....	68
Gráfico 15 – Produção de Alimentos: África x Mundo.....	68
Gráfico 16 – Taxa de crescimento da Produção de Alimentos: África x Mundo.....	69
Gráfico 17 – Comércio Interafricano.....	70
Gráfico 18 – Comércio: Interafricano X com o Mundo.....	71
Gráfico 19 – Taxa de Crescimento do Comércio: Interafricano e com o mundo.....	72
Gráfico 20 – Proporção comércio Interafricano X com o mundo.....	73
Gráfico 21 – Produto Interno Bruto da África.....	74
Gráfico 22– Produto Interno Bruto: África x Mundo.....	75
Gráfico 23 – Taxa de crescimento Produto Interno Bruto: África X Mundo.....	75
Gráfico 24 – Produto Interno Bruto: proporção entre África e Mundo.....	76
Gráfico 25 – Produto Interno Bruto africano <i>per capita</i>	77
Gráfico 26 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> : África X Mundo.....	77
Gráfico 27 – Taxa de crescimento Produto Interno Bruto <i>per capita</i> : África e Mundo.....	78
Gráfico 28 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> : proporção África X Mundo.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
APRF	Fórum Africano de Avaliação por Pares
APRM	Mecanismo Africano de Avaliação por Pares
CAADP	Programa de Desenvolvimento Abrangente da Agricultura Africana
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
HICP	Países Pobres Pesadamente Endividados
HSGIC	Comitê de Implementação de Chefes de Estado e de Governo
HSGOC	Comitê de Orientação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD
IED	Investimentos Externos Diretos
LPA	Plano de Ação de Lagos
MAP	Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação Africana
MDG	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
MDRI	Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida
MPLA	Movimento Pela Libertação de Angola
NAI	Nova Iniciativa Africana
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
NPCA	Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Programa de Ajuste Estrutural
PIDA	Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África
REC	Comunidades Econômicas Regionais
UA	União Africana
UNDP	Escritório Regional para a África do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNECA	Comissão Econômica das Nações Unidas para a África
Unita	União Nacional para Independência Total de Angola
UNOSAA	Gabinete do Assessor Especial sobre África

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O SISTEMA INTERAFRICANO	20
3 IMPLEMENTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA NEPAD	42
4 A RELEVÂNCIA DA NEPAD NO RENASCIMENTO AFRICANO	56
5 CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender qual foi o papel da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), criada em 2001, nas mudanças socioeconômicas vividas pelo continente africano ao longo do Século XXI. Para tanto, além de apresentar e discutir não só o contexto socioeconômico em que a África estava inserida imediatamente antes da implementação da NEPAD, mas também as principais características e objetivos da Parceria, serão analisados diversos indicadores sociais e econômicos, que permitam avaliar as mudanças ocorridas no continente e, destarte, discutir a centralidade da NEPAD nestas mudanças.

Os indicadores aqui analisados serão os seguintes: taxa de mortalidade; infecção por HIV/AIDS; expectativa de vida; produção de alimentos; endividamento externo; ajuda oficial ao desenvolvimento; investimento externo direto; comércio intraafricano; produto interno bruto; e produto interno bruto *per capita*. Para todos os indicadores serão utilizados dados agregados para o continente africano como um todo – em parte por opção, já que a NEPAD é um programa continental, e em parte por limitação, já que diversos dados encontram-se disponíveis nas bases de dados consultadas apenas para o conjunto do continente –, sendo realizadas comparações com o agregado mundial.

Ao longo dos anos 2000, o continente africano, que havia experimentado mais de duas décadas de declínio econômico, conflitos e perda de importância estratégica – política e econômica – internacional, voltou a ser integrado à economia e ao plano estratégico globais. Entretanto, esse processo se deu em um contexto distinto de outrora (CARMODY, 2011; SILVA, 2008). Diversos elementos que configuraram a nova conjuntura internacional proporcionaram aos países do continente assumir uma postura mais assertiva em termos de política internacional, o que, em conjunto com outros fatores – como o significativo incremento do comércio e o recebimento de crescentes investimentos internacionais –, proporcionou uma aceleração expressiva de seu crescimento econômico. Nesse contexto, progressivamente o continente africano se tornou um espaço de disputa entre as potências centrais e as emergentes pelo desenvolvimento, aprofundamento e manutenção de laços políticos e econômicos, o que tem se mostrado positivo para os países africanos, que têm conseguido desfrutar de uma maior margem de manobra – e de barganha – em suas decisões (CARMODY, 2011). Diante disso, a NEPAD, lançada em 2001 como um plano de desenvolvimento para a África – elaborado por países do continente – com uma abordagem dos problemas africanos diferenciada daquela das instituições financeiras internacionais e

com o objetivo de reinserir o continente nos debates pelo seu próprio desenvolvimento, tem importância mister nesse processo. Compreendê-la – bem como seus impactos – é, portanto, fundamental para entender todo o processo de desenvolvimento do continente africano no século XXI.

Ademais, ainda que este não seja o objetivo principal deste trabalho, busca-se, com essa análise, contribuir para a redução de uma importante lacuna na academia brasileira – e, em certa medida, internacional – em relação aos estudos sobre a África. Como destaca Samuel Pinheiro Guimarães (1999), uma das muitas características dos Estados periféricos – categoria na qual os países do continente africano, bem como o Brasil, certamente se encaixam – é um desconhecimento mútuo quase total, que tem como origem dois fatores principais, intrinsecamente interligados. Por um lado, a escassez, ou mesmo inexistência, de estudos realizados por nacionais de países periféricos sobre aspectos dos demais Estados periféricos. Por outro, a predominância de estudos sobre os países periféricos realizados por pesquisadores oriundos dos grandes centros de poder internacionais, ou por pesquisadores fortemente influenciados pelas ideologias e estruturas de pensamento desses centros. Esses elementos fazem com que a visão dos países periféricos sobre seus pares esteja, em geral, permeada pela interpretação e pelos valores das potências centrais do sistema internacional, dificultando assim o surgimento de vínculos políticos e econômicos mais sólidos entre eles.

Nesse contexto, este trabalho é construído a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, o que se justifica por dois motivos principais. O primeiro deles é a escassez de bibliografia, sobretudo de caráter analítico, sobre o tema (além do fato de que estas, em sua maioria – senão totalidade – são produzidas por pesquisadores dos países centrais, ou fortemente influenciados pelas ideias do centro). O segundo motivo é a compreensão, consoante com a opinião de Joseph Ki-Zerbo (2010), de que é necessário, para analisar os rumos e as possibilidades futuras do continente africano e de seus Estados, compreender a sua História a partir de uma perspectiva diferente. Nesse sentido, como destaca o autor,

[...] a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

Nesse sentido, espera-se que este trabalho auxilie na diminuição dessa relevante lacuna de conhecimento, proporcionando uma visão alternativa e originada na periferia –

brasileira e não tributária das ideologias e estruturas de pensamento dos países centrais – sobre o continente africano, de forma a fomentar e aprofundar o conhecimento mútuo e, assim, viabilizar a construção de laços mais sólidos entre o Brasil e seus pares africanos.

A análise realizada neste trabalho assenta-se nas ideias de dois autores, que servem como fundo teórico para a discussão. Em primeiro lugar, destaca-se o conceito de sistema-mundo, desenvolvido por Immanuel Wallerstein (2000). De acordo com tal perspectiva, o sistema internacional é percebido como uma estrutura única e integrada – em termos políticos e econômicos – inserida na lógica da acumulação capitalista, sendo regida por leis que conduzem à exploração das economias da periferia pelas economias do centro do sistema internacional. A organização espacial do sistema-mundo, estratificada em consonância com a divisão internacional do trabalho e com a concentração da renda nas diferentes esferas de acumulação seria, nesse contexto, um resultado do processo histórico que levou à sua formação (WALLERSTEIN, 2000).

Os Estados, assim, podem situar-se em três estratos: o centro, a semiperiferia e a periferia. O centro reúne os países que concentram as atividades econômicas de maior complexidade, intensivas em capital e mais rebuscadas tecnologicamente (ou seja, aquelas de maior valor agregado). A periferia, por sua vez, concentra os países detentores de economias de baixa diversificação, especializados na produção primária, de baixo valor agregado e intensiva em mão de obra – em geral, trata-se de países profundamente dependentes da exportação de bens primários, que têm seu preço determinado, primordialmente, pela demanda dos países do centro. Já a semiperiferia agrega os Estados que possuem características tanto da periferia quanto do centro. Assim, em geral esses países possuem um grau de industrialização que não é irrelevante – mesmo que em geral esta esteja restrita a bens de consumo não duráveis e a produtos pouco sofisticados tecnologicamente –, e economias mais diversificadas, ainda que dependentes – sobretudo de capitais e tecnologias – dos Estados centrais (WALLERSTEIN, 1976; 2000).¹

Esses três estratos formam entre si uma estrutura hierárquica de poder (econômico e

¹ Isso não quer dizer, todavia, que cada um dos estratos possua apenas características próprias e que, por exemplo, os países periféricos não apresentem características semelhantes às dos Estados centrais. O que se percebe é justamente o contrário, com todos os países – sejam eles centrais, semiperiféricos ou periféricos – apresentando características dos demais estratos. O que os distingue, todavia, é o quanto de cada uma dessas características cada um dos Estados possui. Dessa forma, os Estados centrais possuem, majoritariamente, atividades econômicas complexas, os da periferia, majoritariamente, atividades pouco complexas e os da semiperiferia possuem uma concentração “equilibrada” dessas atividades. Isso é relevante porque é justamente a existência dessas características “centrais” em países fora do centro (periféricos e semiperiféricos) – em geral associada às elites desses Estados – que explica a adoção, por muitos deles, de posturas pró-sistêmicas (ARRIGHI, 1998).

político). Enquanto os países centrais exercem uma dominação sobre os semiperiféricos e periféricos – seja por meio de alianças com as elites locais, dependentes do mercado mundial, ou por meio do uso da força –, os países semiperiféricos são responsáveis por moderar as contradições existentes entre centro e periferia, servindo como um exemplo de possibilidade de ascensão para os países pobres. Isso não quer dizer, todavia, que a estrutura do sistema permita uma mobilidade ascendente para qualquer Estado, mas sim que a existência de uma semiperiferia – ou seja, um estrato intermediário –, é essencial para contrabalançar a tendência à instabilidade da economia política mundial e que seu crescimento é apenas um reflexo da tendência à expansão continuada do sistema capitalista mundial (WALLERSTEIN, 2000).

Assim sendo, os momentos de crise do sistema capitalista, segundo Wallerstein (1976), seriam propícios para que os países semiperiféricos pudessem expandir o controle sobre seus próprios mercados internos – em detrimento dos países centrais – reivindicando, assim, maiores espaços de poder nas relações internacionais e maior participação nos fluxos de investimento internacionais. Apesar disso, mesmo que os momentos de crise propiciem oportunidades para que os Estados semiperiféricos consigam mudar sua posição no sistema, essa ascensão não pode ser feita por todos, justamente porque ela é realizada às custas dos demais países daquele Estrato.² Assim, segundo Arrighi (1998, p.219),

Os Estados, individualmente, podem conseguir, e conseguem, cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semiperiferia da riqueza oligárquica do núcleo orgânico [...] Mas os êxitos, individualmente, levam a um retesamento das tendências excludoras e exploradoras dos Estados do núcleo orgânico e com isso aprofundam e ampliam o golfo para aqueles que ficam para trás. Fica, portanto, inerentemente mais e mais difícil subir de status.

O outro trabalho que sustenta teoricamente essa análise é o de Samuel Pinheiro Guimarães (1999). De forma semelhante à análise de Wallerstein, para Guimarães o sistema internacional não é uma estrutura nova e nem mesmo imparcial, organizando-se em torno de estruturas hegemônicas de poder político e econômico que são fruto de um longo processo histórico, ligado de forma direta à dinâmica dos ciclos de acumulação capitalista e às relações entre o Estado e o grande capital privado. Tais estruturas beneficiam os países que delas fazem parte; estes, por sua vez, têm como principal objetivo a sua manutenção. De acordo com Guimarães (1999, p.29), “[...] as sociedades, os Estados e os governos nunca iniciam sua atuação internacional a partir da ‘estaca zero’, com os mesmos direitos, deveres e

² Sobre isso, Wallerstein ainda pondera que essa eventual ascensão não seria um efetivo desenvolvimento, mas sim uma bem-sucedida expropriação do mais-valor mundial (WALLERSTEIN, 1976).

oportunidades”. Destarte, a utilização da ideia de estruturas hegemônicas de poder mostra-se mais adequada, pois por meio dela não se faz necessário discutir a existência, ou não, de uma potência hegemônica, ou mesmo de determinar a polaridade do sistema internacional. Ademais, tal conceito – de estruturas hegemônicas de poder – é consideravelmente mais flexível, incluindo vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais e diversos atores – privados e públicos –, além da possibilidade de incorporação de novos participantes e da elaboração permanente de normas de conduta – mesmo que sempre com os Estados nacionais ocupando o espaço central dessas estruturas (GUIMARÃES, 1999).

Dessa forma, para Guimarães (1999), o sistema internacional seria dividido em uma estrutura dual, formada pelos Estados centrais e pelos da periferia. Os países centrais seriam aqueles dotados de grande superioridade de poder político, militar e econômico em relação aos outros países e que, destarte, seriam capazes de organizar o sistema internacional de maneira a garantir e manter seus interesses. Já os Estados da periferia, por seu turno, seriam aqueles à margem do centro desenvolvido, marcados por contrastes (territoriais, populacionais, de renda e históricos) e potencialidades de desenvolvimento distintas. Frente a isso, tais Estados poderiam ser divididos em três categorias (pequenos, médios e grandes), de acordo com a relação entre o desenvolvimento de tais potencialidades e o nível de suscetibilidade a pressões políticas e econômicas externas exercidas sobre um dado país (GUIMARÃES, 1999).

Os grandes Estados periféricos seriam aqueles países não-desenvolvidos, dotados de grandes contingentes populacionais, extensos territórios não-inóspitos – e, portanto, abundância de recursos naturais –, razoavelmente passíveis de exploração econômica e onde se estruturaram mercados internos e estruturas industriais relevantes. Por não serem Estados completamente desenvolvidos, todos os grandes Estados periféricos possuem uma profunda desigualdade entre suas classes sociais, resultado da grande disparidade de renda e de propriedade por eles apresentadas (GUIMARÃES, 1999).

Os grande Estados periféricos distinguem-se dos pequenos e médios por conta de seu maior potencial científico, econômico, político e tecnológico. De acordo com Guimarães (1999, p.28),

Os países médios, mas muito especialmente os pequenos Estados da periferia, ainda que sejam capazes de acumular capital, desenvolver tecnologia e alcançar altos níveis de bem-estar, dadas as limitações de sua população e território, terão de desenvolver graus mais elevados de especialização produtiva e de depender em maior medida de insumos e de bens finais do mercado mundial, além de nele colocar parcela maior de sua produção. Por esse motivo [...] estarão mais sujeitos a choques,

naturais ou artificiais, e a pressões externas, tanto políticas como econômicas. São mais vulneráveis e dependentes das estruturas hegemônicas de poder e mais sujeitos aos efeitos da evolução dos grandes fenômenos que caracterizam o cenário internacional.

Ou seja, por conta de sua dependência dos Estados centrais, os pequenos e médios Estados periféricos se tornaram, historicamente, mais suscetíveis à configuração – imposta pelos Estados centrais – do sistema internacional, sendo, assim, muito mais vulneráveis às instabilidades externas (GUIMARÃES, 1999).

Mesmo que as ideias de Wallerstein e de Guimarães apresentem diferenças relevantes entre si, algumas semelhanças existentes entre elas permitem sua utilização conjunta como base teórica deste trabalho. De um lado, há a compreensão de que o sistema internacional não é senão o resultado de um longo processo histórico, não se tratando de uma estrutura imparcial e igualitária. Por outro, mesmo que ambos os autores considerem a existência e a relevância de atores não-estatais para as relações internacionais, os Estados são para eles as unidades de análise fundamentais. Assim, ambos apresentam o entendimento de que o sistema é dividido entre um grupo de Estados centrais – sendo estes os detentores de grande parte do poder político e econômico mundial – e um grupo de Estados periféricos, refletindo assim as desigualdades inerentes ao sistema de produção capitalista. Mesmo que a divisão dos países periféricos seja diferente para os autores (entre semiperiferia e periferia para Wallerstein, e entre pequenos, médios e grandes Estados periféricos para Guimarães), fica claro que, para ambos, o continente africano, como um todo, não está inserido no centro do sistema internacional, sendo, dessa forma, um espaço de exploração e dominação pelos países centrais do sistema capitalista.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo será realizada uma revisão histórica das relações interafricanas, do período colonial aos dias atuais, dando enfoque para os anos 2000 e para as mudanças que acompanharam o período. Ainda que se trate de uma análise majoritariamente política do período, esta se mostra fundamental para compreensão das decisões econômicas, especialmente às que levam à criação da NEPAD.³ No segundo capítulo será realizada uma análise dos objetivos e projetos realizados no contexto da NEPAD ao longo do período que compreende os primeiros quinze anos da Parceria (2001-2016). Por fim, no terceiro capítulo serão apresentados e discutidos diversos dados e indicadores sobre as mudanças sociais e econômicas ocorridas na África ao longo do Século de XXI, de forma, em conjunto com os

³ Cabe ressaltar que entende-se, nesse trabalho, como impossível fazer qualquer análise econômica descolada do contexto político em que esta está inserida.

capítulos anteriores, melhor embasar as conclusões deste trabalho.

2 O SISTEMA INTERAFRICANO

De certa forma, as raízes do sistema interafricano remontam ao período pré-colonial, e, ainda que não sejam determinantes para o seu desenvolvimento posterior, elas certamente o influenciam. Antes mesmo da chegada dos europeus, o continente africano já possuía diversos Estados estabelecidos. Estes, todavia, pouco se assemelhavam à concepção *westfaliana* de Estado. No contexto africano, o poder não era baseado no controle do território, já que este era abundantemente disponível, e as populações eram reduzidas, havendo pouca competição por espaços comuns de terra. Destarte, os Estados africanos pré-coloniais não possuíam fronteiras claramente definidas e o poder vinculava-se mais ao controle sobre populações e rebanhos do que ao domínio de territórios (HERBST, 2000).

Os processos de exploração econômica, de domínio político e de ocupação dos territórios africanos pelas potências europeias tiveram início no século XVI, baseados no sistema mercantilista e escravista. A partir de meados do século XIX, contudo, o continente africano assumiu um novo papel para as potências europeias. Uma nova classe dominante de industriais surgia na Europa, em busca de novos mercados consumidores e de fornecedores de matérias-primas para as suas produções crescentes. Nesse contexto, a Grã-Bretanha, principal nação industrial e maior potência naval à época, proibiu o tráfico de escravos, passando a combatê-lo a partir de 1807 (O'TOOLE, 2013).

Como resultado, os Estados africanos do litoral, que dominavam esse comércio, se viram obrigados a encontrar alternativas para sua sustentação, desenvolvendo a partir daí o “tráfico legal” de matérias-primas e insumos (como amendoim, óleo de palma, algodão, marfim, madeira e ouro). Esse novo comércio intensificou a disputa entre os europeus por esferas de influência no continente africano, o que foi reforçado pela crise internacional que se esboçava, evidenciando o declínio da hegemonia britânica (sinalizada pela emergência da II Revolução Industrial, pela ascensão de novas potências industriais – como Japão e EUA – e pela crise econômica iniciada na década de 1870), associada ao desenvolvimento do capitalismo, o que engendrou diversas transformações sistêmicas (POLANYI, 2000).

Nesse contexto, tornava-se cada vez mais fundamental para os europeus o controle do acesso ao interior da África, onde as matérias-primas eram produzidas, até então monopolizado pelos Estados africanos litorâneos. Companhias comerciais portuguesas, francesas e inglesas, que já disputavam entre si espaços no continente, apoiadas por seus respectivos governos, passaram, nesse contexto, a enfrentar a crescente concorrência de novos competidores, como Bélgica e Alemanha. Como forma de regular as disputas que emergiam,

entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, foi realizada a Conferência de Berlim, na qual a partilha da África foi definida, dando início, oficialmente, ao período colonial europeu no continente africano (O'TOOLE, 2013). Nesse contexto, Marx (2013, p. 523), que escrevia alguns anos antes da realização da Conferência, destaca que:

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole [...] Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial.

O período de dominação europeia sobre o continente africano estendeu-se, na grande maioria dos casos, do final do século XIX ou início do XX até entre 1956 e 1966.⁴ Esse período foi muito intenso, aprofundando os impactos que já haviam sido causados pela inclusão do continente africano na dinâmica mercantilista e escravista. Ao longo desse período buscou-se incorporar o continente à divisão internacional do trabalho, de forma que fosse possível incrementar a sua exploração econômica. Assim, buscou-se controlar territórios e populações, além de reorganizar os sistemas produtivo e de propriedade do continente (VISENTINI, 2010).

Na Conferência de Berlim, portanto, foram estabelecidas as regras para a partilha da África, e determinou-se que os colonizadores deveriam ter o controle efetivo dos territórios para garantir sua posse sobre eles⁵ (YOUNG, 2009). Assim, foram definidas fronteiras que separavam os territórios controlados pelos Estados europeus (e que remetiam ao sistema *westfaliano* de Estados), sem que houvesse qualquer respeito às dinâmicas ali preexistentes (políticas, sociais, étnicas, culturais, geográficas, etc.) (GORDON, 2013). Ainda que esse modelo de Estados (territoriais) imposto ao continente africano fosse totalmente artificial e não se aproximasse da lógica de organização política adotada anteriormente pelos nativos, ele se mostrava fundamental para regular a competição entre os europeus no continente (CLAPHAM, 1996).

Mais do que impor um modelo estatal, os europeus foram responsáveis por alterar a base social e material dos Estados africanos, introduzindo na África seus ideais e valores,

⁴ Exceção feita às colônias portuguesas e aos regimes de minoria branca na África Austral.

⁵ Para garantir esse controle os Estados europeus deveriam ter tropas e administradores nos territórios africanos (CARMODY, 2011).

além de suas estruturas políticas e econômicas (o sistema capitalista),⁶ que foram de grande importância na conformação das elites, das bases econômicas e do perfil dos novos Estados que emergiram no continente africano no século XX (VISENTINI, 2010). O novo sistema de dominação implementado na África tinha como objetivo que as colônias fossem autossustentáveis e capazes de gerar benefícios para as metrópoles, e baseava-se em ideologias colonialistas apoiadas em doutrinas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas.⁷ Para isso, o sistema transferia a soberania africana para a metrópole e seus funcionários, transformando os nativos em objetos da administração e sujeitando-os a leis, regulamentos e normas subordinadoras, em um processo de incorporação do continente à economia capitalista industrial como fornecedores de insumos agrícolas e minerais e consumidores de produtos manufaturados (MAMDANI, 2004).

Nesse contexto, as metrópoles não estavam dispostas a despender muitos recursos com o controle das colônias (o que era facilitado por sua superioridade militar e por acordos estabelecidos com alguns atores locais). Todavia, os recursos necessários para a construção dos Estados que não estavam disponíveis na África (como poder militar, tecnologias de comunicação, organização burocrática, etc.) eram fornecidos pelas potências industriais europeias, assim como aqueles necessários para o estabelecimento de estruturas de produção capitalista no continente (CLAPHAM, 1996). Além disso, diversas formas de taxaço (como impostos sobre exportação e importação e também sobre pessoas) foram impostas às populações africanas, como forma de financiar as colônias (DeLANCEY, 2013).

Através da exploração dos recursos minerais por companhias metropolitanas (que recebiam concessões de jazidas e contavam com ferrovias – também construídas por empresas metropolitanas – que iam até os portos de escoamento) e da reorganização da estrutura produtiva, focada, a partir de então, na produção de produtos primários (voltados, assim como os recursos naturais, para a exportação), esses Estados passaram a ser incorporados, como região periférica e subordinada, à economia global (CLAPHAM, 1996; WALLERSTEIN, 2004). O comércio exterior, dessa forma, passava a se configurar como elemento fundamental para a existência desses Estados, alterando a estrutura básica de suas economias. Além disso, a dependência dos novos Estados de expedientes estrangeiros também foi reforçada pela imposição das religiões externas como oficiais (ainda que as tradicionais continuassem tendo

⁶ Diversos processos foram utilizados para a modernização dos territórios coloniais. Entre eles destacam-se a apropriação das terras africanas e a submissão dos africanos a impostos monetários, como forma de financiar os custos da colônia e para obriga-los a buscar trabalho assalariado ou dedicar-se a produzir o que era demandado pela metrópole (WALLERSTEIN, 2004).

⁷ Independentemente da retórica defendida, entretanto, a ideia de uma “missão civilizadora” estava sempre presente (O’TOOLE, 2013).

relevância) e dos idiomas dos colonizadores como língua oficial (o que se fazia, por exemplo, através da educação, que era fornecida a determinadas parcelas da população,⁸ nesses idiomas) (CLAPHAM, 1996).

A incorporação do continente e de sua população à divisão internacional do trabalho teve como efeito, entre outros, a sua modernização, com a implementação da propriedade privada e do trabalho disciplinado, produtor de valores de troca; e com a transformação dos camponeses em proletários (VISENTINI, 2010). Com a expansão da exploração do continente de seu litoral – onde teve início – para o interior, tornou-se cada vez maior a necessidade de construção de uma rede de infraestrutura mais complexa, que favorecesse o escoamento da produção, como complexos de ferrovias, rodovias e portos (O'TOOLE, 2013). Além de aportar tecnologias e equipamentos modernos para a economia colonial, esses complexos, ao ligarem o interior ao litoral, integravam economicamente populações antes dispersas, geravam novos fluxos populacionais, criavam novas rotas de comércio e proporcionavam o surgimento, nos entroncamentos, nas estações e nos portos, de novas cidades (DeLANCEY, 2013).

À medida que a economia colonial se tornava mais complexa, a demanda por mão de obra especializada e por funcionários nativos qualificados foi se ampliando, o que levou à criação de sistemas de educação e de formação geral de trabalhadores. Mesmo que se tratasse de sistemas restritos, eles foram responsáveis pela formação de elites locais, que, juntamente com aqueles africanos que realizaram seus estudos universitários no exterior (sobretudo nas metrópoles), posteriormente passaram a integrar os movimentos nacionalistas, defendendo ideias de autogoverno e de soberania. Apesar disso, importa ressaltar que a construção de infraestrutura e o desenvolvimento dos sistemas de saúde e educação, entre outros, foram meras consequências das necessidades dos colonizadores, e não o resultado de alguma forma de preocupação com o desenvolvimento de capacidades de autossuficiência dos Estados africanos (GORDON, 2013).

Os eventos no cenário internacional que se seguiram a partir do início da segunda década do século XX – Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Revolução Soviética (1917), Crise Econômica de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – tiveram grande impacto no continente africano, e foram de suma importância para as independências e para as relações interafricanas posteriores. Durante a Primeira Guerra, foram mobilizadas frentes

⁸ A questão da educação tem uma grande importância nesse contexto. Uma vez que ela não era fornecida a toda a população, apenas uma parcela desta conseguia se aproximar do (e, posteriormente se inserir no) aparato estatal, gerando diferenças importantes entre os indivíduos.

de trabalho nas metrópoles e também nas colônias, e cerca de 2,5 milhões de africanos foram convocados para os combates ou como mão de obra.⁹ Destes, muitos chegaram a substituir europeus em funções de relativa relevância no continente africano, e diversos outros foram engajados em combates na Europa. Além disso, o continente foi responsável pelo fornecimento de recursos financeiros e de matérias-primas – que poderiam ter sido usados para o seu próprio desenvolvimento – para as metrópoles (d'ALMEIDA-TOPOR, 2003).

Esses fatores, em conjunto, legaram um significativo impacto social, econômico, político e ideológico para o continente. Era a primeira vez que os africanos viam uma guerra entre os europeus e eram chamados a ajudá-los. Ao final, restava entre eles a consciência de terem participado do conflito e de terem sido fundamentais para a vitória das metrópoles aliadas. A repercussão do conflito mundial, entre os africanos, associada ao visível enfraquecimento das metrópoles europeias ao final da guerra, e a um contexto de aumento demográfico generalizado, bem como um aumento nas taxas de urbanização, serviu como incentivo às lutas por independência (d'ALMEIDA-TOPOR, 2003).

Aliados a esse contexto, a Revolução Soviética e os Quatorze Pontos de Wilson, que propagavam a ideia de autodeterminação, reforçaram o declínio das metrópoles europeias e os movimentos político-ideológicos pró-emancipação colonial. Essa perspectiva foi intensificada pelo significativo declínio dos fluxos comerciais e financeiros internacionais, gerados pela Grande Depressão, em 1929, que tiveram forte impacto social e econômico¹⁰ sobre o continente africano (VISENTINI, 2010).

A Segunda Guerra Mundial, por sua vez, foi um divisor de águas na trajetória dos governos coloniais, ajudando a fomentar a consciência política dos africanos, e marcando o início de um período de intensas mudanças (NUGENT, 2004; O'TOOLE, 2013). Além de ter sido campo de batalha, a África teve, novamente, importante papel como fornecedora de matérias-primas (como minérios e borracha) e de tropas para as potências europeias beligerantes.¹¹ A necessidade de um aumento na produção e fornecimento de matérias-primas levou as metrópoles a realizarem investimentos na melhoria e construção de ferrovias,

⁹ A França, sozinha, mobilizou cerca de 370.000 africanos como soldados, e entre 240.000 e 310.000 para trabalharem nas indústrias, portos, etc (d'ALMEIDA-TOPOR, 2003).

¹⁰ A queda acentuada dos preços internacionais das *commodities* africanas foi acompanhada por uma diminuição no volume de exportações, e por uma consequente redução no nível de vida (já baixo) das populações africanas (d'ALMEIDA-TOPOR, 2003).

¹¹ Além disso, nos casos francês e belga os territórios tiveram um papel ainda mais importante durante a guerra. Frente à dominação nazista dos territórios metropolitanos – e de parte das colônias – de França e Bélgica, os territórios coloniais livres passaram a servir de base segura para a organização dos movimentos de resistência (NUGENT, 2004).

rodovias, pontes, portos e aeroportos, o que foi acompanhado por um aumento no número de africanos incorporados à estrutura administrativa das colônias (GORDON, 2013).

Como resultado dessa fundamental participação e das mudanças nas colônias, começaram a se intensificar, no imediato pós-guerra, as reivindicações, pacíficas ou violentas, pelas independências, assim como o surgimento de diversos movimentos nacionalistas (FLINT, 1983). Em resposta, as metrópoles tentaram criar mecanismos que atrasassem o processo (TANGRI, 1985). Como destaca Visentini (2010, p.92),

[...] em linhas gerais, as potências coloniais anteciparam-se no amadurecimento do protesto independentista, e puderam controlar, em linhas gerais, a descolonização. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornou-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma pouco numerosa burguesia e burocracia nativas previamente cooptadas. Os primeiros países africanos a libertar-se, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar a este tipo de dependência.

Assim, entre 1945 e 1960, partidos nacionalistas ganharam força e apoio popular no continente, vencendo eleições locais¹² e pressionando as metrópoles por mais direitos políticos e, em última instância, pela independência (O'TOOLE, 2013). Paralelamente, o sistema internacional que emergiu ao final da Segunda Guerra, com a ascensão de URSS e EUA ao posto de superpotências mundiais, e com a formação da Organização das Nações Unidas (ONU), se mostrou fundamental para as independências africanas. Por um lado, os princípios da ONU, que regulavam o funcionamento do novo sistema, eram baseados no respeito à soberania estatal, e davam grande importância para o princípio da não-agressão (fruto da experiência das duas guerras mundiais), considerando que a proteção dos territórios estatais era requisito indispensável para a paz mundial. Por outro lado, as superpotências eram defensoras do anticolonialismo (VISENTINI, 2010).

Frente à oposição das superpotências e dos movimentos nacionalistas africanos (e também das demais ex-colônias, sobretudo na Ásia – parte do Terceiro Mundo – que já haviam conquistado suas independências ao longo da década de 1950) ao colonialismo, a permanência das potências europeias no continente africano tornava-se cada vez mais insustentável, o que era percebido claramente por algumas lideranças (sobretudo britânicas, francesas e belgas) (KEYLOR, 1997). Estas, então, compreenderam que uma transição rápida

¹² A partir de 1950, em diversos casos, os africanos passaram a ter mais participação em votações para conselhos legislativos que detinham poderes relativamente significantes (GORDON, 2013; O'TOOLE, 2013). Essa medida, contudo, não tinha a intenção de aumentar o poder dos africanos, e sim de perpetuar o domínio colonial europeu (NUGENT, 2004).

e sem turbulências diminuiria o nível de conflito entre elas e as lideranças nacionalistas, evitando assim a formação de lideranças políticas radicais e de organizações nacionalistas com ampla base de apoio, e permitindo, portanto, reter o máximo de poder político e (sobretudo) econômico possível.

Dessa forma, ainda que nem sempre tenham tido sucesso, as lideranças coloniais buscaram excluir movimentos nacionalistas percebidos como perigosos, apoiando aqueles líderes e partidos que se mostravam mais “amigáveis” aos interesses europeus (GORDON, 2013). Assim, em 1956, a França concedeu independência aos territórios do Marrocos e da Tunísia, e, em 1957, a Costa do Ouro (atual Gana) tornou-se independente da Grã-Bretanha, sendo a primeira nação negra africana a conquistar a independência. A partir daí, até o final da década de 1960, grande parte dos Estados africanos se tornaram independentes.¹³ Nesse contexto, o ano de 1960, o “Ano Africano”, marcou o auge da descolonização, com dezessete nações atingindo a independência. Devido à divisão do continente feita na Conferência de Berlim, o território africano acabou sendo dividido entre oito¹⁴ potências coloniais, que apresentavam níveis de desenvolvimento, riqueza e necessidades diferentes. Isso gerou uma significativa heterogeneidade administrativa, linguística e cultural entre as colônias, com grande impacto sobre os Estados africanos – e, conseqüentemente, sobre o sistema interafricano – pós-independência.

Associado ao grande número de potências colonizadoras, o tamanho e a quantidade de Estados que surgiram após às independências também se configuram como fatores importantes para o sistema interafricano. A divisão do território continental, baseada sobretudo em expedientes econômicos e estratégias políticas das potências imperialistas europeias, associada ao processo de descolonização, proporcionou a emergência de um grande número de Estados na África (GORDON, 2013). Enquanto entre o fim da Segunda Guerra e 1956 havia apenas oito Estados africanos independentes,¹⁵ entre 1957 e 1966 esse número se expandiu para 38,¹⁶ pouco mais de 30% dos Estados membros da ONU à época.¹⁷

¹³ As independências nas colônias de povoamento, todavia, só foram conquistadas posteriormente, e por meio de luta armada (O'TOOLE, 2013).

¹⁴ Bélgica, França, Alemanha (até 1919), Itália, Portugal, África do Sul (substituindo a Alemanha na Namíbia), Espanha e Reino Unido (GORDON, 2013).

¹⁵ Libéria, Etiópia, Líbia, Egito, Sudão, Tunísia, Marrocos e África do Sul (KEYLOR, 1997).

¹⁶ Em 1957 Gana ficou independente do Reino Unido, e em 1958 foi a vez da Guiné ficar independente da França. No ano de 1960, ficaram independentes da França Camarões, Congo-Brazzaville (atual República do Congo), Gabão, Chade, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Níger, Senegal, Mali, Madagascar e Maurítânia; da Grã-Bretanha Somália e Nigéria; e da Bélgica o Congo-Leopoldville (atual República Democrática do Congo). Em 1961 a Tanzânia ficou independente do Reino Unido. Em 1962, Ruanda e Burundi ficaram independentes da Bélgica, a Argélia ficou independente da França

Por um lado, esse processo se mostrou positivo para os países africanos, que passaram a possuir peso considerável nos fóruns multilaterais internacionais. Por outro, entretanto, ainda que alguns dos Estados nascentes tivessem um tamanho expressivo (como Nigéria, Sudão, Angola e Congo), havia outros de extensão extremamente reduzida (como Gâmbia, Cabo Verde, Ruanda e Djibuti).

O tamanho diminuto impôs uma série de restrições a esses Estados, como reduzidos mercados nacionais, poucas reservas minerais e pequenas áreas agricultáveis, o que, em geral, tornou-os mais vulneráveis às flutuações dos mercados de *commodities* e do sistema econômico global¹⁸ (YOUNG, 2009). Além da questão dimensional, a localização de vários Estados africanos também se mostrou determinante. Muitos dos Estados nascentes eram desprovidos de saídas para o mar, o que contribuiu para intensificar a sua dependência de atores externos. Essas diferenças entre os tamanhos dos Estados e entre suas localizações gerou diferenças de capacidade nos mais diversos níveis (desenvolvimento econômico, construção nacional e estabilidade, por exemplo) (GORDON, 2013). Assim como as diferentes heranças coloniais, essa questão foi determinante no estabelecimento do padrão de interação dos novos Estados com as ex-metrópoles.

O contexto internacional em que as independências africanas aconteceram se mostrava, a princípio, potencialmente ameaçador para Estados frágeis como estes. No auge da Guerra Fria, o mundo estava dividido entre duas superpotências, que controlavam as estruturas produtivas e de comércio internacional, e que possuíam forças militares incontestes. Nesse contexto, os Estados africanos se mostravam certamente muito frágeis e incapazes frente aos demais Estados do sistema internacional. Apesar disso, entretanto, os princípios *onusianos* de não-agressão, de respeito à soberania, de autodeterminação e de descolonização se mostraram como garantias importantes para a existência dos Estados africanos. Além de coíbi-rem conflitos entre os Estados pós-coloniais, ajudavam os governos destes a manter sua autoridade sobre os territórios nacionais, sendo fundamentais na regulação das relações entre eles (CLAPHAM, 1996).

As prerrogativas do sistema internacional pós-1945 garantiam que, quando da independência dos Estados africanos, estes, ainda que não tivessem capacidade real de se proteger, gozariam de relativa segurança internacional. Elas também garantiam que, através

e Uganda ficou independente do Reino Unido. Em 1963, o Quênia, em 1964, o Malauí e Zâmbia, em 1965, Gâmbia e, em 1966, Botsuana e Lesoto se tornaram independentes do Reino Unido.

¹⁷ Em 1966, a ONU possuía 122 países membros (UN, 2014a).

¹⁸ Isso, em muitos casos, diminuía sensivelmente a capacidade desses Estados de posicionar-se de maneira assertiva no cenário internacional, já que eram extremamente dependentes de atores externos.

do reconhecimento de sua soberania, esses Estados passariam a ter acesso a assentos (e voz) em organizações internacionais, além da possibilidade de firmar acordos, o que lhes dava certo poder. Além disso, elas eram benéficas não só para os próprios africanos, mas também para as superpotências e para as potências colonialistas (CLAPHAM, 1996).

Os Estados africanos não dependeram diretamente das superpotências para as suas independências, tampouco se localizavam (à exceção do Chifre da África) em uma região de grande importância geoestratégica (e de disputa) para as superpotências e, portanto, não foram inseridos imediatamente em suas esferas de influência, o que lhes aportava considerável liberdade de ação. Ainda assim, para as superpotências, as prerrogativas do sistema internacional (e a emergência desses Estados) se mostravam positivas, pois “abriam espaços” em antigas esferas de influência europeias nas ex-colônias, possibilitando a expansão de suas redes de aliança. Já para os europeus, elas facilitavam a sua saída do continente, o qual não podiam mais (ou não estavam dispostos a manter os custos para) controlar diretamente (CLAPHAM, 1996).

Independentemente do modelo colonial que havia sido desenvolvido em cada uma das colônias, em geral as elites locais que lideraram os movimentos de independência se mostraram fortemente comprometidas com a manutenção dos Estados criados pelos colonizadores. Era não só mais fácil, mas também menos custoso (e sobretudo mais interessante para algumas dessas lideranças) manter estruturas e sistemas administrativos que já estavam estabelecidos, e nos quais diversas dessas lideranças já trabalhavam, do que, junto com o turbulento processo de independência, criar novas estruturas políticas. Além disso, as fronteiras definidas pelos europeus criavam entidades administrativas passíveis de serem reconhecidas por outros Estados como Estados soberanos no sistema internacional, e portanto se mostravam interessantes às lideranças.¹⁹ Dessa forma, as lideranças africanas que assumiram o poder adotaram o modelo de Estado colonial, e usaram-no como base para a construção de um nacionalismo genuinamente africano (CLAPHAM, 1996).

A manutenção das estruturas estatais, apesar de possuir aspectos positivos (ligados ao reconhecimento do Estado no sistema internacional), também tinha sérias implicações negativas. Os novos Estados eram desprovidos de mão de obra capacitada (médicos,

¹⁹ Nesse sentido, à época das independências, quase todos os Estados africanos cumpriam com o que Clapham (1996) define como “Mito do Estado” (possuíam fronteiras demarcadas; lideranças reconhecidas; integridade territorial sem ameaças – com raras exceções; e capacidade governamental - ainda que baixa - reconhecida), ainda que esse tenha sido, rapidamente, desconstruído.

engenheiros, administradores e professores) e tinham uma estrutura de classes fragmentada.²⁰ Além disso, careciam de redes de transporte que interligassem todo o território (essas limitavam-se a ligar as regiões produtoras aos portos de exportação) e de infraestruturas de qualidade (como hospitais, escolas, indústrias, etc.) (VISENTINI, 2010). A partir da manutenção das antigas estruturas, os Estados africanos herdaram economias fracas, pouco integradas, severamente distorcidas e com pouco capital disponível. Frente a isso, independentemente da orientação política que era adotada pelas lideranças africanas, grande parte desses novos Estados dependiam essencialmente da exportação de *commodities* para a sua sustentação econômica (GORDON, 2013).

Internamente, a manutenção dos sistemas de produção garantia a preservação dos interesses estrangeiros. Essa realidade, dessa forma, impôs a manutenção de uma relação de dependência persistente e multifacetada desses países em relação a Estados mais avançados economicamente. A falta de técnicos e a carência tecnológica transformavam a subordinação dos países africanos em estrutural, e garantia a permanência destes na periferia da divisão internacional do trabalho (HYDEN, 2006). A falta de recursos e a dependência externa, por sua vez, deixavam pouca margem de manobra para os nascentes países africanos. As decisões, estratégias e mesmo a soberania dos países que emergiam continuavam, na maioria dos casos, subordinadas aos mercados, indústrias, recursos e especialistas externos, configurando uma relação tipicamente neocolonial (GORDON, 2013).

Através das relações neocoloniais com as ex-metrópoles, os países africanos obtinham o estabelecimento de programas de ajuda e de relações econômicas privilegiadas, auxílio técnico e concessão de favores, o apoio em caso de crises internas e ameaças externas e o tratamento pessoalizado dos dirigentes africanos pelos antigos colonizadores, o que favorecia a busca das elites africanas por legitimação interna e por inserção na ordem internacional. As ex-metrópoles, por sua vez, viam-se beneficiadas, pois conseguiam, além de manter sua influência – política e econômica – no continente, angariar votos favoráveis em fóruns internacionais (como a ONU) e estabelecer bases militares na África.

É de suma importância ressaltar, todavia, que essa relação, mais do que uma imposição europeia aos africanos, tratava-se de um fenômeno constitutivo da própria política africana, sendo buscada por alguns de seus protagonistas como forma de atingir seus objetivos

²⁰ Além disso, os novos Estados agrupavam grupos distintos e separavam grupos afins. Eventuais rivalidades – ou mesmo a própria diferença – entre esses grupos haviam sido fomentadas pelos colonizadores, como forma de facilitar a dominação, legando consequências nefastas para esses Estados, que se expressaram, posteriormente, em problemas de minorias e de “tribalismo”, e também em guerras civis (resultados não das relações tradicionais africanas, mas sim de sua apropriação e distorção pelos europeus) (MAMDANI, 2004).

(VISENTINI, 2010). A França, nesse contexto, foi a principal potência neocolonial, desenvolvendo uma ampla estrutura burocrática, que se estruturou como uma política de Estado, para dar sustentação a essa relação, atuando como o *gendarme* das potências ocidentais no continente ao longo da Guerra Fria (VERSCHAVE, 2004).

Alternativamente ao modelo neocolonial, alguns Estados adotaram um modelo autonomista, em que buscavam promover seu desenvolvimento procurando um equilíbrio entre as principais forças externas. Esse posicionamento permitia a essas lideranças estabelecer posições autônomas frente aos outros Estados africanos e do Terceiro Mundo, possibilitando o estabelecimento de relações independentes, na medida do possível, das potências externas. Nesse contexto, a maioria desses Estados implementou um modelo de desenvolvimento de economia mista, de viés socialista e/ou nacionalista. Eles buscavam desenvolver a economia nacional em novas bases, aliando a iniciativa privada nacional e transnacional à intervenção estatal (sobretudo no setor industrial e de infraestrutura), e criando um setor cooperativo para a economia camponesa. Esse modelo, que ficou conhecido como via não capitalista de desenvolvimento, entretanto, era altamente dependente do voluntarismo político das elites nacionalistas e esquerdistas, tendo pouca adesão na massa da população (VISENTINI, 2010).

Os primeiros anos da década de 1960, assim, marcaram um período de intensa preocupação dos dirigentes dos países africanos nascentes com uma série de desafios comuns impostos pela independência: problemas territoriais impostos pela unificação de grupos étnicos e regionais; preocupações com o fortalecimento do seu próprio partido e do seu poder sobre as massas e sobre as lideranças oposicionistas; com a luta contra a pobreza, a doença e a ignorância; com a segurança do país no contexto da Guerra Fria; e com a ameaça de golpes de Estado (KODJO; CHANAIWA, 2010). Apesar de compartilharem (ao menos formalmente) os desejos por liberdade, os valores anticolonialistas e o repúdio e combate aos regimes racistas, a divisão dos países africanos em neocoloniais e progressistas culminou – a partir de 1960, com a derrubada de Patrice Lumumba, no Congo, e posterior divisão do país em diversas facções²¹ – na formação de blocos antagônicos, o Grupo de Monróvia²² e o Grupo de Casablanca (CERVENKA, 1977).

²¹ Alguns dias após a independência do Congo, o novo país experimentou um motim das Forças Armadas, intervenção belga, a secessão da província de Katanga (rica em minérios) e instabilidade generalizada (CLAPHAM, 1992).

²² O grupo de Monróvia compreendia doze países do Grupo de Brazzaville (Camarões, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Alto Volta, Madagascar, Mauritânia, Níger, República Centro-africana, Senegal e Chade), que defendiam o estabelecimento de acordos de cooperação e coordenação econômica entre os países africanos (e não um projeto de integração continental), além dos membros de um outro grupo (que

O primeiro, fundado em dezembro de 1960, era integrado por vinte membros (em sua maioria francófonos), e tinha ligações com o neocolonialismo. O grupo baseava-se no direito de cada país de ter uma existência independente, na manutenção das fronteiras coloniais e do respeito à soberania e na não ingerência nos assuntos internos dos Estados, sendo favorável a uma confederação “maleável” de Estados africanos, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntárias. O segundo grupo foi criado em 1961, como resposta ao primeiro, e era integrado por sete países²³ militantes do pan-africanismo, do socialismo e do não alinhamento, propondo uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles, preconizando uma planificação e um desenvolvimento econômico centralizado, além de um sistema de defesa e de segurança em esfera continental e a unidade africana, sob todos os aspectos (KODJO; CHANAIWA, 2010).

Frente a essa divisão, o imperador etíope Hailé Selassié organizou uma conferência de Estados africanos em Adis Abeba, em 1963, que tinha por objetivo pôr fim às divergências, unindo os dois grupos, e promovendo a criação de uma estrutura pan-africana comum. Após um processo intenso de negociações, trinta chefes de Estado ou de governo de países africanos independentes aprovaram a criação da Organização da Unidade Africana (KODJO; CHANAIWA, 2010). A OUA, baseada em ideais pan-africanistas e na ideia dos Estados africanos de criarem uma estrutura forte e unificada para combater o jugo colonial e o racismo, e promover o desenvolvimento econômico e a estabilização política dos Estados-membros, tinha como principais objetivos a união e solidariedade entre os Estados africanos, a promoção e organização da cooperação entre eles, o fim do colonialismo no continente africano e a promoção da cooperação internacional (VISENTINI, 2010; MANELISE; KORNEGAY; STEPHEN, 2000).

Nesse contexto, como destaca Wallerstein (1967), a criação da OUA foi responsável por transformar o pan-africanismo de uma ideologia mobilizadora em uma aliança de elites governantes, fundando assim um Sistema de Estados Africanos (e dando início a um novo período na vida política do continente). Ainda que, posteriormente, a organização tenha tido pouco sucesso na resolução dos conflitos mais graves do continente, ela se manteve porque servia às necessidades diplomáticas dos Estados africanos, sendo responsável por mediar

originalmente tinha o nome de Grupo de Monróvia). Este, por sua vez, era liderado pela Nigéria e contava com a participação de Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Somália, Togo, Tunísia e Congo (Kinshasa). Para os membros desse grupo uma união continental supranacional deveria ser construída gradualmente, através da cooperação crescente entre os países em diversas áreas (como economia, educação, ciência, desenvolvimento social, etc.) (SCHRAEDER, 2013).

²³ Egito, Argélia, Líbia, Mali, Marrocos, Guiné e Gana.

disputas menores e articular uma posição comum para o continente em relação ao *apartheid* e ao desenvolvimento econômico (CHAZAN, 1992).

Ao longo da segunda metade da década de 1960 e primeira metade da década de 1970 as diferenças entre os Estados neocoloniais e os reformistas se aprofundaram. Enquanto os primeiros gozavam de amplo apoio das potências ocidentais, os reformistas, todavia, pouco podiam contar com o apoio por parte do campo socialista. A URSS e os países do bloco econômico soviético, apesar de implementarem programas de ajuda econômica e de assistência técnica, o faziam de forma modesta, não tendo jamais um plano articulado de inserção no continente, e respeitando o *status quo* regional (de primazia francesa no continente) (GORDON, 2013).

Concomitantemente a esse contexto, as estruturas políticas de inspiração democrática liberal parlamentar adotadas à independência, rapidamente mostraram-se incapazes de atender às expectativas dos africanos. A fragilidade dessas estruturas e das economias africanas, associadas às amplas necessidades sociais dos países, às expectativas das populações, e à falta de apoio interno aos governantes (que se mostravam, em geral, incapazes de atender essas expectativas), aportava uma grande insegurança política a essas lideranças. Temerosas de perder o poder, e também sua vida, como destaca Clapham (1996), grande parte dessas elites buscou rapidamente consolidar seu poder e expandir o seu controle político do aparato estatal (GORDON, 2013). Assim, diversos golpes de Estado – principalmente militares – foram realizados, tanto nos países neocoloniais-conservadores, quanto nos nacionalistas-progressistas, implantando grande número de regimes autoritários personalistas ou de partido único no continente. Estes, além de centralizarem o poder, o que era visto por muitas lideranças como necessário para a unidade nacional e para o desenvolvimento econômico, serviam de elo de ligação entre o Estado e a sociedade (GORDON, 2013).

Muitos desses golpes, especialmente os militares, possuíam um caráter progressista e modernizador, uma vez que as Forças Armadas eram uma das poucas forças de expressão nacional, que ultrapassava as divisões étnico-regionais e estavam em contato com a realidade social dos países (VISENTINI, 2010). Nesse contexto, o que se viu foi uma expansão do próprio aparato estatal, focada no fortalecimento das burocracias estatais, do executivo e das forças de segurança. Assim, foram criados diversos ministérios (como de economia, de transportes, de educação, etc.) e empresas estatais²⁴ (nas áreas de agricultura, de *commodities*

²⁴ Esse processo mantinha relações diretas, em grande medida, com o período colonial. O modelo colonial, focado na produção e exportação de *commodities* e baseado no pagamento de baixos salários, praticamente inviabilizou o acúmulo de riqueza por parte dos africanos e o surgimento de uma classe média. Sem esse

minerais, de ferrovias, de energia e etc.), e foi realizada uma expansão do aparato de segurança do Estado (polícia e exército, que durante o período colonial eram controlados pelos europeus) (GORDON, 2013).

A década de 1960 também marcou uma tentativa de aproximação de Israel com as nações do continente africano. Tentando contornar seu isolamento pelos países árabes, além de enfraquecer a influência da Revolução Argelina e do nasserismo no Oriente Médio e junto aos movimentos de libertação nacional africanos, o país estabeleceu expressivos programas de ajuda²⁵ em mais de trinta países da África negra, estreitando seus vínculos diplomáticos com os Estados africanos conservadores. A investida diplomática israelense se mostrou, a princípio, bastante efetiva. Todavia, após a Guerra dos Seis Dias (1967), as relações israelenses com os países africanos se deterioraram severamente. Com a ocupação do território egípcio do Sinai, a OUA estabeleceu um comitê investigador, que acabou concluindo que Israel, ao invadir o Egito, ferira um dos princípios básicos da Organização: a intangibilidade das fronteiras. Como Israel não aceitou o relatório final, uma resolução recomendando o rompimento de relações dos países membros com o país foi implementada (CLAPHAM, 1996).

O apoio econômico crescente dado pelos países árabes da OPEP aos africanos, aliado à Guerra do Yom Kippur, em 1973, levaram a grande maioria dos Estados africanos a romperem relações com Israel, marcando o auge da atuação da OUA (CLAPHAM, 1996). Com a perda de espaço no continente, Israel concentrou suas relações diplomáticas e sua cooperação em regimes direitistas (como o Marrocos) e racistas (como a África do Sul, país com o qual Israel passou a cooperar inclusive na área de tecnologia nuclear) (VISENTINI, 2010; CHAZAN, 1992).

O início da década de 1970 foi marcado por um contexto de crise econômica mundial, que teve significativo impacto sobre os países da periferia – e, portanto, sobre os países africanos. Diversos fatores foram fundamentais para desencadear essa crise: o fim do padrão-ouro, em 1971; a reestruturação da produção e a nova divisão internacional do trabalho; a globalização financeira; a Revolução Científico-Tecnológica; e a elevação dos preços de algumas *commodities* – especialmente o petróleo –, desde 1971. Todos esses elementos relacionavam-se diretamente com um desgaste da hegemonia estadunidense e, em uma

desenvolvimento, praticamente não havia atores privados capazes de realizar investimentos produtivos nos países africanos. Nesse contexto, apenas os Estados se mostravam capazes, através de seus poderes de taxaço e de arrecadação, de reunir os recursos necessários para promover o desenvolvimento dos países (GORDON, 2013).

²⁵ Os programas concentravam-se nas áreas de agricultura, engenharia, treinamento de segurança, gestão e manejo de águas, entre outros (CHAZAN, 1992).

tentativa de diminuir esse desgaste, os EUA implementaram a Doutrina Nixon. Através dela, o governo americano buscava transferir aos aliados regionais um maior papel nas tarefas de segurança, e estabeleceu uma aliança antissoviética com a China, que havia rompido com a URSS na década anterior. Em grande desvantagem estratégica, os soviéticos buscaram apoiar os movimentos revolucionários e nacionalistas do Terceiro Mundo, principalmente através de uma aproximação com Cuba e com o Movimento dos Países Não Alinhados (VISENTINI, 2010).

A crise que começara no início da década, aprofundou-se ao longo dos anos 1970. Graças à diminuição da demanda do mundo industrial, produzida pela recessão por ele enfrentada, os preços das *commodities* agrícolas e minerais sobre as quais se baseavam as economias africanas sofreram um declínio crescente, ao passo que os preços dos bens que eram importados dos países centrais (como peças de veículos, máquinas e equipamentos industriais) se tornavam mais caros (KEYLOR, 1997; GORDON, 2013). Esse quadro de deterioração dos termos de troca africanos foi agravado, sobretudo a partir de 1973, com a alta internacional dos preços do petróleo, da qual poucos países do continente (produtores de petróleo como Nigéria, Angola e Gabão) conseguiram tirar proveitos, evidenciando a dependência dos países africanos em relação às nações ricas e desenvolvidas do centro (DeLANCEY, 2013).

Com a deterioração dos termos de troca, os países africanos passaram a ter dificuldades cada vez maiores de arrecadar divisas, que eram fundamentais para a manutenção e funcionamento das atividades econômicas. Assim, crescentemente começaram a enfrentar escassez de matérias-primas, peças de reposição para a indústria e mesmo fertilizantes para a agricultura, o que debilitou, ainda mais, suas economias (CLAPHAM, 1996). O grande impacto que a crise teve na periferia deu aos movimentos revolucionários e de libertação nacional um forte impulso, e estes desencadearam uma onda revolucionária na década de 1970 (VISENTINI, 2010).

A queda dos regimes ditatoriais de Espanha, Grécia e, principalmente, Portugal, entre 1974 e 1975, afetou diretamente o continente africano. Os movimentos anticoloniais da África portuguesa, que desde a década de 1960 lutavam contra o domínio português, finalmente alcançaram suas independências. Assim, em 1974, Guiné-Bissau, e em 1975, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola se tornaram independentes. Esta última foi, certamente, a mais importante independência do período. Com o fim do fascismo português, houve um acirramento dos confrontos entre os três grupos que lutavam pela independência, o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola,

(FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita). Nesse contexto, os EUA, aliados à China, aumentaram sua participação na disputa, em uma tentativa de favorecer a FNLA, o que levou à uma resposta da URSS, que aumentou sua presença na região. O conflito, que se tratava de um problema regional, solucionável pelos africanos, tornou-se um conflito entre as superpotências, que envolveu todo o continente africano (VISENTINI, 2010).

Nesse contexto, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por um antagonismo acentuado no continente africano. De um lado, Zaire, Marrocos, Egito, Sudão, Quênia, Somália e os países francófonos da África ocidental e central estabeleceram (ou intensificaram) seus laços com o Ocidente. De outro, Guiné Bissau, Líbia, Etiópia, Moçambique e Angola se identificaram abertamente com o bloco socialista, e Argélia, Guiné e Uganda recebiam ajuda soviética. Essa acentuação da divisão Leste-Oeste, todavia, se refletiu na OUA, que se viu bastante fragilizada no período. Tal polarização, contudo, teve uma duração bastante reduzida, especialmente por conta da incapacidade soviética de fornecer, além da ajuda militar, uma maior assistência econômica aos países africanos. Assim, já nos primeiros anos da década de 1980 era possível perceber que a tentativa soviética de difusão de sua influência no continente africano havia falhado – e que o Ocidente, com sua posição central no sistema econômico internacional (ao qual a África estava subordinada), continuaria exercendo grande influência nos países africanos (KEYLOR, 1997).

Como resultado da crise econômica dos anos 1970, os países africanos tiveram que, cada vez mais, recorrer a empréstimos externos, contraídos sobretudo junto às potências ocidentais, para poder equilibrar suas economias. O resultado disso, todavia, foi um grande aumento nos níveis de endividamento da maioria dos países africanos ao longo da década (CLAPHAM, 1996; KEYLOR, 1997). A forte recessão da economia mundial no final dos anos 1970, associada a um segundo choque do petróleo, em 1979, e a ascensão de regimes conservadores em países do centro (como EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental) no início dos anos 1980, desferiu um duro golpe nos países africanos. Em resposta aos altos índices de inflação e de desemprego que se apresentavam, os países centrais passaram a adotar medidas como a redução dos compromissos com a ajuda externa e o estabelecimento de práticas protecionistas contra as importações da periferia. Os países do continente africano, extremamente dependentes dos países centrais para o acesso a investimentos, empréstimos, mercados e conhecimento técnico, sofreram um impacto devastador em suas economias, e se viram, cada vez mais, incapazes de saldar suas dívidas com os credores internacionais (KEYLOR, 1997).

Diante desse contexto, em um esforço conjunto da OUA com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), foi elaborada, em 1979, a Declaração de Monróvia, um documento que articulava uma visão africana sobre o futuro do continente, bem como estratégias para retirar a África do contexto de crise – e que tinha como ênfase principal a ideia de um desenvolvimento autossuficiente. No ano seguinte, OUA e UNECA elaboraram o Plano de Ação de Lagos (LPA), um plano econômico continental que estabelecia estratégias para que os objetivos estabelecidos na Declaração de Monróvia fossem atingidos (DeLANCEY, 2013).

O LPA baseava suas estratégias em seis princípios básicos: a independência como base para o desenvolvimento; a equidade na distribuição de bem-estar como objetivo fundamental do desenvolvimento; a expansão do setor público como elemento fundamental do desenvolvimento; o direcionamento do capital externo para os setores mais carentes ou com financiamento inadequado; a efetivação mais rápida possível da cooperação e da integração interafricanas; e, a luta pelo desenvolvimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, mais favorável aos países africanos e do Terceiro Mundo. Com base nesses princípios, o Plano priorizava o desenvolvimento da agricultura, da industrialização, das indústrias de mineração, de recursos humanos e de ciência e tecnologia (BUJRA, 2004). Nesse contexto, como destaca Otávio (2017, p.202),

[...] ao destacar a autossuficiência, a equidade na distribuição de renda, a integração econômica regional, a valorização da expansão do setor público e, principalmente, o desejo em criar uma Nova Ordem Econômica Mundial (NOEI) que fosse favorável aos países africanos e aqueles pertencentes ao Terceiro Mundo [...], o LPA caminhava na contramão do que passava a ser proposto pelas potências capitalistas como modelo econômico, no caso, o neoliberalismo [...] [que] ganhou relevância a partir de episódios ocorridos a partir da década de 1970.

O Plano de Ação de Lagos, contudo, não logrou o sucesso esperado, e a crise que atingia os países africanos se perpetuou e aprofundou. Diante disso, todavia, os Estados africanos fracassaram em organizar e sustentar uma reação conjunta e articulada, sendo assim levados, individualmente, a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Estes, passaram a impor aos países africanos uma série de condicionalidades (inspiradas no ideário neoliberal) para a concessão (ou renegociação) de empréstimos: os Programas de Ajustes Estruturais (TAYLOR, 2010). Apesar de algumas variações, eles em geral previam redução das tarifas alfandegárias, desvalorização da moeda, privatização das empresas públicas, cortes no orçamento e nos subsídios estatais e a reforma do setor agrícola (acabando com cooperativas e fazendas estatais).

De acordo com o FMI e o Banco Mundial os benefícios dos Ajustes Estruturais rapidamente reviveriam e “modernizariam” as economias africanas e, indiretamente, promoveriam o desenvolvimento de grupos empresariais e civis, que proporcionariam um controle dos governos, ajudando a conter ou prevenir regimes autocráticos. [...] A realidade foi decididamente diferente (GORDON, 2013, p.96, tradução nossa).

O resultado dessa política se mostrou um grande fracasso para a África. A privatização das empresas estatais, associada ao fim dos subsídios, colaborou para corroer as bases de sustentação dos Estados africanos, intensificando um contexto de decadência, não só econômica, mas também política nos países do continente (CLAPHAM, 1996; VISENTINI, 2010).

Além de um aumento significativo no endividamento externo dos países africanos,²⁶ estes sofreram consequências sociais devastadoras. Associado ao contexto de crise mundial e às altas taxas de crescimento populacional e de urbanização, o continente passou a experimentar uma intensificação das epidemias existentes (além do surgimento de novas), um aumento da fome endêmica em algumas regiões e o colapso das economias e de estruturas sociais em vários países. Todos esses fatores estavam ligados, diretamente, à perda da capacidade de articulação sociopolítica dos Estados africanos que, associada aos aumentos verificados nos preços dos alimentos e dos serviços, também serviu de estopim para diversos levantes violentos e golpes de Estado, propagando uma situação de instabilidade intensa em grande parte do continente (d’ALMEIDA-TOPOR, 2003). A década de 1980, assim, ficou conhecida como a “década perdida” do continente africano.

Como não poderia deixar de ser, o final da Guerra Fria e o início da década de 1990, marcado pelo predomínio da ideologia neoliberal, trouxeram uma série de impactos, positivos e negativos, para o sistema interafricano. Uma das primeiras consequências a ser percebida foi o encerramento das guerras convencionais na África – reflexo, entre outros, do fim do conflito Leste-Oeste. Além disso, o continente africano foi varrido, desde o início dos anos 1990, por uma “onda de democracia”, por meio da qual regimes de partido único foram progressivamente substituídos por sistemas multipartidários liberal-democráticos, Estados em guerra civil²⁷ estabeleceram acordos de paz e mesmo os regimes segregacionistas²⁸ se

²⁶ Que, em 1970 era de US\$ 5,24 bilhões, passando, em 1980, para US\$48,79 bilhões e em 1991 para US\$ 151,17 bilhões – mais de 100% do PIB total do continente (CALLAGHY, 2009; CLAPHAM, 1996).

²⁷ Como Moçambique, em 1991, e Angola, em 1992.

²⁸ Como a Namíbia, em 1990, e a África do Sul, em 1994.

democratizaram²⁹ (VISENTINI, 2010). Em grande medida, essa “democratização”³⁰ massiva era condicionada pelo contexto econômico vivido pelo continente, já que progressivamente as instituições financeiras internacionais e as potências ocidentais passaram a intensificar o condicionamento de seus empréstimos e programas de ajuda às reformas democratizantes nos países da África, num processo de adequação do continente à Nova Ordem Mundial (GORDON, 2013; TAYLOR, 2010).

Isso, contudo, não representou a resolução dos problemas existentes no continente. Com o fim da bipolaridade e, especialmente a partir do desaparecimento da URSS, em 1991, a África perdeu grande parte de sua importância estratégica – e também o que restava de sua importância econômica –, e com isso a sua capacidade de barganha no cenário internacional. Isso se deveu, em grande medida, a emergência das novas “democracias” no leste europeu, que, com suas populações mais educadas, melhores infraestruturas e com mercados domésticos relativamente prósperos, se apresentavam como opções mais próximas, seguras e rentáveis para os países centrais realizarem investimentos do que os países africanos³¹ (TAYLOR; WILLIAMS, 2004). Além do espaço europeu – e mesmo da própria Rússia pós-soviética – países com governos neoliberais na América do Sul (como Brasil, Argentina e Chile) e os chamados Tigres Asiáticos também se apresentavam como alternativas de investimentos mais interessantes para as potências centrais, o que contribuiu para que o continente recebesse cada vez menos investimentos (GORDON, 2013).

O resultado disso foi uma progressiva marginalização da África no sistema internacional, acompanhada de uma forte debilidade econômica, e de uma crescente instabilidade política. Com isso, diversos países do continente passaram a enfrentar conflitos internos (por recursos, sobrevivência, poder e até mesmo de acertos de contas entre elites) que, destituídos de um caráter estratégico (ao menos para as potências centrais), passaram a

²⁹ Isso não significa dizer, todavia, que esse processo tenha se dado em todos os países do continente. Em diversos casos, não houve a adoção dos sistemas multipartidários liberal-democráticos, e em alguns outros, apesar da adoção formal, ela não representou uma mudança efetiva, já que muitos dos líderes usavam uma série de artifícios para se manter no poder sob um discurso de democratização (como R.D. Congo, Camarões e Gabão, por exemplo).

³⁰ Jean-François Bayart faz uma ressalva importante em relação à questão. Segundo ele a “democracia, ou mais precisamente o discurso de democracia, não é nada mais do que outra fonte de renda econômica, comparável a discursos anteriores de denúncia do comunismo ou de imperialismo durante a Guerra Fria, mas melhor adaptado ao espírito do tempo. Ele é, como eram os outros, uma espécie de dialeto que vários príncipes nativos usam nas suas comunicações com os soberanos e financistas ocidentais” (BAYART, 2000, p.226, tradução nossa).

³¹ Além disso, o fim da Guerra Fria também diminuiu a demanda pelos recursos minerais africanos, uma vez que os países do leste europeu e a própria Rússia se tornavam fontes de fornecimento (CLAPHAM, 1996).

ser considerados guerras tribais e irracionais.³² Segundo Taylor e Williams (2004, p.8-9, tradução nossa),

Mudanças estruturais na economia global e o fim da Guerra Fria tornaram a África virtualmente invisível em termos econômicos, mas altamente visível como uma região sofrendo com conflitos violentos, fome, doenças, pobreza, degradação ambiental e corrupção.

Em grande medida, a instabilidade verificada na África a partir do início dos anos 1990 estava inserida em – e era resultado de – um processo de reconfiguração das relações de poder dentro dos – e entre os – países do continente e de formação dos Estados nacionais africanos (VISENTINI, 2013). Lentamente, ao longo da década, diversos elementos desse processo foram sendo definidos e, ainda que novas disputas e instabilidades tenham surgido, o continente, como um todo, passou a dar sinais – que, em geral, não eram percebidos – de sua estabilização. Por um lado, atores importantes no continente conseguiram suplantar algumas dificuldades do passado, seja através da superação de fases de instabilidade interna (como a Nigéria, a partir de 1999), de uma busca ativa de “normalização” das relações com a comunidade internacional (como a Líbia, a partir do início da década) ou da consolidação de um papel de liderança regional (como a África do Sul, a partir do fim do *apartheid*), se firmando como relevantes atores na diplomacia continental.

Por outro, o continente passou a apresentar médias anuais de crescimento do PIB (e do PIB *per capita*) positivas a partir de meados da década, e praticamente não sofreu os impactos da crise asiática do final dos anos 1990³³ (CALLAGHY, 2009; WORLD BANK, 2017). Em grande medida, esse desempenho econômico positivo estava diretamente ligado à presença e interação crescentes de parceiros como a China, que à época, além de passar por um processo de desenvolvimento social importante (com a retirada de grandes parcelas da população da situação de pobreza), se tornava importante exportadora de produtos industrializados, tendo aumentada sensivelmente sua demanda por matérias-primas, energia e mercados consumidores (VISENTINI, 2013).

³² Aqui diversos conflitos podem ser citados, como por exemplo aqueles na Libéria, em Serra Leoa, na Costa do Marfim, no Congo, em Ruanda e no Burundi.

³³ Segundo Callaghy (2009), foi justamente a marginalização do continente no cenário internacional – especialmente em termos econômicos, contando, por exemplo, com baixíssimos investimentos externos diretos e com uma interligação precária com a economia mundial – que fez com que a África não fosse duramente impactada pela crise asiática do final dos anos 1990. O que percebe-se de forma mais clara é um crescimento negativo do PIB e do PIB *per capita* do continente em 1998, algo contornado já no ano seguinte (DeLANCEY, 2013; WORLD BANK, 2017)

Esses elementos, associados a um relativo enfraquecimento da influência europeia – especialmente francesa – direta na África e à manutenção do desinteresse das potências centrais pelo continente ao longo dos anos 1990, permitiram aos países africanos se reorganizarem em bases mais autônomas, criando novas estruturas e práticas para lidar com os desafios sociopolíticos e de desenvolvimento enfrentados pelo continente (SILVA, 2008; VISENTINI, 2013). O início dos anos 2000, dessa forma, trazia consigo novas perspectivas para os países africanos.

Nesse contexto, duas iniciativas se mostram de fundamental importância no contexto do sistema interafricano. A primeira, no campo econômico, foi o lançamento, em 2001, da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) – alvo deste trabalho –, um plano de desenvolvimento para a África com o objetivo de reinserir o continente nos debates pelo seu próprio desenvolvimento. A segunda, no campo político, foi a transformação, em 2002, da OUA em União Africana, uma organização voltada ao aumento da integração e cooperação no continente, com diferenças substantivas em relação à sua antecessora³⁴ – entre elas a existência do Conselho de Paz, responsável por tentar tratar os conflitos no continente,³⁵ e do Parlamento Africano (OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO, 2014).³⁶

Outro fenômeno importante verificado a partir do início dos anos 2000 é a ampliação da inserção de potências emergentes no continente africano. Países como China, Índia e Brasil passaram a buscar intensificar (de maneira não só quantitativa, mas também qualitativa) seus laços econômicos e diplomáticos com o continente africano, sendo seguidos nesse movimento de aproximação (ou reaproximação) por outras potências emergentes, como Rússia, Cuba, Turquia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, entre outros. As imensas carências (de infraestrutura, de capacitação técnica e de investimentos em geral) e mercados consumidores dos países africanos se apresentaram não só como oportunidades de negócios muito interessantes – tanto para os emergentes, quanto para os africanos –, mas igualmente como uma oportunidade para a “emergência de um novo paradigma socioeconômico [...] de projetos políticos, diplomáticos e sociais alternativos” (VISENTINI, 2013, p.10).

³⁴ A esse respeito, Oliveira, Barbosa e Cardoso (2014, p.109) destacam que a “UA possui um escopo conceitual e institucional muito mais amplo do que a sua predecessora, na medida em que esta busca contemplar um conjunto maior de disposições, englobando aspectos sociais, econômicos e de segurança”.

³⁵ Enquanto a OUA tinha como valores basilares os princípios de soberania e de não-intervenção, a União Africana introduziu a noção de intervenção legítima nos assuntos internos dos Estados-membro em casos em que estes se mostrem como fontes de instabilidade regional, promovam mudanças inconstitucionais de governo e violações dos direitos humanos, genocídio ou crimes contra humanidade (OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO, 2014).

³⁶ Ambas as iniciativas contaram com a liderança e atuação conjuntas de Nigéria e África do Sul, em conjunto com Argélia e Senegal (no caso da NEPAD) e com a Líbia (no caso da UA).

Diante do estreitamento dos laços entre o continente africano e as potências emergentes (que, com grande velocidade, passaram a ocupar espaços outrora ocupados pelos parceiros “tradicionais”³⁷), as potências centrais passaram a reagir a esse fenômeno, o que foi intensificado sobremaneira a partir da crise mundial de 2008, através de uma ofensiva diplomático-militar na África. As potências europeias, por sua vez, têm buscado incrementar os laços comerciais com a África, e também intensificando a sua presença militar no continente – movimento que tem como principal exemplo as intervenções no norte do continente africano, no contexto da chamada “Primavera Árabe” (VISENTINI, 2013).

O que se percebe, assim, a partir do início dos anos 2000, é um renovado interesse internacional pela África, que depois de mais de duas décadas de declínio econômico, conflitos e perda de importância estratégica, volta a ser integrada à economia e ao plano estratégico globais em uma posição destacada. Entretanto, esse processo se dá em um contexto distinto de outrora (CARMODY, 2011; SILVA, 2008). Os países africanos, ao longo da primeira década do século XXI, se mostraram capazes, impulsionados em grande medida pelos crescentes investimentos feitos no continente e pelo incremento do comércio, de adotar um posicionamento mais assertivo na política continental e também mundial, o que tem sido acompanhado por uma aceleração de seu crescimento econômico. A renovada disputa entre as potências centrais e as emergentes, pelo desenvolvimento, aprofundamento e manutenção de laços políticos e econômicos com a África, tem se mostrado, nesse contexto, positiva para os países do continente, que têm conseguido desfrutar de uma maior margem de manobra – e de barganha – em suas decisões (CARMODY, 2011). A NEPAD, nesse contexto, é apontada por alguns autores como elemento fundamental para essa mudança vivenciada no continente ao longo do século XXI. A precisão dessa avaliação é o que buscamos avaliar nos próximos capítulos.

³⁷ Apesar da expansão da presença dos emergentes, as potências centrais seguem sendo os principais parceiros do continente africano.

3 IMPLEMENTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA NEPAD

A NEPAD foi originada a partir da fusão de dois projetos concorrentes no continente africano, o *African Renaissance* e o *Omega Plan*. O primeiro surgiu em 1996, e em 2000 transformou-se na Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação Africana (*Millennium Partnership for the African Recovery Program* – MAP), em um processo que teve início na Assembleia Ordinária da OUA realizada em Sirte, na Líbia, em 1999 (MARTIN, 2002).

À época, foi decidido pela Assembleia que os presidentes sul-africano e argelino, Thabo Mbeki e Abdelaziz Bouteflika, respectivamente, seriam responsáveis por dar início a uma iniciativa junto aos credores dos países africanos para o cancelamento total das dívidas do continente. No ano seguinte, em 2000, como resultado da Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados e do G77, realizada em Havana, Cuba, Thabo Mbeki, juntamente com o então presidente nigeriano, Olusegun Obasanjo, ficaram responsáveis por representar os interesses dos países do Sul global junto ao G8 e às instituições de Bretton Woods. Diante da situação, durante a Cúpula da OUA de 2000, realizada no Togo, foi decidido que os três presidentes – Mbeki, Obasanjo e Bouteflika – ficariam responsáveis por promover um diálogo com os países do Norte, de forma a estabelecer uma parceria construtiva que contribuísse para a recuperação do continente africano. A partir daí teve início o desenvolvimento do MAP (DE WAAL, 2002).

Em fevereiro de 2001, o Comitê Gestor³⁸ do MAP, após diversas reuniões com os três presidentes nas quais foram avaliadas as agendas de desenvolvimento passadas e em curso para o continente, produziu o primeiro documento-quadro, o *Draft 3*. Esse documento não só deixava clara a visão do MAP, mas também estabelecia um esboço de um Plano de Ação para a recuperação política, econômica e social da África, delineando o foco estratégico e o cronograma do MAP, bem como ações, deveres e responsabilidades que deveriam ser assumidos não só pelas lideranças africanas, mas também pelos países industrializados para o sucesso da Parceria.

O *Omega Plan*, por sua vez, foi concebido pelo então presidente senegalês, Abdoulaye Wade, e foi apresentado pela primeira vez durante a Cúpula França-África, em Yaoundé, Camarões, em janeiro de 2001, sendo em seguida apresentado na Assembleia Extraordinária da OUA, em março do mesmo ano. O plano era estruturado em quatro pilares centrais,

³⁸ O Comitê foi formado em outubro de 2000, com cada um dos três presidentes tendo indicado dois membros para compô-lo.

focando-se em projetos de infraestrutura, de educação, de saúde e de agricultura, e buscava permitir que o continente tirasse vantagem do processo de globalização recebendo financiamentos para a realização desses projetos (MARTIN, 2002).

Nesse contexto, durante a quinta Cúpula Extraordinária da OUA realizada em 2001, em Sirte, na Líbia, Olusegun Obasanjo apresentou o MAP, enquanto Abdoulaye Wade apresentou o *Omega Plan*. Reconhecendo a relevância e complementariedade de ambas as iniciativas, e entendendo que sua existência paralela poderia resultar na baixa efetividade de ambas, decidiu-se pela unificação dos dois projetos. Assim, teve início um longo processo de ajustes e discussões, que culminou, em julho de 2001, na realização de uma Cúpula da OUA em Lusaka, Zâmbia, na qual se produziu um documento comum, que estabelecia as diretrizes para unificação das iniciativas. O documento, intitulado Nova Iniciativa Africana (*A New African Initiative* – NAI) foi aceito e aprovado unanimemente, e foi decidida a criação de um Comitê de Implementação de Chefes de Estado e de Governo (*Heads of State and Government Implementation Committee* – HSGIC), composto por Nigéria, África do Sul, Argélia, Senegal, Moçambique, Egito, Botsuana, Tunísia, Mali, Etiópia, Maurício, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Gabão e Camarões, e que seria responsável pela efetiva implementação da iniciativa.

Na primeira reunião do HSGIC ficou decidido que a iniciativa passaria a se chamar Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano, e foi finalizada a concepção das estruturas administrativas da NEPAD. As estruturas seriam o Comitê de Implementação, que se encontraria três vezes ao ano e responderia anualmente à Cúpula da União Africana; um Comitê Diretivo (*Steering Committee*), composto por representantes dos presidentes que deram início à iniciativa,³⁹ e um Secretariado, baseado na África do Sul. Além disso, o HSGIC também elaborou uma lista de prioridades que deveriam ser perseguidas antes da realização do próximo encontro. A partir daí teve início a fase de efetiva implementação da NEPAD.

Entre os objetivos principais da Parceria estavam a erradicação da pobreza; a promoção do crescimento e do desenvolvimento sustentável dos países africanos; o combate à marginalização do continente no processo de globalização; a busca de uma integração completa (e benéfica) do continente à economia global; o estabelecimento de condições para o desenvolvimento sustentável da África; e a garantia de paz, segurança, respeito aos direitos humanos e democracia no continente (NEPAD, 2001). Em grande medida, os objetivos

³⁹ Argélia, Egito, Nigéria, Senegal e África do Sul.

estabelecidos pela NEPAD são consistentes com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (*Millenium Development Goals – MDG*) (DE WAAL, 2002). Os MDG, estabelecidos pela ONU no início dos anos 2000, eram um conjunto de oito objetivos gerais, divididos em dezoito objetivos específicos, que deveriam ser atingidos globalmente até 2015. Os objetivos gerais dos MDG eram erradicar a pobreza e a fome extremas; atingir educação primária universal; promover igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir um ambiente sustentável; e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (UNMP, 2005). Como destaca Alex de Waal (2002, p.465, tradução nossa)

Ao enquadrar seus objetivos em torno dos MDG, a NEPAD desafia os doadores de ajuda ('parceiros de desenvolvimento') a assumir com seriedade seu comprometimento com a redução da pobreza global. Eles também ratificaram os MDG na Cúpula do Milênio da ONU. Essa estrutura abre as portas para um projeto comum entre parceiros de desenvolvimento em direção ao cumprimento desses objetivos. É esse o motivo pelo qual a NEPAD é uma parceria [...].

Destarte, a expectativa era de que a implementação da NEPAD contribuísse para atrair mais recursos para o continente, especialmente através de Investimentos Externos Diretos (IED), de aumentos nos fluxos de capitais (por meio da redução ou cancelamento das dívidas externas) e de incremento nos fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Nesse sentido, a Parceria estabeleceu, como elementos basilares, a boa governança, como uma pré-condição para a paz, a segurança e o desenvolvimento político e socioeconômico sustentável; e a ampla e profunda participação de todos os setores da sociedade (FOMBAD, 2006).

Assim, como destaca Ndedi (2013, p.3),

[...] a NEPAD [pode ser vista] como um programa econômico sócio-político desenvolvido por Chefes de Estado e de Governo africanos para reduzir a incerteza na África viabilizando o caminho para o desenvolvimento econômico sustentável em vários países. No coração (sic) do programa está a questão da boa governança. A questão da governança ocupa um espaço importante na África desde os anos 1990. Novas condicionalidades são introduzidas em seu nome por agências de desenvolvimento, que crescentemente as usam como critérios para assistência financeira.

Os projetos da Parceria se dividem em seis áreas temáticas: agricultura e segurança alimentar; mudança climática e administração de recursos nacionais; integração regional e infraestrutura; desenvolvimento humano; governança econômica e corporativa; e questões transversais, como gênero, desenvolvimento de capacidades e tecnologias de informação e comunicação. Entre os principais projetos desenvolvidos ao longo da primeira década de

existência da NEPAD podem ser destacados seis, que se inserem nas áreas temáticas (DeLANCEY, 2013).

Em primeiro lugar, o Programa de Desenvolvimento Abrangente da Agricultura Africana (*Comprehensive Africa Agriculture Development Programme – CAADP*). Lançado em 2003, trata-se de um programa que visa promover a transformação da agricultura no continente, garantir segurança alimentar e nutricional, crescimento econômico e do bem-estar de todas as populações do continente. O principal objetivo, nesse sentido, é impulsionar o crescimento econômico a partir do incremento da produção agrícola no continente. Para tanto, os países membros devem investir ao menos 10% de seu orçamento no setor agrícola – compromisso assumido por 41 dos países do continente até 2015. Ademais, através da NEPAD também foram estabelecidos a Parceira para a Pescaria Africana (*Partnership for African Fisheries*) – com o objetivo de auxiliar os países do continente a desenvolver planos regionais de pesca, de forma a aumentar a capacidade africana de avaliar, determinar e implementar reformas no comércio e na governança do setor pesqueiro –, o Programa de Apoio ao Fertilizante (*Fertilizer Support Programme*) – responsável por aumentar o número de fazendeiros que utilizam fertilizantes químicos para aumentar a produtividade; e o programa TerrAfrica, que busca auxiliar no gerenciamento das terras (DeLANCEY, 2013).

Em segundo lugar, o Programa para o Desenvolvimento de Infraestrutura na África (*Programme for Infrastructure Development in Africa – PIDA*), promovido pela Agência da NEPAD em parceria com a Comissão da UA, o Banco Africano de Desenvolvimento (*African Development Bank – AfDB*), a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) e as Comunidades Econômicas Regionais (*Regional Economic Communities – RECs*). Lançado em 2010, o Programa busca impulsionar a integração econômica regional através da construção de infraestrutura continental, de forma a fortalecer a capacidade de comércio dos países africanos, bem como viabilizar o estabelecimento de cadeias regionais de valor. O Plano de Ação Prioritário do PIDA é composto por 51 projetos e programas, divididos em quatro setores (energia, transporte, tecnologia de informação e comunicação e gerenciamento hídrico) e classificados em três níveis: curto prazo (a serem realizados entre 2011 e 2020), médio prazo (entre 2020 e 2030) e longo prazo (entre 2030 e 2040) (NEPAD, 2017b).

Em terceiro lugar, o Programa de Infraestrutura de Banda-Larga ICT (*ICT Broadband Infrastructure Programme*). O projeto foi estabelecido pelo HSGIC, em 2003, como prioritário, e desde então tem sido desenvolvido e, paulatinamente, implementado. Seu objetivo é interligar, através de redes de fibra ótica, todos os países do continente – entre si e

com o restante do mundo – garantindo um menor custo e uma maior confiabilidade na comunicação africana. Para tanto, estão sendo construídos dois sistemas de cabos de fibra ótica, um submarino (Uhurunet) e outro por terra (Umojanet) (NEPAD NIGERIA, 2017).

Em quarto lugar, o Fundo Espanhol para o Empoderamento das Mulheres Africanas, criado em 2007, que tem realizado esforços para a erradicação da pobreza e para a melhora das capacidades e oportunidades econômicas das mulheres no continente. Em quinto lugar, o Plano de Fabricação de Produtos Farmacêuticos par a África (*Pharmaceutical Manufacturing Plan for Africa*), criado em 2007, que tem buscado encorajar a produção local de remédios de forma a atender a toda a demanda continental por medicamentos eficazes e de qualidade, praticando preços acessíveis (AU, 2007).

Por fim, destaca-se a criação do Mecanismo Africano de Avaliação por Pares (*African Peer Review Mechanism – APRM*), iniciado em 2002 e estabelecido pela UA como uma iniciativa da NEPAD, em 2003.⁴⁰ O objetivo de tal iniciativa é que os próprios africanos avaliem os governos participantes, fornecendo críticas construtivas e sugerindo práticas mais adequadas através da formulação de um plano de ação, que deve ser seguido pelo governo em avaliação. A expectativa é com isso atingir estabilidade política e contribuir para acelerar a integração econômica sub-regional e continental, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável africano. Ao mesmo tempo, a expectativa com o APRM é permitir que os Estados africanos não fiquem submetidos a condicionalidades impostas pelos países doadores – as quais se mostraram ineficientes, onerosas e não-efetivas –, elaborando eles mesmos critérios e padrões de avaliação que sejam aceitos pelos doadores (DE WAAL, 2002).

O APRM possui estruturas nos níveis continental e regional. No nível continental, três estruturas se destacam: o Fórum Africano de Avaliação por Pares (*African Peer Review Forum – APRF*) – um comitê composto por todos os chefes de Estado e de governo dos Estados membros –; o Painel de Eminentes – para o qual são indicados membros considerados personalidades importantes do continente, e que tem como função garantir a credibilidade, a independência e o profissionalismo do APRM; e o Secretariado, responsável pelos serviços técnicos, administrativos e de coordenação do Mecanismo. Além disso, o APRM possui acordos especiais de apoio com três instituições africanas, denominados pelo APRF como parceiros estratégicos: o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNECA e o

⁴⁰ Entre 2003 e 2014, o mecanismo funcionou como um órgão independente, sendo incorporado ao sistema da UA em junho de 2014.

Escritório Regional para a África do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*United Nations Development Programme – UNDP*).

Dos 54 Estados africanos, 35 assinaram o Memorando de Entendimento do APRM,⁴¹ aderindo à iniciativa. Destes, 20 já completaram o processo de avaliação pelos pares,⁴² e dois⁴³ deram início ao processo (AU, 2017). De acordo com alguns autores, tal iniciativa tem se mostrado bem-sucedida, e os países que implementam as medidas têm demonstrado maior capacidade de receber auxílio internacional para o desenvolvimento de seus projetos (DeLANCEY, 2013).

Desde sua criação, e a despeito de as duas iniciativas terem tido início praticamente simultaneamente, a NEPAD seguia fora da estrutura direta da UA. De acordo com Alex De Waal (2002), tal fato se devia ao temor dos líderes sul-africano, nigeriano e argelino de que uma possível incorporação da Parceria à União fosse expor a NEPAD excessivamente à influência da Líbia de Muammar Khadafi, o que poderia gerar consequências adversas em termos de aceitabilidade da iniciativa por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do G8 (DE WAAL, 2002). Em 2010, contudo, em grande parte por conta da mudança do contexto africano – e também da melhora das relações da Líbia com o Ocidente – durante a décima quarta Assembleia Ordinária da União Africana, a estrutura da NEPAD foi totalmente integrada à UA.

Nesse processo, o Secretariado da Parceria foi substituído pela Agência de Planejamento e Coordenação da NEPAD (*NEPAD Planning and Coordinating Agency – NPCA*).⁴⁴ Paralelamente, o Comitê de Implementação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (*NEPAD Heads of State and Government Implementation Committee – HSGIC*), um subcomitê da Assembleia da União Africana responsável pela liderança política e orientação estratégica da NEPAD, foi renomeado Comitê de Orientação de Chefes de Estado e de Governo da NEPAD (*NEPAD Heads of State and Government Orientation Committee – HSGOC*), com a sua função de coordenação de alto-nível dos programas e projetos da

⁴¹ São eles: Argélia, Costa do Marfim, Quênia, Moçambique, África do Sul, Angola, Djibuti, Lesoto, Níger, Sudão, Benim, Egito, Libéria, Nigéria, Tanzânia, Burkina Faso, Guiné Equatorial, Malauí, Ruanda, Togo, Camarões, Etiópia, Mali, São Tomé e Príncipe, Tunísia, Chade, Gabão, Mauritânia, Senegal, Uganda, República do Congo, Gana, Maurício, Serra Leoa e Zâmbia.

⁴² Gana, Ruanda, Quênia, África do Sul, Argélia, Benim, Uganda, Nigéria, Burkina Faso, Mali, Moçambique, Lesoto, Etiópia, Serra Leoa, Zâmbia, Tanzânia, Djibuti, Chade e Senegal.

⁴³ Sudão e Costa do Marfim.

⁴⁴ Os objetivos do NPCA são facilitar e coordenar a implementação dos programas e projetos continentais e regionais prioritários; mobilizar recursos e parceiros em apoio à implementação dos programas e projetos prioritários africanos; conduzir e coordenar pesquisa e gerenciamento de conhecimento; monitorar e avaliar a implementação de programas e projetos; e, defender a visão, a missão e os princípios/valores centrais da UA e da NEPAD (NEPAD AGENCY, 2011)

NEPAD sendo mantida. O HSGOC é composto por 20 Estados membros da UA, com mandatos rotativos, eleitos pela Assembleia e representando as cinco regiões da União. O presidente da Comissão da União Africana é um dos membros e Chefe Executivo da NPCA, e representa a Agência no HSGOC (NEPAD AGENCY, 2011).

Figura 1: Estados signatários do Memorando de Entendimento do APRM



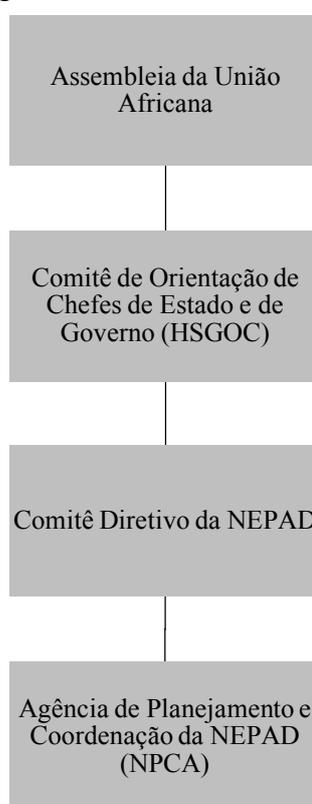
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de AU (2017)

Ainda, o Comitê Diretivo da NEPAD, composto por representantes dos Chefes de Estado africanos, além de representantes das oito Comunidades Econômicas Regionais,⁴⁵ do

⁴⁵ As Comunidades Econômicas Regionais são organizações sub-regionais que são os blocos constitutivos da Comunidade Econômica Africana, estabelecida pelo tratado de Abuja, de 1991, que estabelece o quadro amplo para a integração econômica continental. As REC são as seguintes: União do Magrebe Árabe (*Arab Maghreb Union* – AMU); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West*

Banco de Desenvolvimento Africano, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, do Gabinete do Assessor Especial sobre África (*Office of Special Adviser on Africa – UNOSAA*) e da UNECA, tem como função desenvolver os termos de referência para os programas e projetos identificados, e supervisionar a realização dos trabalhos e das atividades da NEPAD. Em termos hierárquicos, a Agência da NEPAD se reporta ao Comitê Diretivo, que se reporta ao HSGOC que, por sua vez, está subordinado à Assembleia da UA (DURU, 2011).

Figura 2: Estrutura da NEPAD



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de NEPAD (2017a)

African States – ECOWAS); Comunidade do Leste Africano (*East African Community – EAC*); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (*Intergovernmental Authority on Development – IGAD*); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community – SADC*); Mercado Comum da África Oriental e Austral (*Common Market for Eastern and Southern Africa – a COMESA*); Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community of Central African States – ECCAS*); e Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (*Community of Sahel-Saharan States – CENSAD*).

Em grande medida, o principal diferencial da NEPAD em relação às iniciativas para o desenvolvimento do continente criadas anteriormente⁴⁶ seria o fato de que ao invés de buscar uma estratégia de confrontação – por exemplo, através da tentativa de criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, como era o caso do Plano de Ação de Lagos –, ela aceita a realidade da globalização, ao mesmo tempo em que estabelece uma ideia de responsabilidade mútua como estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico do continente (OTÁVIO, 2017). Nesse sentido, a própria NEPAD (2001, p.2) se coloca como “um chamado para uma nova relação de parceria entre a África e a Comunidade Internacional, especialmente os países altamente industrializados, para superar o hiato no desenvolvimento que foi ampliado ao longo de séculos de relações desiguais”. Em parte, isso se deve a um reconhecimento, por parte da própria Parceria, das falhas dos programas anteriores.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África reconhece que houveram, no passado, tentativas de estabelecer programas de desenvolvimento continentais. Por diversas razões, internas e externas, incluindo liderança e propriedade duvidosas pelos próprios africanos, estes foram malsucedidos. Contudo, há hoje em dia, um novo conjunto de circunstâncias, que se mostram mais adequadas para a implementação prática integrada (NEPAD, 2001, p.9, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, tal postura de não-confrontação com a comunidade internacional, não representaria, para a Parceria, uma adequação sem critérios às exigências e condicionalidades externas – justamente pelo contrário. O objetivo da NEPAD, assim, seria estabelecer critérios e padrões que fossem pensados pelo continente e, simultaneamente, aceitos como suficientes pelos parceiros externos, garantindo, portanto, que os países africanos recebessem a ajuda e os investimentos considerados necessários, sem que tivessem, como outrora, que se submeter a critérios ou valores alheios. Como destaca Raji (2010), a filosofia da NEPAD gira em torno do controle africano de seu programa de desenvolvimento, em uma ideia de que nenhum paradigma de desenvolvimento pode ter sucesso em qualquer que seja a sociedade a menos que ele seja construído a partir do que sua população genuinamente deseja, sabe, entende e controla.

⁴⁶ Outras iniciativas também foram desenvolvidas no continente africano. Destacam-se, entre elas, o Plano de Ação de Lagos (1980), o Programa de Prioridade Africano para a Recuperação Econômica (1986), o Quadro Africano Alternativo para o Programa de Ajuste Estrutural para a Recuperação e Transformação Sócio-Econômica (1989), o Programa Prioritário Trienal para a Sobrevivência e Reabilitação das Economias Africanas (1986) a Carta Africana de Participação Popular para o Desenvolvimento (1990) e o Compacto para a Recuperação Africana (2000) (JONAS, 2012).

A NEPAD, assim, seria uma forma de não abrir mão de um viés contestador – presente nas iniciativas anteriores – sem, todavia, deixar de contar com o apoio dos parceiros desenvolvidos, de forma a não inviabilizar a iniciativa. Segundo Döpcke (2002, p.148),

Ao contrário das abordagens das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e FMI), o NEPAD desconhece condicionalidades ligadas à concessão de recursos. O plano seria de origem africana, de “propriedade” africana e se basearia em valores consensualmente aceitos, tanto na África quanto nos países industrializados. [...] [A] NEPAD não somente se apresenta como proposta africana, mas também, explicitamente, como uma iniciativa de Chefes de Governo africanos, negociada com os Chefes de Governo do Norte, tentando, assim, recuperar a legitimidade dos Estados e dos seus dirigentes de conceituar e dominar o processo político e o discurso da inserção internacional (DÖPCKE, 2002, p.149).

Nesse contexto, pode-se dizer que a NEPAD logrou, de início, um importante sucesso dentro de sua proposta, sendo bem recebida pelos parceiros do G8 e também pelas Instituições Financeiras Internacionais. Os países do G8, assim, comprometeram-se a desenvolver um “plano de ação” voltado para a NEPAD, o que se concretizou na Cúpula do Grupo em junho de 2002, em Kananaskis, Canadá, onde o Plano de Ação para a África do G8 foi oficializado (NEPAD AGENCY, 2011). Diante disso, para alguns autores, a NEPAD seria, concomitantemente, um grande sucesso e um elemento fundamental para a reorganização e para a renovada importância do continente africano no século XXI, especialmente por conta dos elementos de “autocrítica” contidos na iniciativa. Entre seus maiores sucessos estaria o fato de ela colocar questões como democracia e boa governança no centro da agenda de desenvolvimento africana, garantindo, com isso, a participação dos países desenvolvidos, especialmente da União Europeia, nos desafios de desenvolvimento do continente (OTTOSEN, 2010). De acordo com Visentini (2010, p. 193, grifo nosso)

[...] seu caráter inovador, baseado na autoestima e autoconfiança dos africanos perante os países desenvolvidos e *o reconhecimento – por parte dos próprios africanos – de divisões regionais/setoriais/políticas e da própria corrupção na África*, bem como o princípio de parceria adotado, tem possibilitado a mobilização de líderes, levantamento de recursos e envolvimento mais efetivo das Comunidades Econômicas Regionais. Ao considerar os paradigmas de desenvolvimento a partir de uma forma integrada, harmonizando políticas macro e microeconômicas, *a NEPAD tem reestruturado o continente africano e possibilitado uma nova inserção desses no sistema mundial do século XXI.*

Alternativamente, outros autores apresentam uma postura mais crítica em relação à Parceria, questionando não só sua efetividade, mas também a sua adequação à realidade do continente. Uma das principais críticas parte de autores que consideram a iniciativa excessivamente ligada ao ideário neoliberal e, portanto, dotada de pouca capacidade de

efetivamente produzir mudanças positivas na África (DÖPKE, 2002; MURITHI, 2009). Mais do que um vetor de mudança e transformação do continente, a NEPAD serviria como uma ferramenta de perpetuação das estruturas tradicionais de dominação dos países centrais sobre os países africanos. Segundo Murithi (2009, p.9, tradução nossa),

A NEPAD, ainda que uma iniciativa bem-vinda em termos de seu escopo pan-africano, é incapaz de cumprir com seus objetivos porque é estruturada amplamente na linguagem da economia neoliberal. Desse ponto de vista, ela pode apenas cumprir com o objetivo de fazer a África mais complacente com a pilhagem de seus recursos, ainda que sob o pretexto de ajuda e desenvolvimento.

Ao aceitar de forma acrítica a globalização, considerando inevitável à adequação a ela, a NEPAD acabaria por aceitar e incorporar de forma plena o discurso hegemônico liberal da globalização, transformando-se não em uma resposta efetivamente africana ao desafio da globalização, mas como uma forma de “africanização” das propostas liberais do ocidente (DÖPCKE, 2002). Apesar da ideia de ser um programa elaborado pelos africanos, e para os africanos, a manutenção da dependência de ajuda e recursos das potências centrais ainda limitaria excessivamente a NEPAD. Diante disso, e apesar da existência do APRM, para alguns críticos a NEPAD acabaria tornando-se equivalente aos Planos de Ajuste Estrutural da década de 1980 (AKINOLA; NDAWONDE, 2016).

Assim, como destacam Akinola e Ndawonde (2016, p.46, tradução nossa),

A única diferença entre os PAE's e a NEPAD é que, sob os anteriores os Estados africanos eram coagidos a abrir suas economias à dominação estrangeira, enquanto a NEPAD transforma os africanos em participantes voluntários na continuação da subjugação de suas economias em nome de ajuda ou IED. Por conta do status desigual dos países africanos na hierarquia do crescimento e do potencial econômico, esses países obtêm benefícios desiguais da estratégia da NEPAD. Seus recursos e posições determinam sua capacidade de atrair investimento e ajuda.

Além disso, a preocupação da NEPAD em integrar as economias africanas com os países desenvolvidos apresentaria um potencial muito maior de dar continuidade à exploração dos recursos humanos e naturais africanos pelas potências centrais, do que promover uma ruptura com o padrão até então estabelecido (AKINOLA; NDAWONDE, 2016). Nesse sentido, para Badiru (2016), ainda que os objetivos estabelecidos pela NEPAD sejam bem-intencionados, a visão de desenvolvimento e as medidas econômicas concebidas para a realização desses objetivos são problemáticas. Destarte, a Parceria seria incapaz de contribuir de maneira efetiva para resolver os problemas de desenvolvimento do continente africano,

contribuindo, sim, para reforçar o ambiente externo hostil e as fraquezas internas que constituem os maiores obstáculos ao desenvolvimento africano.

Outra crítica importante à NEPAD diz respeito a toda a noção de democracia e boa governança que permeia a iniciativa. Para Chabal (2002), a ideia defendida pela Parceria de que a democracia e a boa governança seriam pré-requisitos para o desenvolvimento econômico não se sustentaria em exemplos históricos, havendo, em verdade, uma relação inversa, em que o desenvolvimento econômico seria um pré-condição para o desenvolvimento da democracia e da boa governança. As transformações ocorridas na África, sobretudo a partir do fim da Guerra Fria, com a proliferação de regimes multipartidários e a realização de eleições (ao menos em tese) democráticas nos países do continente, nesse contexto, não teriam sido responsáveis por gerar impactos representativos no desenvolvimento econômico do continente. Segundo ele,

[...] há, hoje em dia, uma liberdade de expressão muito maior na África do que havia durante o auge dos Estados com regimes de partido único. Contudo, com algumas exceções [...] é difícil demonstrar que a competição multipartidária resultou em governos mais efetivos ou com maior *accountability*. Não há, tampouco [...] evidências fortes de que políticas pluralistas conduziram ao desenvolvimento econômico sustentado no continente. Nem, finalmente, essas transições, como ocorreram, reduziram o número nem a intensidade dos conflitos na África (CHABAL, 2002, p.449, tradução nossa).

Para ele, assim, o foco dado pela NEPAD em democracia e boa governança em pouco teria a contribuir para o desenvolvimento do continente. Destarte, o alinhamento da Parceria à ortodoxia democrática se resumiria a um comprometimento das elites africanas com o objetivo de garantir a continuidade da transferência de recursos para o continente; ou seja, seria uma continuação das relações que nortearam o envolvimento dos países da África com a comunidade internacional desde suas independências, e não um rompimento com o padrão histórico (CHABAL, 2002).

Nesse contexto, há outra questão importante a ser ressaltada. A despeito de toda a preocupação com democracia e boa governança, e com a “africanidade” da NEPAD, em grande medida a elaboração e a concretização da Parceria foi realizada por um número bastante reduzido de lideranças africanas, com as demais lideranças sendo excluídas do processo (AYITTEY, 2005). Além disso, tanto a elaboração quanto a implementação das medidas pensadas pela NEPAD foram posteriormente realizadas pelos governos africanos sem qualquer forma de consulta popular, alijando as populações africanas de qualquer forma participação no processo – e, portanto, de qualquer “propriedade” da iniciativa (De WAAL,

2002; AKOKPARI, 2003). Nesse sentido, como destaca Jonas (2012), é muito comum que a população africana em geral – e mesmo suas elites – não tenha qualquer conhecimento a respeito da NEPAD, e não se identifiquem, realmente, com a Parceria. Assim para alguns autores, o processo de criação da NEPAD estava mais preocupado em conseguir o apoio e a aprovação do G8 e das organizações financeiras internacionais do que em estabelecer a efetiva propriedade da iniciativa pelos africanos (BADIRU, 2016).

Ainda, mesmo que inclua a questão de promoção da igualdade de gênero como um de seus objetivos principais, para alguns autores a NEPAD não tem tido sucesso na inclusão de mulheres nas iniciativas africanas de alto-nível, com as questões de gênero assumindo, em geral, um papel excessivamente marginal no contexto da Parceria (De WAAL, 2002). Isso seria, entre outros, resultado de uma falta de clareza no próprio documento inaugurador da Parceria, uma vez que a preocupação com a igualdade de gênero, exposta em afirmações firmes no início do documento, se perderia no desenrolar da proposta, não havendo clareza na identificação de questões específicas a serem combatidas, ou mesmo de estratégias e ações propostas para abordar as questões de gênero (LONGWE, 2002).

Parece claro, nesse contexto, que apesar de possuir diversos pontos positivos, a NEPAD apresenta muitas questões problemáticas – ou ao menos questionáveis –, várias delas em sua concepção. Se por um lado é possível dizer que a Parceria tem um papel importante nos processos de integração regional, de retomada da autoconfiança africana e de atração de recursos para o continente, por outro é difícil contestar as críticas a respeito das bases nas quais ela está estruturada. Döpcke (2002, p.152-153) sintetiza de forma bastante acertada os questionamentos em relação à NEPAD.

Certamente, o plano vai atrair certos recursos financeiros para a África. Não é provável, contudo, que estes recursos e as políticas acompanhantes irão “salvar” a África ou realizar as ambiciosas, e altamente não realistas, metas econômicas do plano [...] O plano e o marketing político em torno dele não são homogêneos. O plano tenta reconciliar o irreconciliável. Junta um discurso radical, que localiza a miséria africana nos séculos de sua integração na economia mundial e de sua exploração pelo Ocidente, com uma receita liberal ortodoxa, que pleiteia em favor da intensificação do nexa com o mercado internacional, aceitando as regras do jogo, cravadas em cima dos países pobres. Festeja a sociedade civil, mas exclui completamente esta mesma sociedade das discussões sobre o plano, que ficam firmemente nos círculos dos Chefes de Estado. Fala em “propriedade africana” do desenvolvimento do continente e dos valores implícitos, mas apresenta o pensamento ocidental hegemônico pós-Guerra Fria.

Isso posto, mostra-se difícil avaliar, nesses termos, e para além do campo da retórica, se a NEPAD pode ser considerada, de fato, como uma iniciativa bem-sucedida e distinta das

iniciativas africanas anteriores. Nesse contexto, cabe avaliar as mudanças socioeconômicas ocorridas no continente africano ao longo dos anos 2000, na tentativa de discutir se elas são fruto realmente da criação e implementação da NEPAD, ou estão ligadas a outros elementos conjunturais. Para tanto, analisaremos, no capítulo seguinte, diversas séries históricas de indicadores socioeconômicos ligados aos desenvolvimentos propostos pela Parceria, em uma tentativa de melhor avaliar os impactos por ela gerados.

4 A RELEVÂNCIA DA NEPAD NO RENASCIMENTO AFRICANO

É inegável que o continente africano passou, desde o início do Século XXI, por importantes mudanças, não só no âmbito político – tanto interno quanto externo –, como também em questões sociais e econômicas. A África, tida outrora como o “continente sem esperança” deixou para trás a imagem de pobreza, destruição e miséria, passando a ser vista, tanto por analistas, quanto por investidores, a partir de uma perspectiva bastante mais positiva, em geral considerando o continente, e os países que dele fazem parte, não mais como atores marginais e reativos, mas como participantes ativos e protagonistas do sistema internacional (CORNELISSEN; CHERU; SHAW, 2012; THE ECONOMIST, 2000).

Ainda, ao longo dos anos 2000 diversos indicadores econômicos e sociais apresentaram melhoras expressivas. Um exemplo é o PIB *per capita* do continente, que apresentou valores até então jamais observados, alcançando um aumento de mais de 100% em relação ao observado ao longo das décadas de 1980 e 1990.⁴⁷ Além disso, a expectativa de vida média da população africana também vivenciou uma melhora significativa, passando de pouco mais de 50 anos, no início dos anos 1980, para mais de 60 anos na segunda década do século XXI. Tais melhoras, ainda que se distribuam de maneira desigual entre os 54 países do continente, têm contribuído para modificar, de modo geral, a vida da população africana. Ademais, essas mudanças permitiram que, em 2016, dezoito países do continente – ou seja, um terço dos países africanos –, atingissem um nível de desenvolvimento médio ou elevado, com países de todas as sub-regiões africanas apresentando avanços e melhoras regulares (BAD; OCDE; PNUD, 2017).

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar elementos que nos permitam, ainda que de forma indireta, avaliar a expressividade das mudanças ocorridas ao longo dos anos 2000 – tanto em relação ao próprio continente, como em relação ao mundo –, bem como o papel da NEPAD em tais mudanças. É certo que os dados aqui apresentados são incapazes, isoladamente, de comprovar ou refutar de forma definitiva a efetividade da NEPAD enquanto projeto de desenvolvimento – não apenas pela natureza desses dados, mas também pela falta de séries históricas longas e completas, que permitiriam, possivelmente, uma avaliação mais clara e acertada. Contudo, a despeito da impossibilidade de realizar-se um diagnóstico peremptório a respeito do sucesso ou fracasso da NEPAD, podemos elaborar, a partir da

⁴⁷ O PIB *per capita* do continente, que fora de, em média US\$ 910 ao longo das décadas de 1980 e 1990, ultrapassou a marca de US\$ 2800 nos anos 2000 (WORLD BANK, 2017).

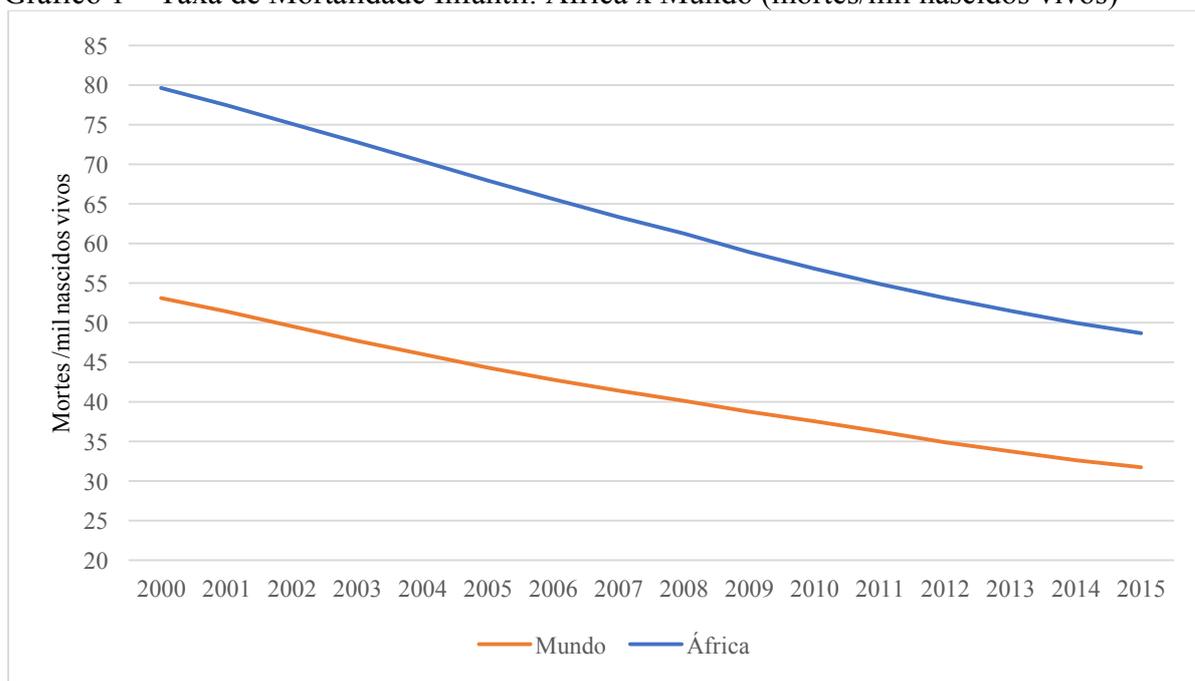
análise de tais dados, um pensamento e uma avaliação críticos a respeito da Parceria e de seu efetivo papel no desenvolvimento africano no século XXI.

Para tanto, ao longo do capítulo serão apresentados diversos gráficos, elaborados a partir de bases de dados internacionais (como o Banco Mundial e as Nações Unidas), que terão como função embasar nossa avaliação a respeito das mudanças ocorridas no continente ao longo do Século XXI. Todos os dados para o continente africano aqui apresentados serão comparados com seus equivalentes para o mundo, de forma a permitir também uma avaliação comparativa do desempenho do continente em relação ao mundo. Os gráficos foram elaborados a partir de dados que se relacionam, de forma direta ou indireta, aos objetivos declarados da NEPAD. Alguns elementos, de suma importância na lógica da Parceria – especialmente aqueles ligados a questões sociais –, contudo, não puderam ser analisados pela falta de dados. É o caso, por exemplo, da desigualdade de gênero e da sustentabilidade ambiental – que, por sua natureza, são elementos de difícil mensuração.

Assim sendo, com exceção dos indicadores de Mortalidade Infantil, Expectativa de Vida e de Prevalência de HIV/Aids na população, os demais dados analisados são primordialmente econômicos. São eles: Volume de Comércio; Produção de Alimentos; Ajuda Oficial ao Desenvolvimento; Investimento Externo Direto; Endividamento Externo; Produto Interno Bruto; e Produto Interno Bruto *per capita*. Para cada um dos gráficos faremos uma breve avaliação, analisando o contexto das mudanças neles representadas, e como elas se encaixam na discussão a respeito da NEPAD.

O primeiro indicador que analisaremos é a mortalidade infantil, cuja redução é um dos objetivos principais da NEPAD, em consonância com os MDG, conforme já foi dito. Como podemos ver no Gráfico 1, abaixo, os países africanos tiveram sucesso, ao longo dos anos 2000, em reduzir significativamente os índices de mortalidade infantil no continente. Enquanto no início do Século XXI o índice médio para o continente era de 79,6 mortes para cada 1000 nascidos vivos, em oposição à média mundial de 51,4 mortes para cada 1000 nascidos vivos, em 2015 o continente atingiu o índice médio de 48,6 mortes para cada 1000 nascidos vivos, uma redução de quase 39%. A média mundial, no mesmo período, foi reduzida para 31,7 mortes para cada 1000 nascidos vivos, o que representou uma redução de 40,3%. Nesse sentido, o que se percebe é que mesmo que a taxa de mortalidade média dos países africanos permaneça alta⁴⁸ o desempenho médio do continente africano na redução da mortalidade infantil foi condizente com o desempenho médio do restante do mundo.

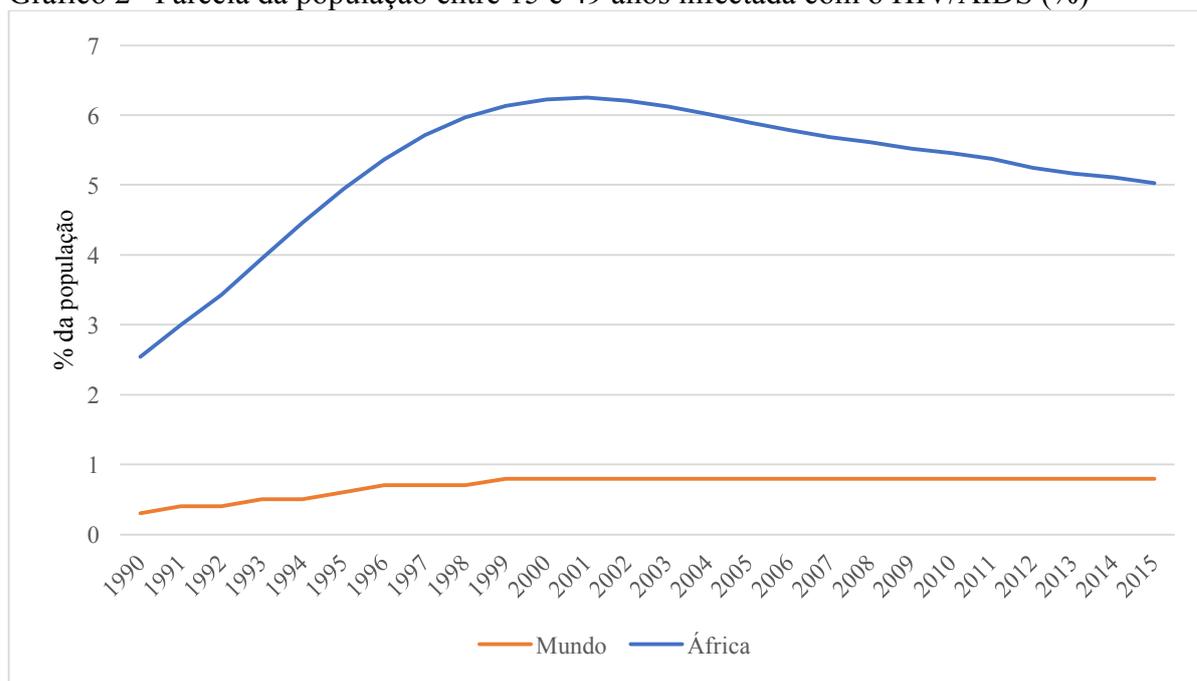
⁴⁸ De acordo com a OMS, taxas de mais de 50 mortes por mil nascimentos vivos são consideradas altas e abaixo de 20 por mil são consideradas baixas (UNICEF, 2017).

Gráfico 1 – Taxa de Mortalidade Infantil: África x Mundo (mortes/mil nascidos vivos)⁴⁹

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017)

Outro objetivo importante para a NEPAD é o combate ao HIV/AIDS, considerado por muitos analistas – e pela própria NEPAD – como sendo um dos principais problemas do continente africano (TAYLOR, 2014). Os dados disponíveis começam no ano de 1990, onde os índices de infecção do continente africano já se mostravam expressivamente superiores à média mundial (com 2,5% da população infectada, contra 0,3% em nível mundial). Os níveis de contaminação mundiais cresceram lentamente até o final da década de 1990, estabilizando-se em 0,8% da população a partir de 1999. Já no continente africano, a disseminação da epidemia foi muito mais intensa, ainda que tenha durado período semelhante, atingindo seu máximo em 2001, com 6,25% da população contaminada com o HIV/AIDS. A partir daí o índice passou a cair lenta e continuamente, atingindo o nível de 5%, em 2015. Esse índice, contudo, para além de ser muito superior ao nível mundial, ainda está muito acima dos índices verificados no início da década de 1990.

⁴⁹ A Taxa de Mortalidade Infantil é o número de crianças nascidas que morrem antes de completarem 1 ano a cada 1000 nascimentos vivos. Os dados aqui apresentados foram desenvolvidos pela Agência Conjunta para a Estimativa de Mortalidade Infantil das Nações Unidas – composta por UNICEF, Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) (WORLD BANK, 2017).

Gráfico 2 –Parcela da população entre 15 e 49 anos infectada com o HIV/AIDS (%)⁵⁰

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017)

Ainda que não esteja entre os objetivos explícitos da NEPAD, um dos indicadores analisados aqui é a expectativa de vida média da população, uma vez que este é um importante indicador de qualidade de vida e de desenvolvimento. No início dos anos 2000, a expectativa de vida média na África era bastante baixa, sendo pouco inferior aos 54 anos⁵¹ – consideravelmente menor do que a média mundial, à época, de 67,6 anos. Ao longo da primeira década e meia do século XXI a esperança de vida média, tanto mundial quanto a africana, passou por um aumento, que se mostrou mais expressivo no segundo caso. O aumento da expectativa de vida, no caso africano, foi de cerca de 13% no período, atingindo a média de 61,2 anos, enquanto que a nível mundial o aumento foi de 5,7%, atingindo a média de 71,5 anos.

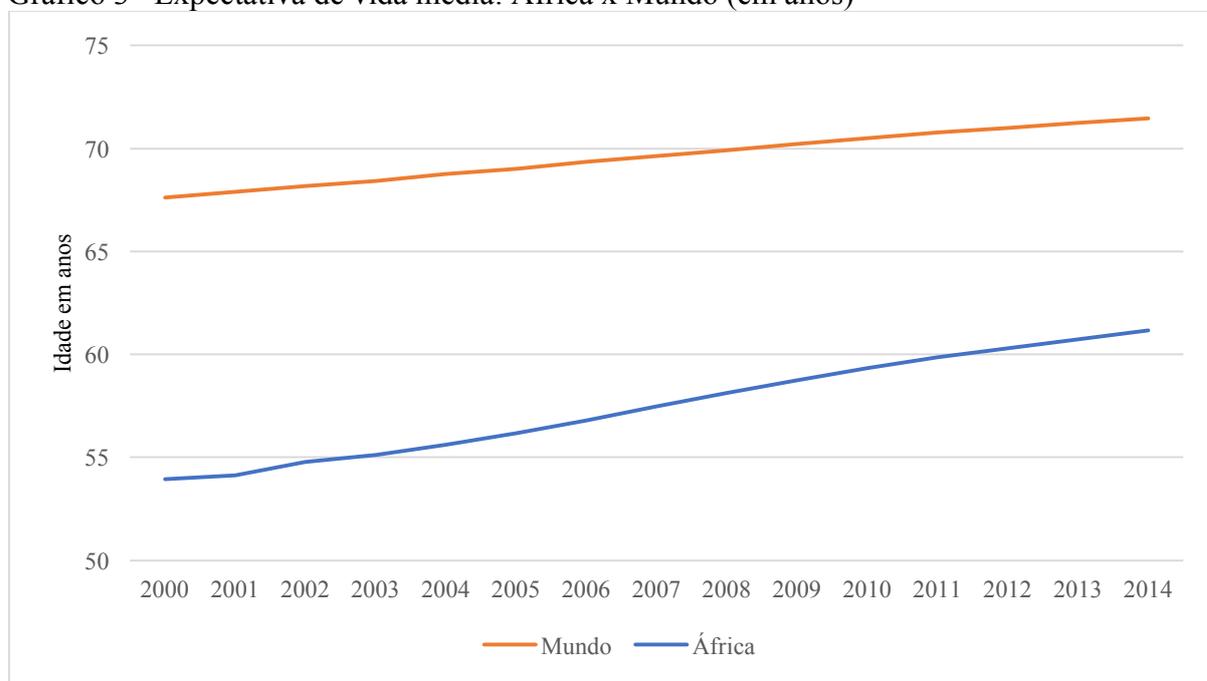
Ainda que a diferença entre a média continental e a mundial ainda seja bastante expressiva, percebe-se uma diminuição progressiva desta diferença, o que pode ser considerado como um avanço positivo no desenvolvimento africano. Ainda, dada a natureza do indicador, podemos assumir que essa evolução muito possivelmente esteja ligada a uma melhora em diversos indicadores sociais das populações do continente, como condições de

⁵⁰ O índice indica o percentual da população entre 15 e 49 anos infectada com o HIV/AIDS, e é elaborado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/AIDS (UNAIDS) (WORLD BANK, 2017).

⁵¹ À época, a menor expectativa de vida no continente era de 38,7 anos, em Serra Leoa, enquanto que a maior era de 72,6 anos – quase o dobro – na Tunísia.

saneamento e alimentação, entre outros, reforçando a ideia de um desenvolvimento positivo no continente.

Gráfico 3 –Expectativa de vida média: África x Mundo (em anos)⁵²



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

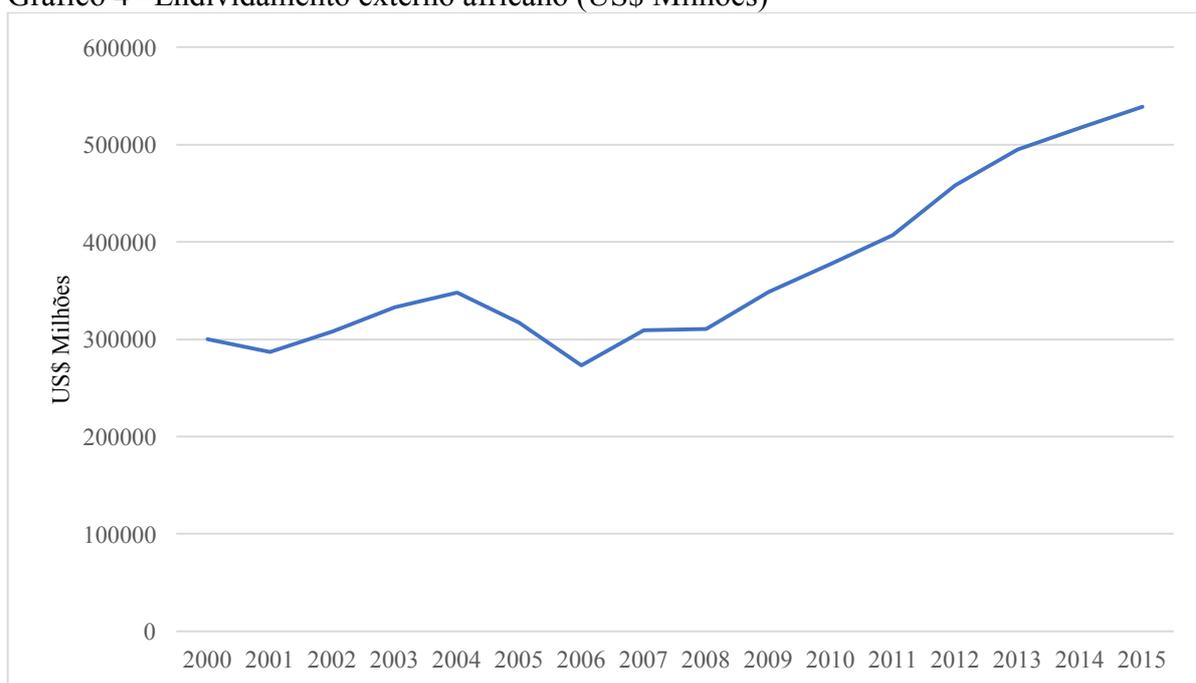
Além de proporcionar uma melhoria direta na qualidade de vida das populações africanas, as lideranças africanas também esperavam, com a NEPAD, atrair mais recursos financeiros para o continente, sobretudo por meio da redução das dívidas externas (via pagamento, renegociação ou mesmo cancelamento), do incremento do IED e também dos fluxos de AOD. Destarte, estes serão os próximos três indicadores a serem analisados.

A primeira análise a ser feita é a do endividamento externo do continente africano. A expectativa da NEPAD de conseguir reduzir o endividamento do continente em parte se apoiava na existência, desde 1996, de uma ferramenta criada pelo FMI em conjunto com o Banco Mundial, conhecida por seu acrônimo em inglês, HIPC (Países Pobres Pesadamente Endividados – *Heavily Indebted Poor Countries*). Seu objetivo era garantir que países pobres não enfrentassem situações de endividamento maior do que sua capacidade, buscando, assim, alternativas que permitissem reduzir o endividamento de tais países a níveis sustentáveis. Em

⁵² Esse indicador representa o número de anos que se espera que um recém-nascido deve viver se os padrões de mortalidade prevalentes à época do nascimento permanecerem os mesmos ao longo de sua vida. Os dados aqui apresentados foram compilados pelo Banco Mundial a partir de diversas fontes: Divisão de População das Nações Unidas; dados censitários e outras publicações estatísticas dos órgãos nacionais de estatística; Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat); Divisão de Estatísticas das Nações Unidas; Escritório do Censo dos EUA e Secretariado da Comunidade do Pacífico (WORLD BANK, 2017).

2005 a iniciativa HICP foi suplementada pela Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI – *Multilateral Debt Relief Initiative*), que passava a permitir que países elegíveis para o HIPC pleitassem o cancelamento de 100% de dívidas selecionadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Africano de Desenvolvimento (IMF, 2017). Nesse contexto, foram identificados 33 países do continente aptos a participar das iniciativas, tendo 30 deles aderido a elas.⁵³

Gráfico 4 –Endividamento externo africano (US\$ Milhões)⁵⁴



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

O que se percebe a partir da análise dos dados, é que, em um primeiro momento, os países africanos tiveram sucesso em reduzir o seu endividamento externo, o que certamente foi resultado não apenas de suas políticas econômicas, mas também das investidas diplomáticas realizadas por lideranças africanas junto aos países desenvolvidos. Após passar por um aumento do endividamento, entre 2001 e 2004, o continente atingiu, em 2006, o seu menor nível de endividamento ao longo dos anos 2000. A partir daí, todavia, o endividamento

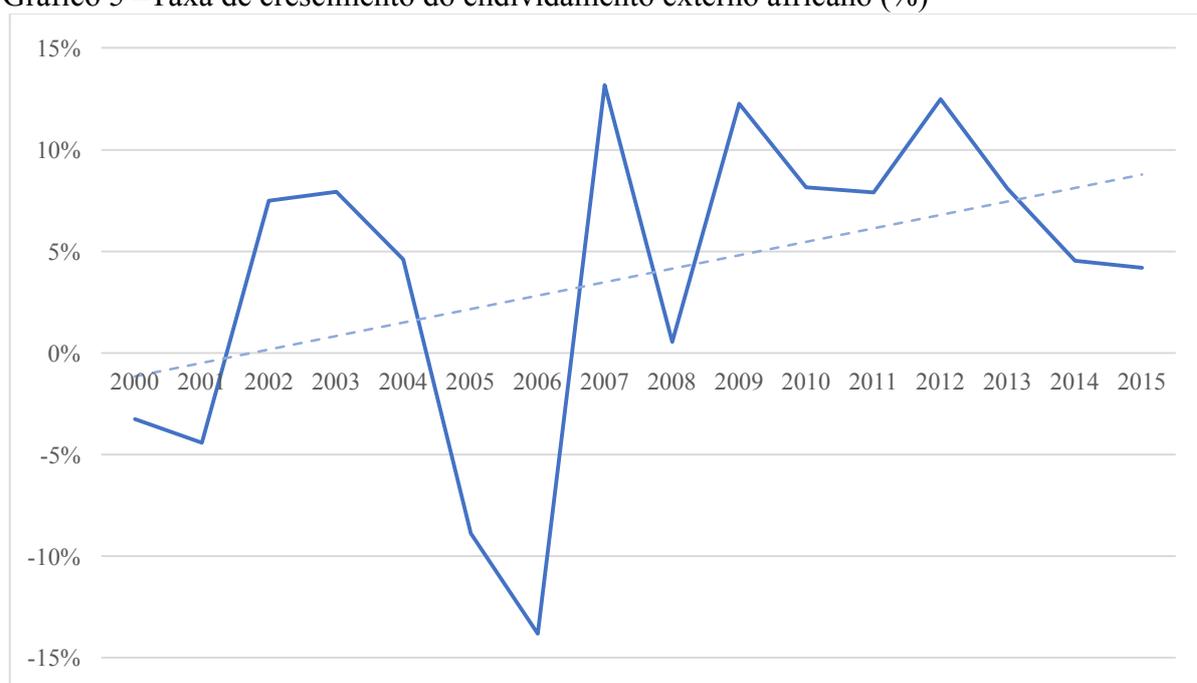
⁵³ Os países aptos, e que aderiram são: Etiópia, Mauritânia, Benim, Gâmbia, Moçambique, Gana, Burkina Faso, Guiné, Níger, Burundi, Guiné-Bissau, Ruanda, Camarões, São Tomé e Príncipe, República Centro-africana, Senegal, Chade, Serra Leoa, Comores, Libéria, Tanzânia, Congo, Madagascar, Togo, R.D. Congo, Malauí, Uganda, Costa do Marfim, Mali e Zâmbia. Os países que apesar de se enquadraram nos critérios, não aderiram às iniciativas são Eritreia, Somália e Sudão (IMF, 2017).

⁵⁴ Representa o montante total, em dólares correntes, de dívidas com não-residentes, pagáveis em moeda, bens ou serviços. É calculado a partir da soma da dívida pública, da dívida privada com garantia pública e da dívida privada de longo prazo, do uso de créditos do FMI e dívidas de curto-prazo (que incluem todas as dívidas que têm uma maturidade original de um ano ou menos, e juros de mora sobre a dívida de longo prazo) (WORLD BANK, 2017).

externo africano cresceu significativamente, atingindo níveis muito superiores aos do início da década.

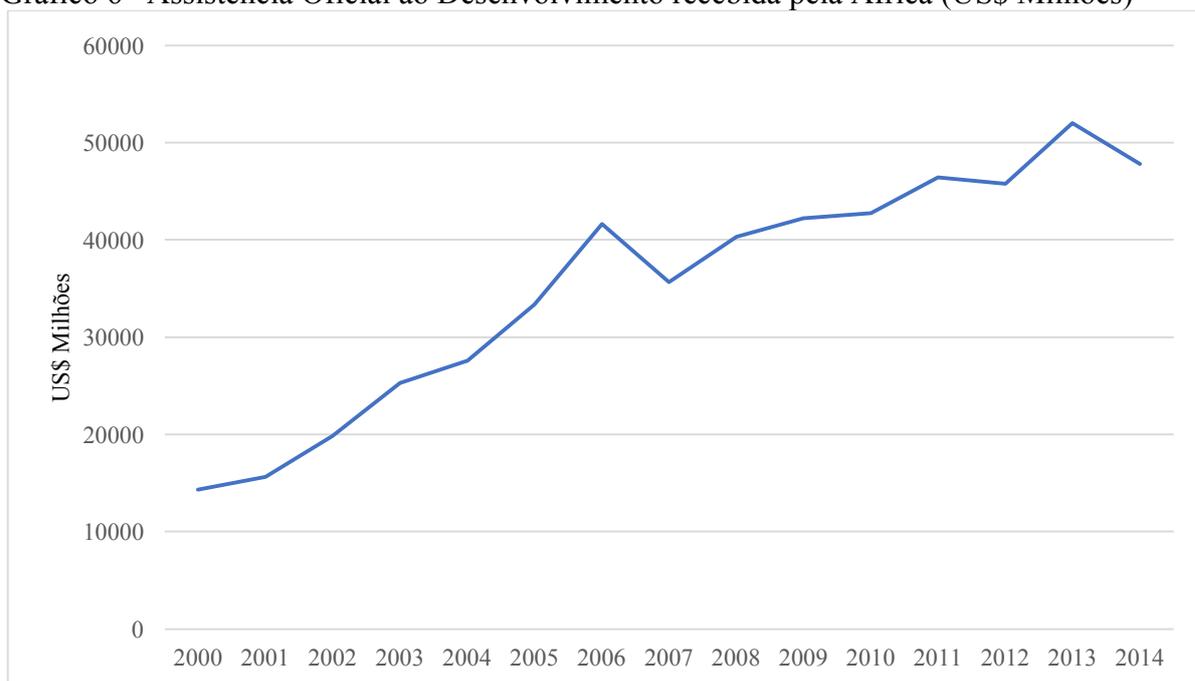
Ao analisarmos o crescimento percentual do endividamento externo africano, podemos perceber uma tendência clara de aumento da taxa de crescimento, o que é demonstrado pela linha de tendência (tracejada) no Gráfico 5, abaixo. Ainda, pode-se perceber que a despeito da criação da MDRI, em 2005, é justamente a partir do ano seguinte que a taxa de endividamento externo do continente deixa de ser negativa, passando, entre 2006 e 2007 a assumir valores positivos – e mantendo-se assim até o presente. Ainda, se considerarmos o Gráfico 4, podemos perceber que o endividamento externo do continente teve um aumento, entre 2000 e 2015, de 79,7%, um cenário bastante distinto daquele almejado pelos idealizadores da NEPAD.

Gráfico 5 –Taxa de crescimento do endividamento externo africano (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Em seguida, analisaremos os fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) recebidos pelo continente. A análise dos dados nos permite perceber que os fluxos de AOD para a África, desde o início dos anos 2000 foi crescente, com uma pequena queda entre 2006 e 2007. Como resultado, os fluxos de AOD recebidos passaram por um crescimento de cerca de 233% ao longo do período, o que pode ser verificado no gráfico 6, abaixo.

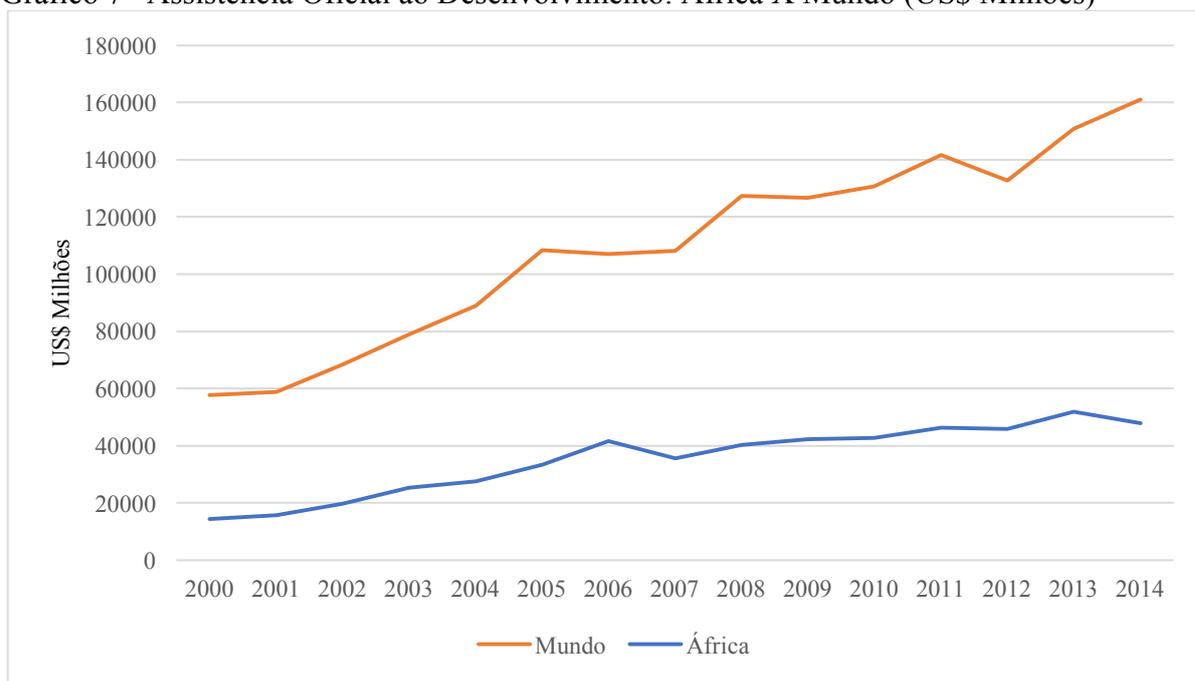
Gráfico 6 –Assistência Oficial ao Desenvolvimento recebida pela África (US\$ Milhões)⁵⁵

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Se fizermos uma comparação com os fluxos mundiais de AOD, o que pode ser verificado no gráfico 7, abaixo, podemos perceber que a tendência dos fluxos mundiais de AOD no período também foram crescentes, ainda que o seu crescimento tenha sido menos significativo no período analisado, atingindo a marca de 179%. A análise do Gráfico 8 nos permite verificar que a proporção da AOD direcionada para o continente africano em relação à AOD direcionada para o mundo foi crescente entre 2000 e 2006, quando atingiu sua maior proporção, sendo equivalente a 38,9%. Após esse período, o continente africano perdeu espaço nos fluxos mundiais de AOD, sendo o destino, em 2014, de cerca de 29,7% destes, proporção equivalente àquela verificada em 2002.

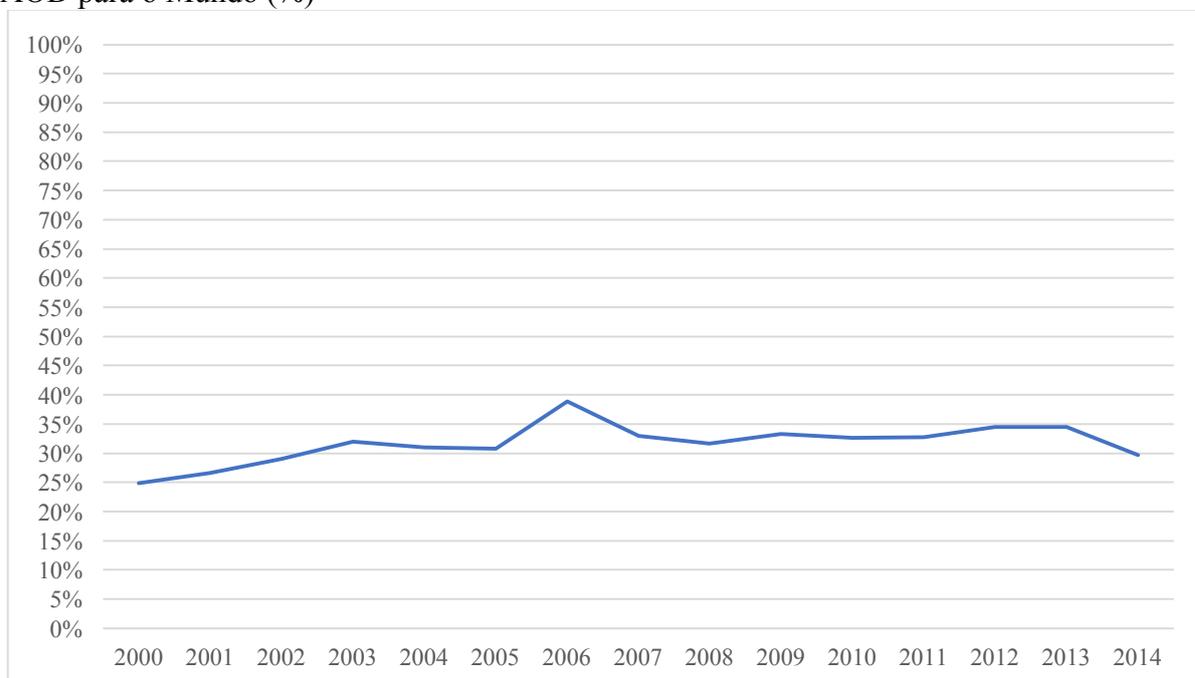
⁵⁵ A Assistência Oficial ao Desenvolvimento consiste em empréstimos concedidos em condições favoráveis e em doações de agências oficiais dos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), de instituições multilaterais e de países não pertencentes ao CAD, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar em países e territórios que constam na lista do CAD de recipientes de AOD. Inclui empréstimos com subvenção de pelo menos 25% (calculado com uma taxa de desconto de 10%). Ainda, soma-se aqui o Auxílio Oficial Líquido, que refere-se aos fluxos de ajuda de doadores oficiais a países e territórios na segunda parte da lista de beneficiários do CAD, extinta em 2005: países mais avançados da Europa Central e Oriental, países da ex-URSS e alguns territórios e países em desenvolvimento avançados. Os valores se encontram em dólares americanos correntes, e são compilados pela OCDE (WORLD BANK, 2017)

Gráfico 7 –Assistência Oficial ao Desenvolvimento: África X Mundo (US\$ Milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Gráfico 8 –Assistência Oficial ao Desenvolvimento: proporção entre AOD para a África e AOD para o Mundo (%)

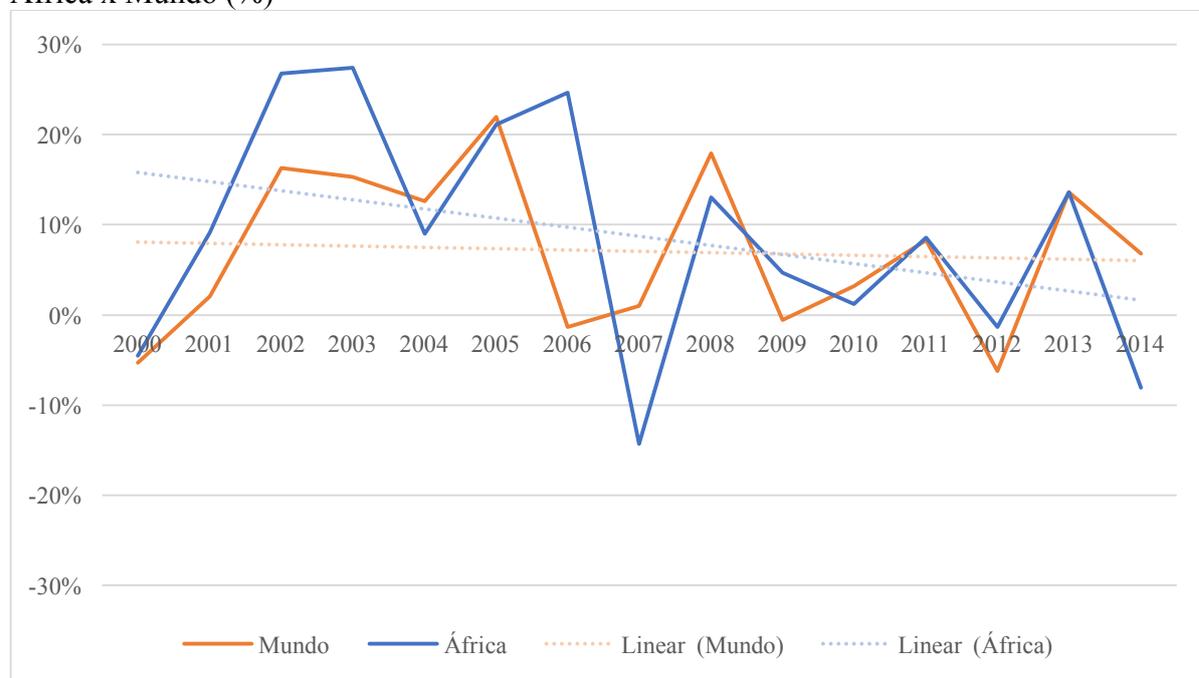


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Ainda, cabe comparar as taxas de crescimento dos fluxos de AOD do mundo e do continente africano, o que é feito no Gráfico 9, abaixo. Tal análise é interessante pois nos mostra um quadro um pouco distinto dos verificados nos gráficos anteriores. O que se percebe

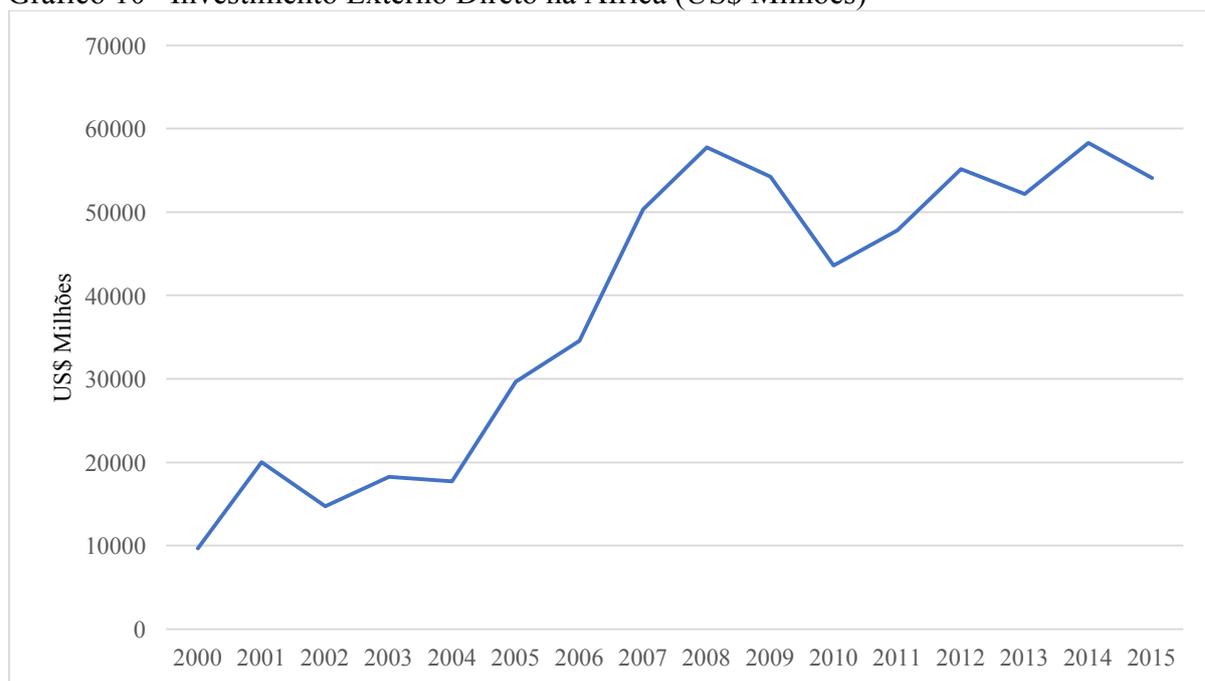
é que ainda que ao longo do período o crescimento do AOD para a África tenha sido muito mais expressivo em termos percentuais do que o crescimento em termos mundiais, a tendência verificada é de que a taxa de crescimento de ambos os fluxos seja decrescente (o que fica mais claro pela análise das linhas de tendência no gráfico). Ainda, o que se verifica é que a taxa de crescimento dos fluxos de AOD para a África decresce com uma intensidade significativamente maior do que os fluxos mundiais, o que aponta para uma tendência de diminuição não só dos fluxos de AOD para o continente, mas também para a diminuição de sua importância em relação aos totais mundiais.

Gráfico 9 – Taxa de crescimento dos fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento: África x Mundo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Outro elemento importante de ser avaliado são os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) recebidos pelo continente. A expectativa das lideranças africanas, com a NEPAD, era de que estes aumentassem, contribuindo, assim, para aumentar o dinamismo e o crescimento das economias do continente. Como podemos verificar no Gráfico 10, abaixo, os fluxos de IED para a África foram crescentes desde o ano 2000, com um breve intervalo de queda entre 2008 e 2010, certamente reflexo da crise financeira internacional vivida à época. No período, o crescimento dos fluxos de IED foi de mais de 400%, passando de aproximadamente US\$ 9,6 bilhões, em 2000, para mais de US\$ 54 bilhões em 2015.

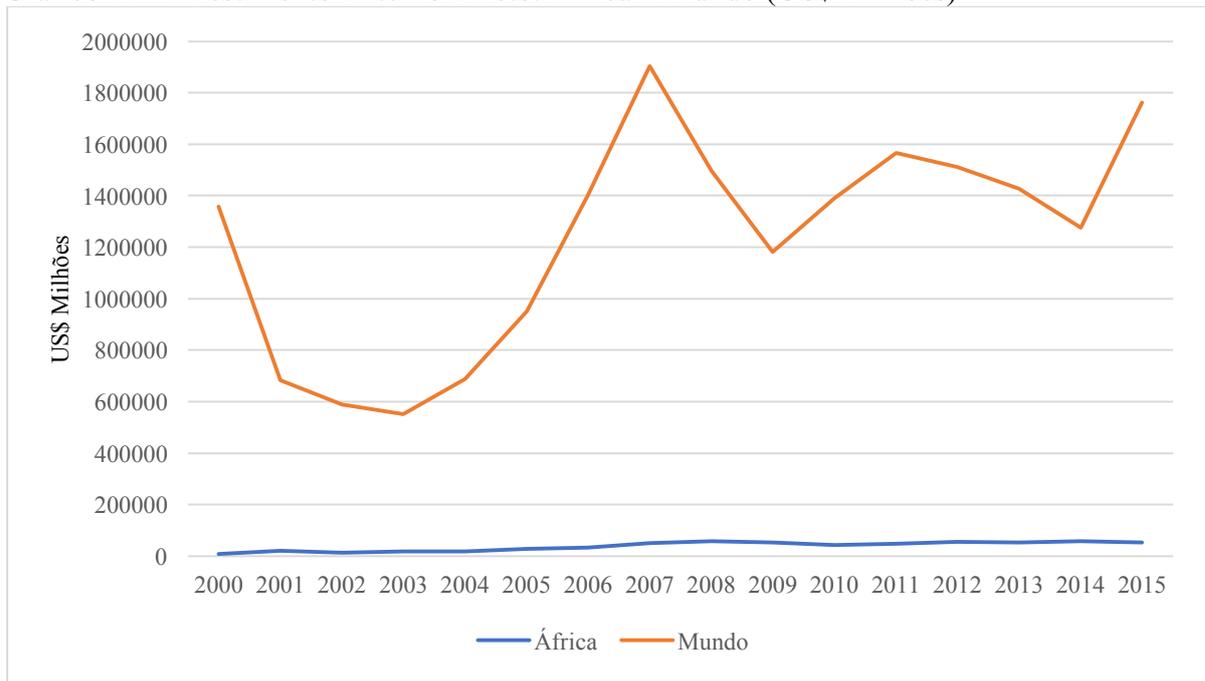
Gráfico 10 – Investimento Externo Direto na África (US\$ Milhões)⁵⁶

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de UNCTAD (2017).

Esses resultados são, certamente, extremamente significativos, e evidenciam a consecução de um importante objetivo da NEPAD. Cabe, todavia, fazer uma comparação com a evolução dos fluxos mundiais de IED no mesmo período, o que pode ser verificado no gráfico 11, abaixo. Enquanto grande parte da primeira década do século XXI foi marcada por um aumento nos fluxos de IED para a África, os fluxos mundiais de IED seguiram, até 2003, o caminho inverso, sendo decrescentes até 2003. Os fluxos de IED para a África, que em 2000 representavam 0,7% dos fluxos mundiais, passaram a representar 3,3% destes, como pode ser verificado no gráfico 12, abaixo. A proporção entre os fluxos de IED para a África e mundiais se manteve relativamente constante até 2009, quando atingiu o seu máximo, com os fluxos de IED para a África sendo equivalentes a 4,59% dos fluxos mundiais.

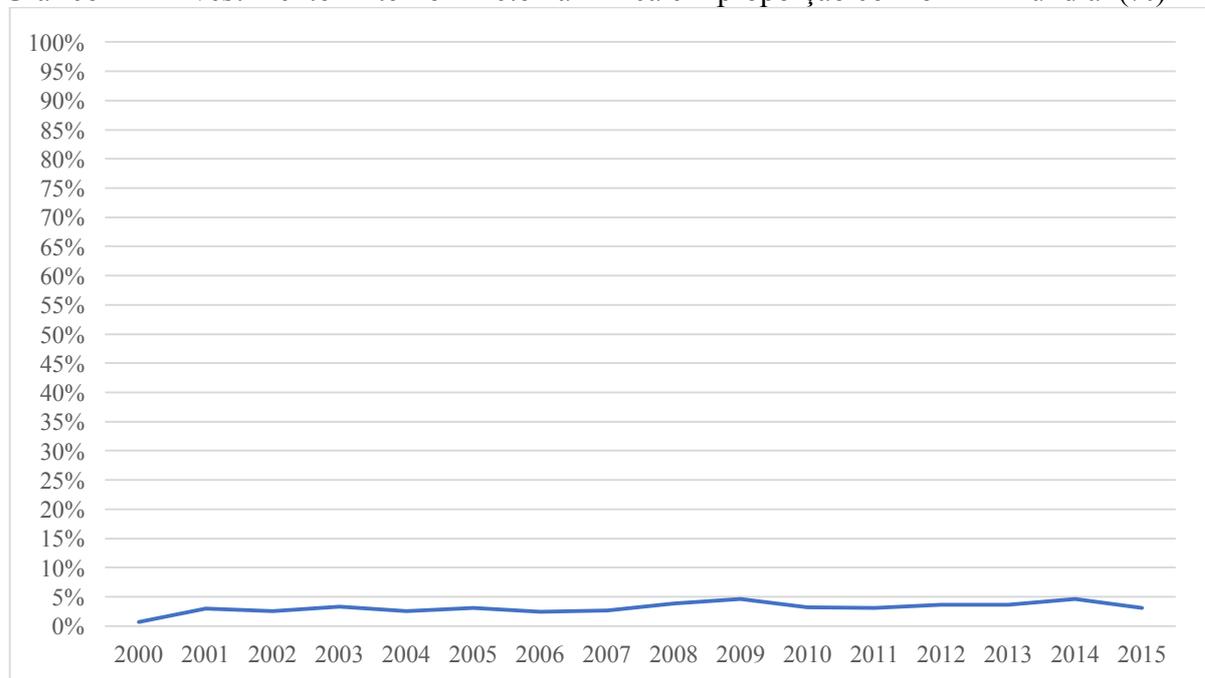
⁵⁶ O Investimento Externo Direto é definido como um investimento que envolve uma relação de longo prazo e que reflete um interesse e um controle duradour por um ente residente em uma economia (investidor estrangeiro direto ou empresa-mãe) de uma empresa residente em outra economia (empresa de IDE, afiliada ou afiliada estrangeira). O IDE implica que o investidor exerce um grau significativo de influência na gestão da empresa residente em outra economia. Envolve tanto a transação inicial entre duas entidades quanto todas as transações subsequentes entre elas e entre afiliadas estrangeiras. Abrange capital social, ganhos reinvestidos e empréstimos intra-empresas. Os fluxos de IED compreendem o capital fornecido (diretamente ou por meio de outras empresas relacionadas) por um investidor estrangeiro direto para uma empresa de IDE ou capital recebido por um investidor estrangeiro direto de uma empresa de IDE. Os dados de fluxos são apresentados em bases líquidas (créditos de transações de capital descontados dos débitos entre investidores diretos e suas afiliadas estrangeiras). Os dados aqui apresentados são compilados pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (UNCTAD, 2017).

Gráfico 11 –Investimento Externo Direto: África x Mundo (US\$ Milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de UNCTAD (2017).

Gráfico 12 –Investimento Externo Direto na África em proporção com o IED mundial (%)

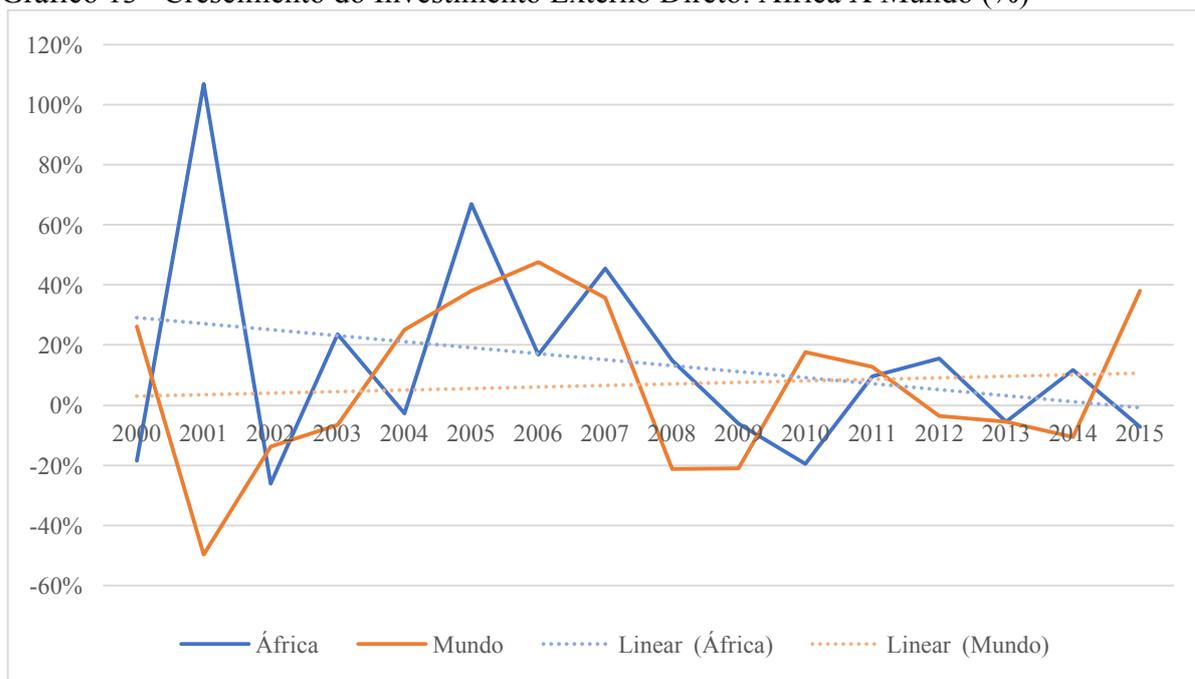


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de UNCTAD (2017).

Outra análise pertinente de ser feita a respeito dos fluxos de IED é a respeito da taxa de crescimento destes ao longo do período, o que pode ser verificado no gráfico 13, abaixo. Uma vez mais, o que podemos perceber é uma tendência de decréscimo dos fluxos de IED

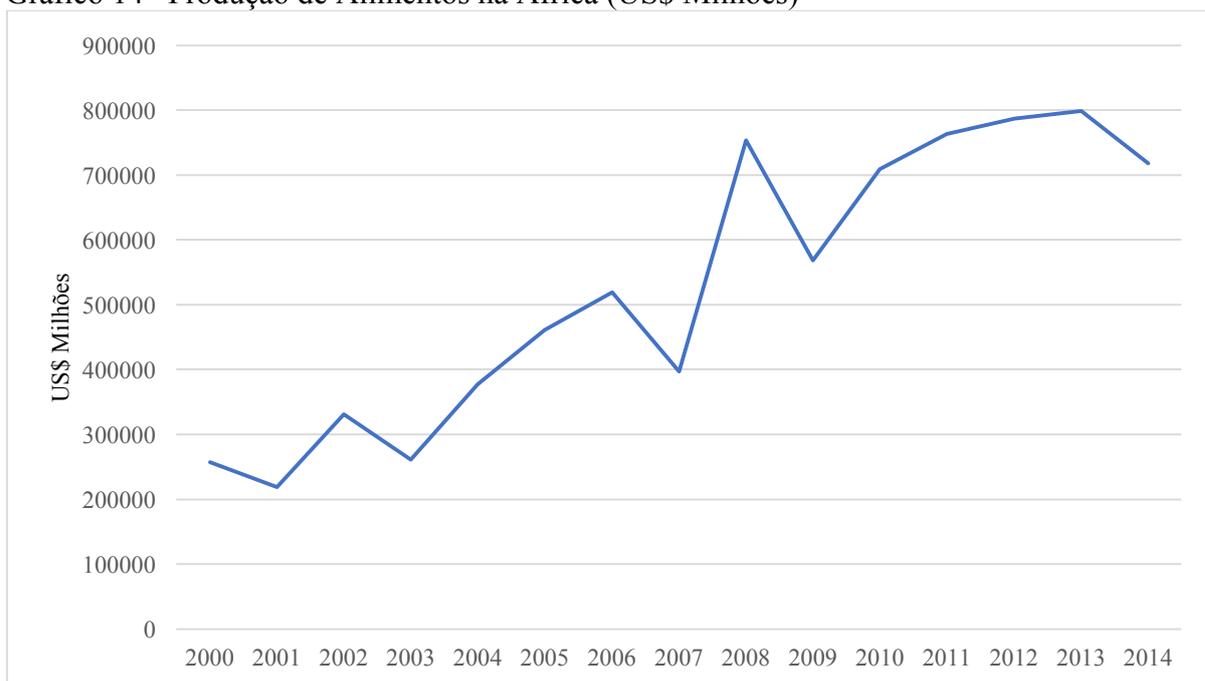
para o continente africano, enquanto os fluxos mundiais apresentam uma tendência de aumento. Assim sendo, tendo como base os dados analisados, espera-se que os fluxos de IED para a África passem, com o decorrer do tempo, a representar uma parcela cada vez menor dos fluxos mundiais, o que aponta para uma diminuição da importância do continente nesse quesito, indo na contramão dos anseios da NEPAD.

Gráfico 13 –Crescimento do Investimento Externo Direto: África X Mundo (%)



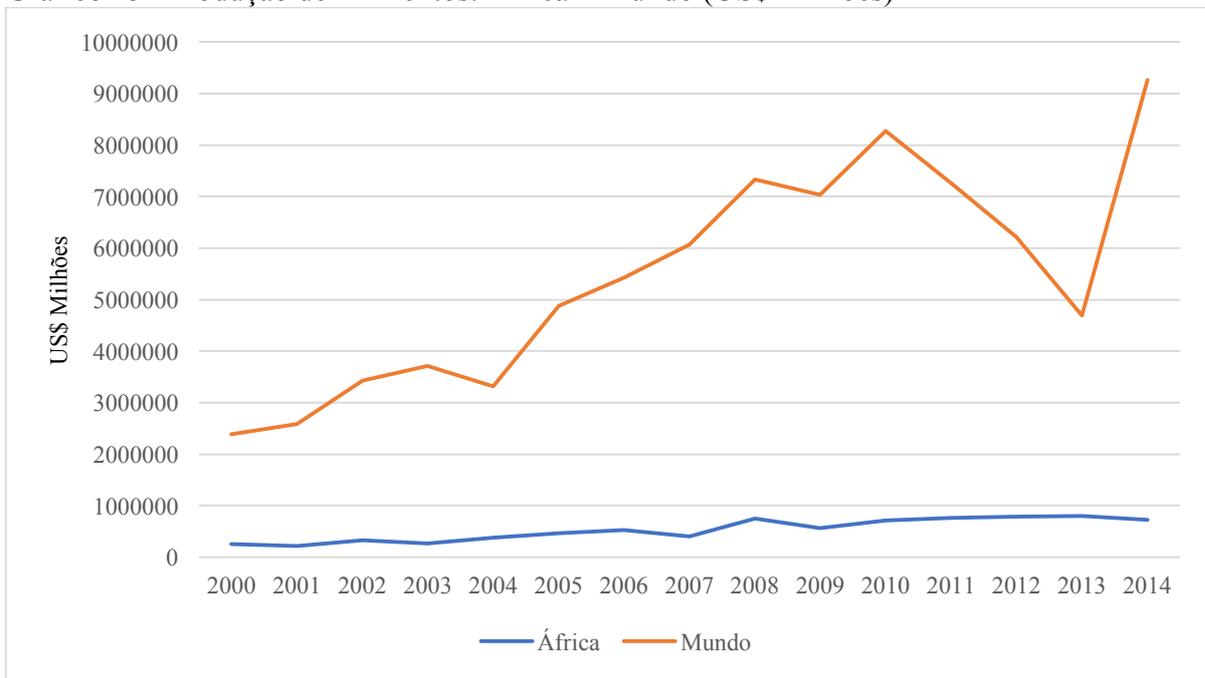
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de UNCTAD (2017).

Outro importante objetivo estabelecido pela NEPAD é o aumento da produção de alimentos no continente via incentivo do setor agrícola. Como visto anteriormente, esse é o principal objetivo do CAADP, que visa transformar a agricultura da África, garantindo, assim, segurança alimentar e nutricional e crescimento econômico e do bem-estar das populações do continente. O Gráfico 14, abaixo, mostra a evolução da produção de alimentos na África desde o ano 2000. Apesar de alguns breves períodos de queda na produção, ao longo do período o continente africano ampliou em quase 180% sua produção de alimentos. O aumento, contudo, não foi tão expressivo quanto o que se verificou a nível mundial no mesmo período, como pode ser visto no Gráfico 15, que foi de 289%.

Gráfico 14 –Produção de Alimentos na África (US\$ Milhões)⁵⁷

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FAO (2017).

Gráfico 15 –Produção de Alimentos: África x Mundo (US\$ Milhões)

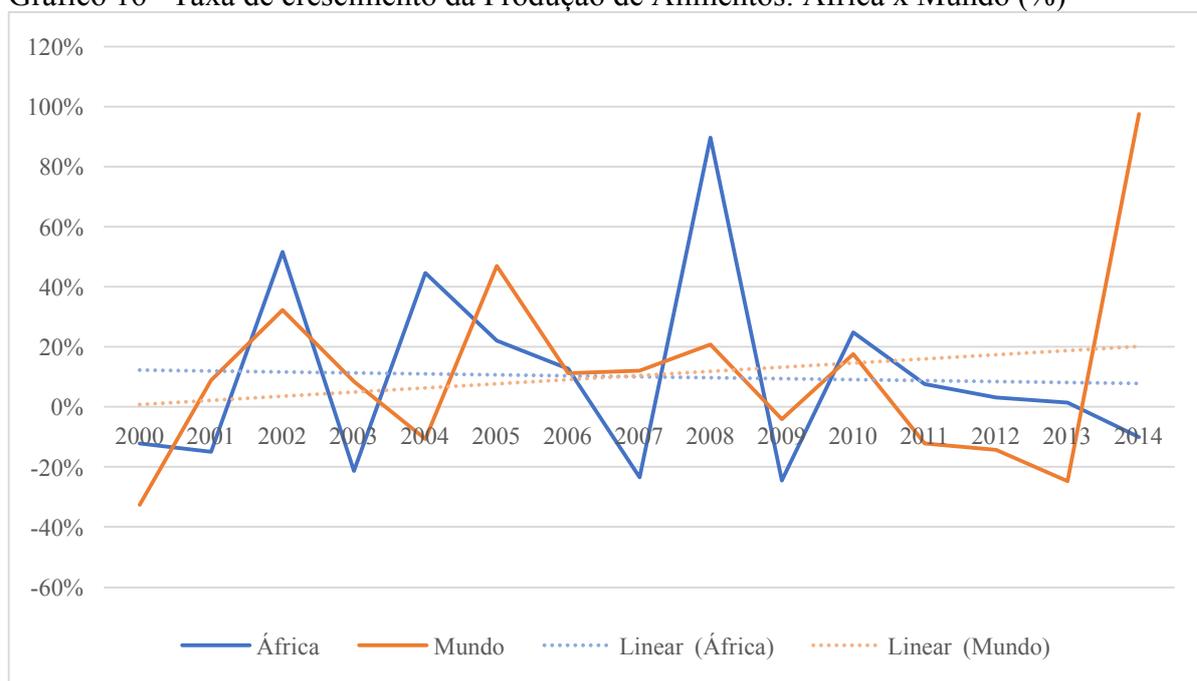


Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FAO (2017).

⁵⁷ Os valores aqui representados são o total, em milhões de dólares (em valores correntes), da produção de itens que se encaixam nas seguintes categorias, estabelecidas pela FAO: agricultura, cereais, comida, pecuária e outros cultivos (FAO, 2017).

Se analisarmos a taxa de crescimento da produção de alimentos no período, comparando o continente africano com o mundo, percebemos uma tendência de diminuição da taxa de crescimento para o continente – ainda que se mantendo positiva –, em oposição a taxas crescentes para o restante do mundo. Tal situação se mostra preocupante, uma vez que, mantida a tendência, as taxas de crescimento da produção de alimentos na África devem diminuir mais ainda, tornando-se eventualmente negativas e implicando numa diminuição da produção, justamente o contrário do que se esperava com a implementação da NEPAD.

Gráfico 16 –Taxa de crescimento da Produção de Alimentos: África x Mundo (%)



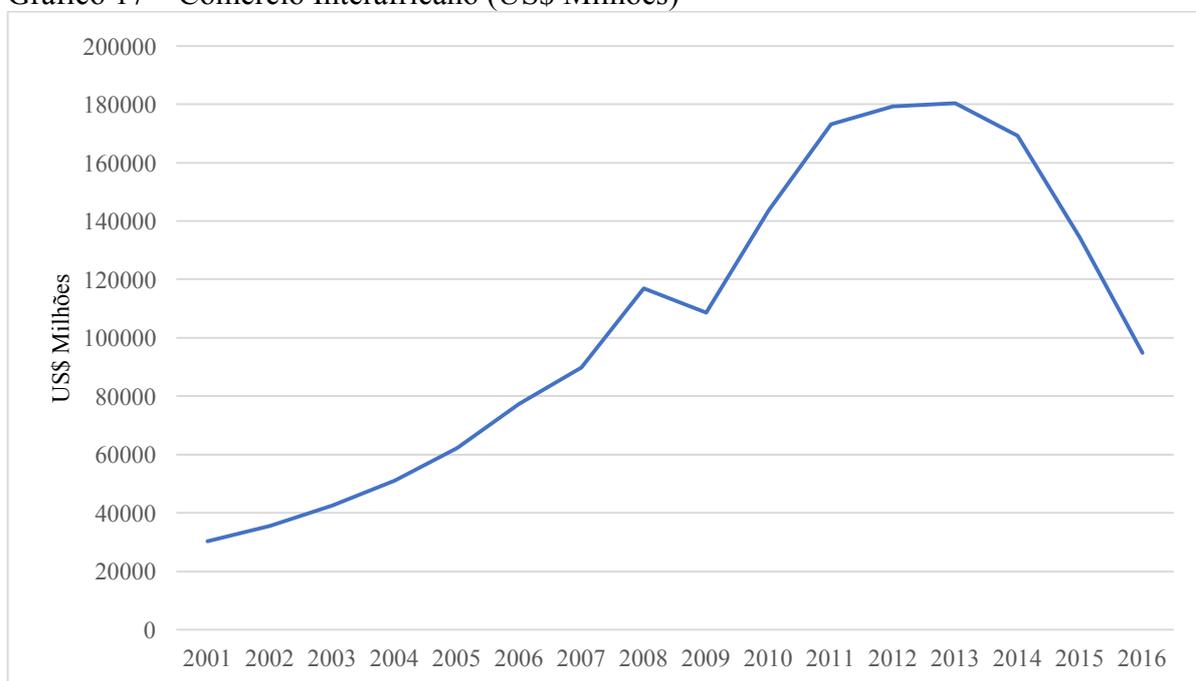
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FAO (2017).

Entre os objetivos almejados pela NEPAD, além dos já destacados neste capítulo, e já destacados anteriormente, encontra-se a intensificação do comércio interafricano – sendo esse um dos principais motivadores para o desenvolvimento e implementação do PIDA, como visto anteriormente. O aumento do volume de comércio no continente teria como resultado, entre outros, um incremento no Produto Interno Bruto (PIB) do continente, bem como – e como consequência – do PIB *per capita* africano, dois outros objetivos da NEPAD. Destarte, estes serão os indicadores que analisaremos em seguida.

A partir do início dos anos 2000, como pode ser visto no gráfico 17, abaixo, o comércio interafricano passou por uma sensível expansão, crescendo ininterruptamente de 2001 até 2008, passando de cerca de US\$ 30 bilhões para mais de US\$ 116 bilhões, um crescimento de aproximadamente 285%. Após uma queda pouco expressiva, entre 2008 e

2009, reflexo da crise econômica internacional, o volume de comércio no continente voltou a crescer, saindo de cerca de US\$ 108 bilhões, em 2009, e atingindo seu ápice em 2013, com um volume de comércio entre os países africanos equivalente a aproximadamente US\$ 180 bilhões. Tal desempenho, contudo, dificilmente poderia ser associado ao PIDA – ainda que este fosse o principal objetivo do programa – uma vez que seu lançamento se deu em 2010. Ainda, se analisarmos os dados, podemos perceber que o crescimento do comércio africano entre 2010 e 2013 foi de pouco menos de 26% – valor que, ainda que expressivo, fica muito aquém do crescimento verificado no período anterior.

Gráfico 17 – Comércio Interafricano (US\$ Milhões)⁵⁸



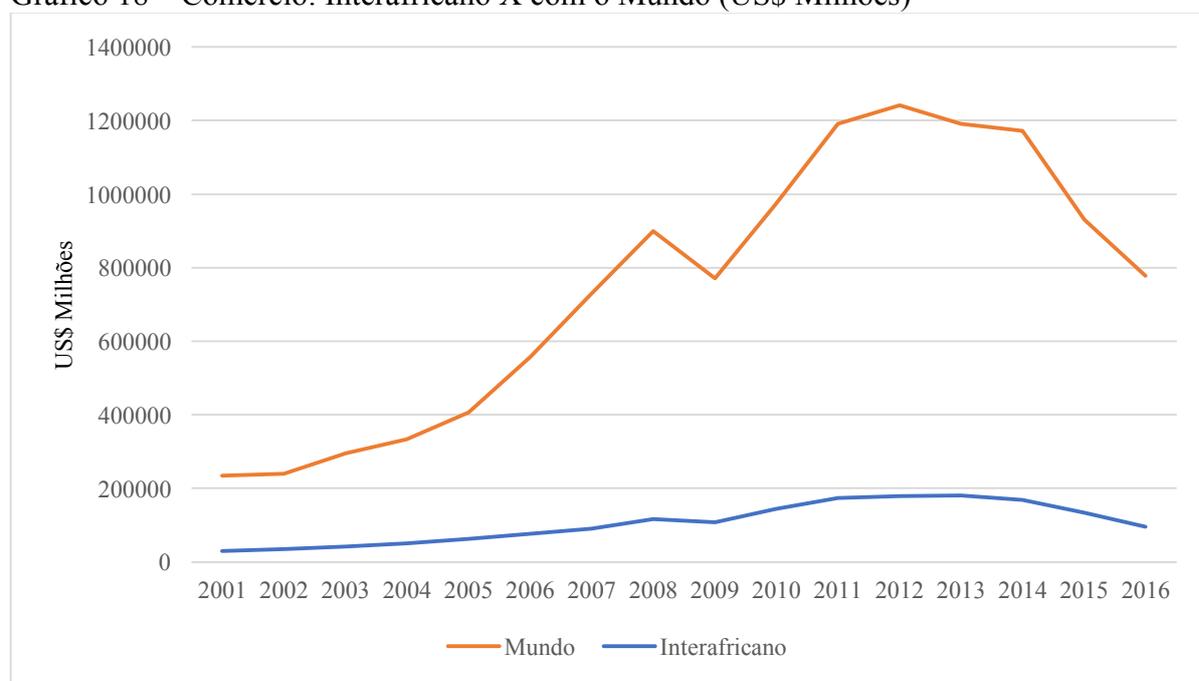
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de ITC (2017).

Após 2013, contudo, o comércio interafricano passa a decrescer de forma muito expressiva, atingindo, em 2016, a marca de aproximadamente US\$ 95 bilhões, um valor semelhante ao verificado em 2007 – uma queda de aproximadamente 47%. Esses resultados são contrários ao esperado levando a NEPAD em consideração, justamente porque, a despeito de uma série de dificuldades, o PIDA tem avançado, com diversos dos projetos planejados tendo sido efetivamente implementados desde sua criação (NEPAD, 2016).

⁵⁸ Este indicador é composto pela soma dos valores, em milhões de dólares correntes, de todos os produtos exportados e importados que tiveram como origem e destino países africanos. Não são incluídos, aqui, serviços e outros valores que não digam respeito à importação e exportação de produtos (ITC, 2017).

Tais resultados talvez possam ser melhor explicados se compararmos a evolução do comércio interafricano com o comércio da África com o mundo como um todo, o que pode ser verificado no gráfico 18, abaixo. Grosso modo, o comportamento do indicador de comércio com o mundo acompanha o comportamento do comércio interafricano. Nesse sentido, de 2001 até 2008, o volume de comércio da África com o mundo cresceu aproximadamente 281%, passando por uma queda entre 2008 e 2009, e voltando a crescer em seguida, atingindo seu ápice em 2012, com um volume de comércio de cerca de US\$ 1,2 trilhões. A partir daí o volume de comércio também passou a declinar – de forma suave até 2014, acentuando-se em seguida – atingindo cerca de US\$ 777 bilhões, valor semelhante ao verificado em 2009, uma queda de cerca de 37% em relação aos valores verificados em 2012.

Gráfico 18 – Comércio: Interafricano X com o Mundo (US\$ Milhões)⁵⁹



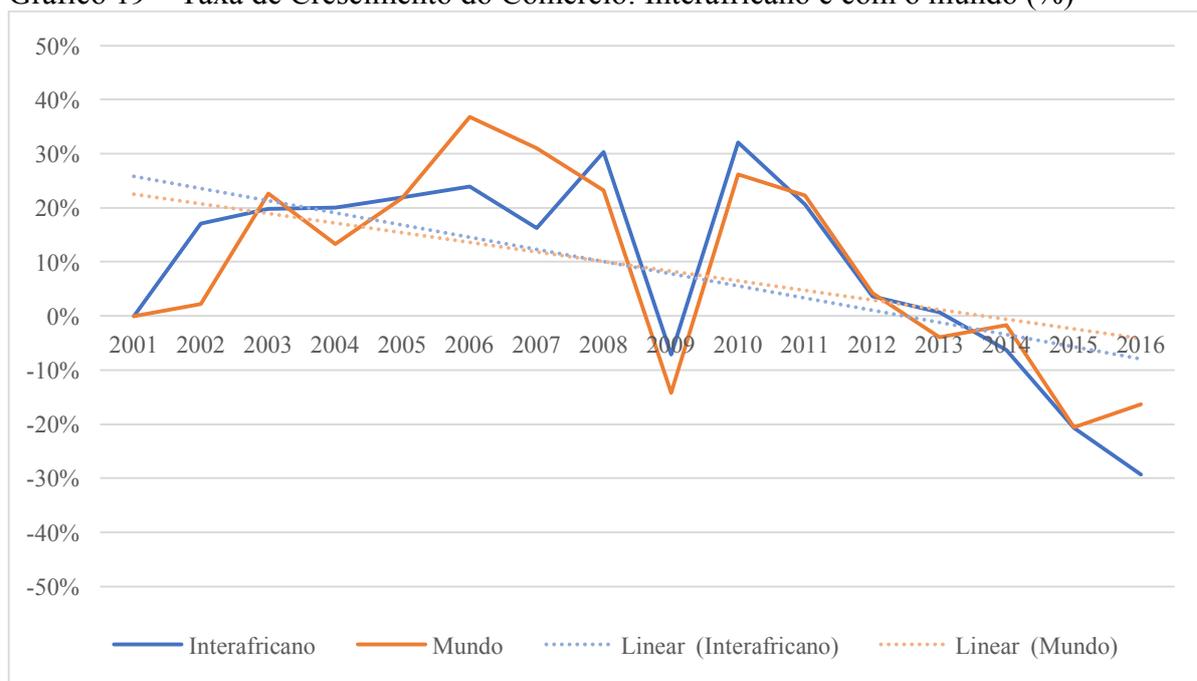
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de ITC (2017).

Ao compararmos as taxas de crescimento do comércio africano com o próprio continente e com o mundo, todavia, podemos perceber, como pode ser verificado no gráfico 19, abaixo, que a despeito de um comportamento semelhante, com ambas as taxas de crescimento apresentando uma tendência negativa ao longo do período, a taxa de crescimento do comércio interafricano possui uma tendência de decréscimo mais acentuada do que a do

⁵⁹ De forma análoga ao indicador de comércio interafricano, o indicador de comércio com o mundo representa a soma, em milhões de dólares correntes, de todos os produtos importados e exportados por países africanos, e que tenham como origem e destino, respectivamente, quaisquer outros países do mundo. Igualmente, não são incluídos, no indicador, valores referentes a serviços ou quaisquer outros que não digam respeito à importação e exportação de produtos (ITC, 2017).

comércio com o restante do mundo, como indicado pelas linhas de tendência. Assim, mantida a tendência atual, podemos esperar, diferentemente do que a NEPAD busca, que o comércio interafricano tenha, no longo prazo, uma importância cada vez menor para os países do continente.

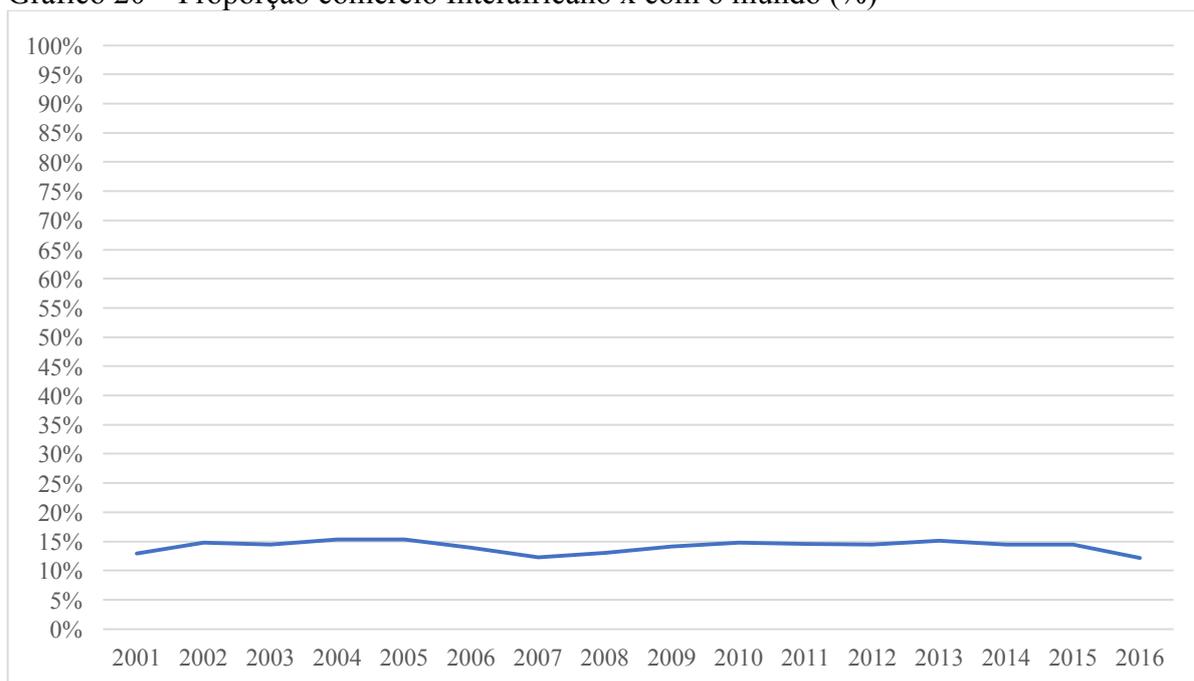
Gráfico 19 – Taxa de Crescimento do Comércio: Interafricano e com o mundo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de ITC (2017).

A análise do gráfico 20, abaixo, nos permite ter uma ideia mais clara dessa situação. Nele é expressa a proporção entre o volume de comércio interafricano em relação ao volume de comércio da África com o mundo, ou seja, quanto o comércio interafricano representa em relação ao comércio africano com o mundo. O que se percebe é que, no período analisado, essa proporção se manteve sempre entre 12% e 15%, aproximadamente, tendo atingido o seu máximo (15,3%, aproximadamente), em 2005. Ainda, é importante perceber que desde 2013, quando atingiu 15,1%, essa proporção tem diminuído, atingindo seu menor valor para todo o período, 12,2% aproximadamente, em 2016, comportamento que parece corroborar a tendência verificada anteriormente.

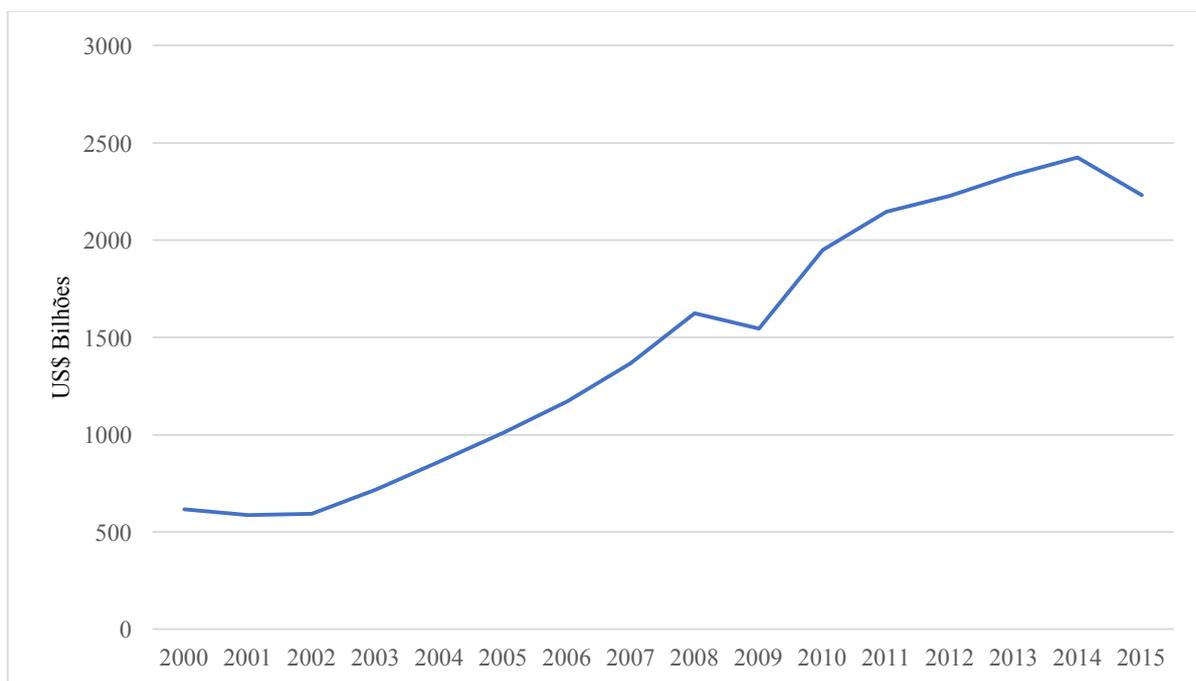
Gráfico 20 – Proporção comércio Interafricano x com o mundo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de ITC (2017).

Outra análise importante de ser feita diz respeito à evolução do PIB do continente ao longo dos anos 2000. Ainda que não seja, por si só, um indicador claro de desenvolvimento, a evolução do PIB nos permite avaliar o crescimento vivenciado pelo continente no período, questão que permeia todos os objetivos da NEPAD. Após uma queda de aproximadamente 3,8% entre 2000 e 2002, o PIB da África cresceu significativamente até 2008, passando de cerca de US\$ 592 bilhões para mais de US\$ 1,6 trilhões, um crescimento de mais de 170%, como pode ser verificado no gráfico 21, abaixo. Como era de se esperar, a economia do continente sofreu os impactos da crise econômica internacional, o que fez com que entre 2008 e 2009 o PIB do continente conhecesse uma queda de 4,8%, retornando a um patamar equivalente ao que atingira em 2007.

A despeito disso, o continente, como diversas outras regiões em desenvolvimento no mundo, passou por uma rápida recuperação, retomando o crescimento de seu PIB a partir de 2009, e mantendo o crescimento até 2014, quando atingiu seu maior valor, US\$ 2,4 trilhões, um crescimento de quase 50% em relação a 2008. Entre 2014 e 2015, o PIB africano voltou a sofrer uma queda, atingindo a marca de US\$ 2,2 trilhões, uma redução de aproximadamente 8% em relação ao ano anterior.

Gráfico 21 – Produto Interno Bruto da África (US\$ bilhões)⁶⁰

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

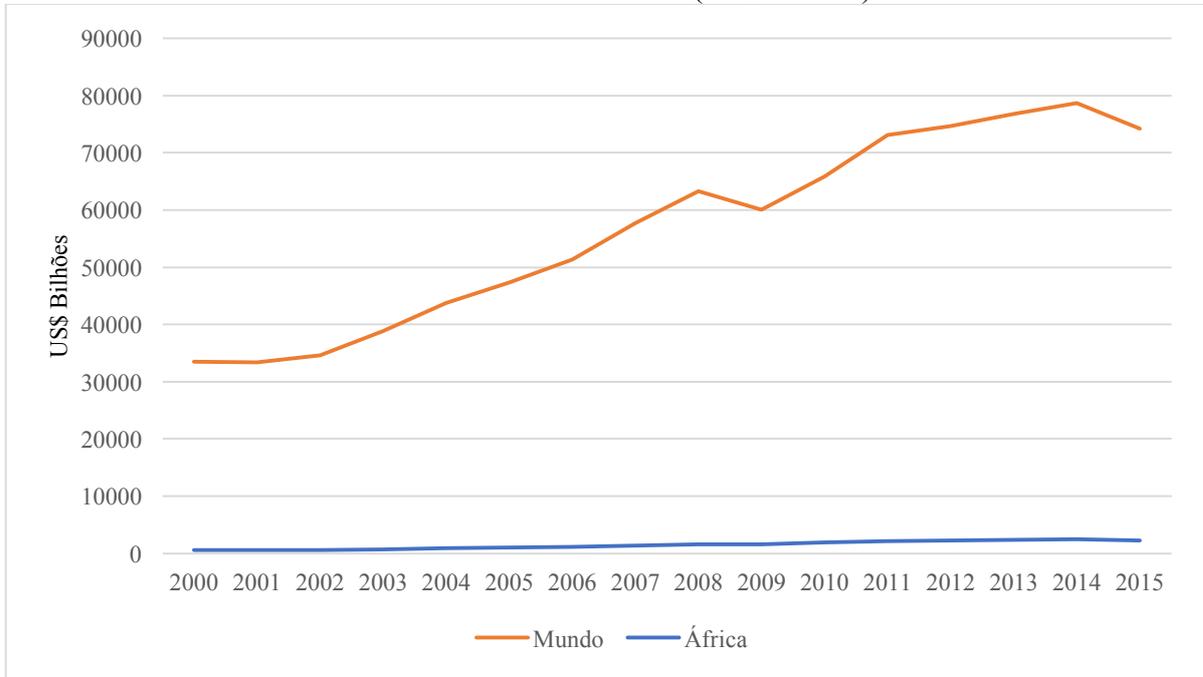
Se compararmos o PIB africano com o mundial (gráfico 22, abaixo), podemos perceber que ambos tiveram uma evolução semelhante no período, com um crescimento significativo ao longo de todo o período, sofrendo apenas uma pequena queda entre 2008 e 2009, como resultado da crise econômica mundial. Ainda, assim como o PIB africano, o PIB mundial sofreu uma queda a partir de 2014, diminuindo cerca de 5,5%. Enquanto que entre 2000 e 2015 o crescimento do PIB mundial foi de 121%, o PIB africano cresceu cerca de 262%.

Se analisamos a evolução da taxa de crescimento do PIB africano em comparação com a do PIB mundial (gráfico 23), podemos perceber que ambas possuem uma tendência negativa no período, com a taxa de crescimento do PIB africano tendendo a um decréscimo levemente mais acentuado do que a taxa de crescimento do PIB mundial (o que pode ser verificado pela análise das linhas de tendência). De forma análoga aos demais indicadores, essa tendência aponta para, no longo prazo, um aumento cada vez maior na diferença entre o PIB mundial e o africano. Ao longo do período analisado, contudo, o que podemos perceber é um desempenho africano positivo em relação ao mundo. Enquanto no início da década o PIB

⁶⁰ Representa a soma, em dólares americanos correntes, do valor bruto adicionado por todos os produtores residentes na economia, mais quaisquer impostos sobre os produtos, descontados quaisquer subsídios que não estiverem embutidos no valor dos produtos. É calculado sem deduções para a depreciação de ativos fabricados ou para o esgotamento ou degradação de recursos naturais. Os dados aqui apresentados são compilados pelo Banco Mundial e pela OCDE (WORLD BANK, 2017).

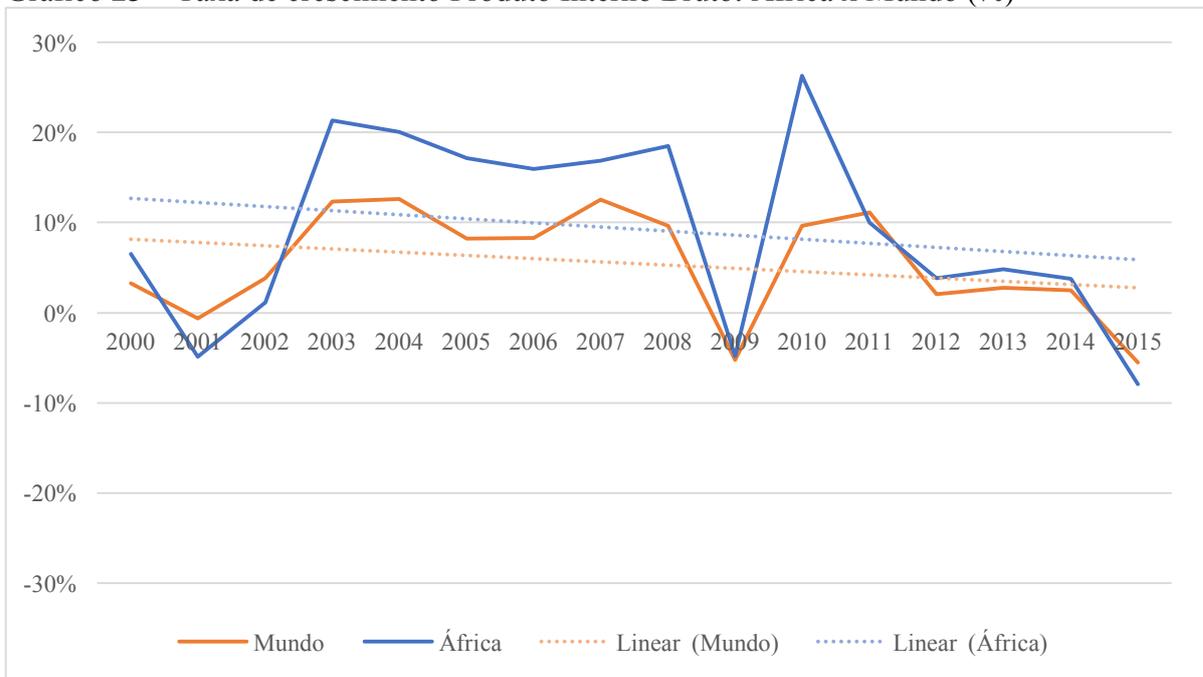
africano representava cerca de 1,8% do PIB mundial, em 2015 esse valor já atingia 3%, como pode ser verificado no gráfico 24.

Gráfico 22 – Produto Interno Bruto: África x Mundo (US\$ bilhões)



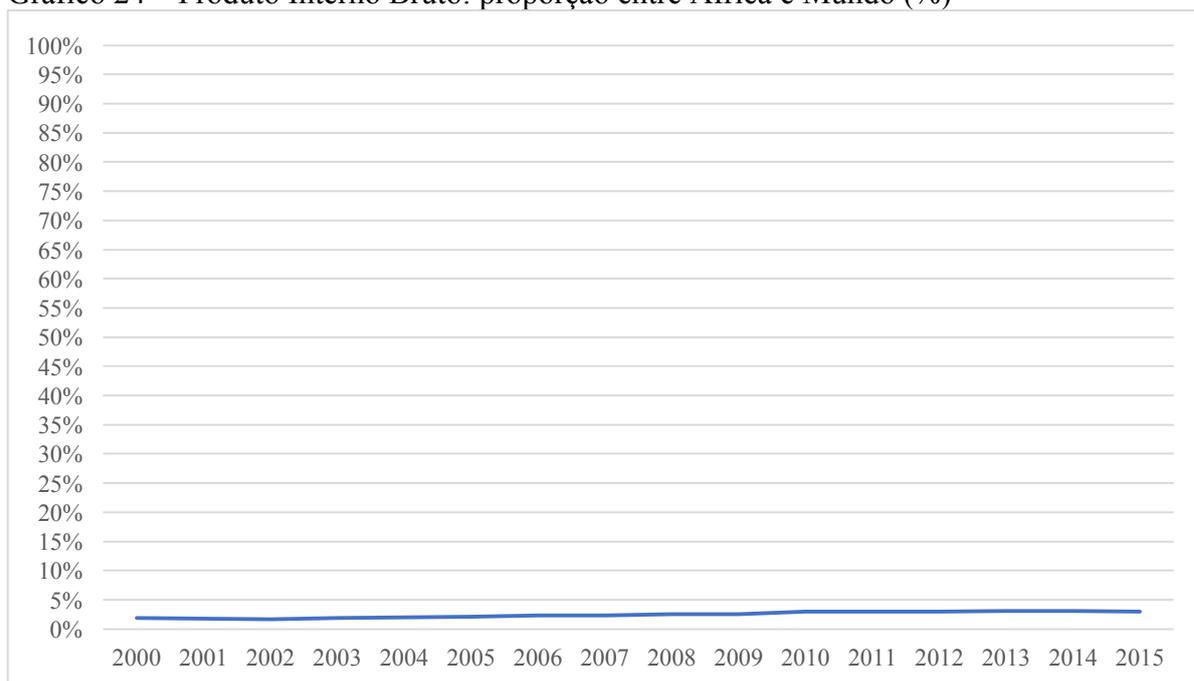
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Gráfico 23 – Taxa de crescimento Produto Interno Bruto: África x Mundo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

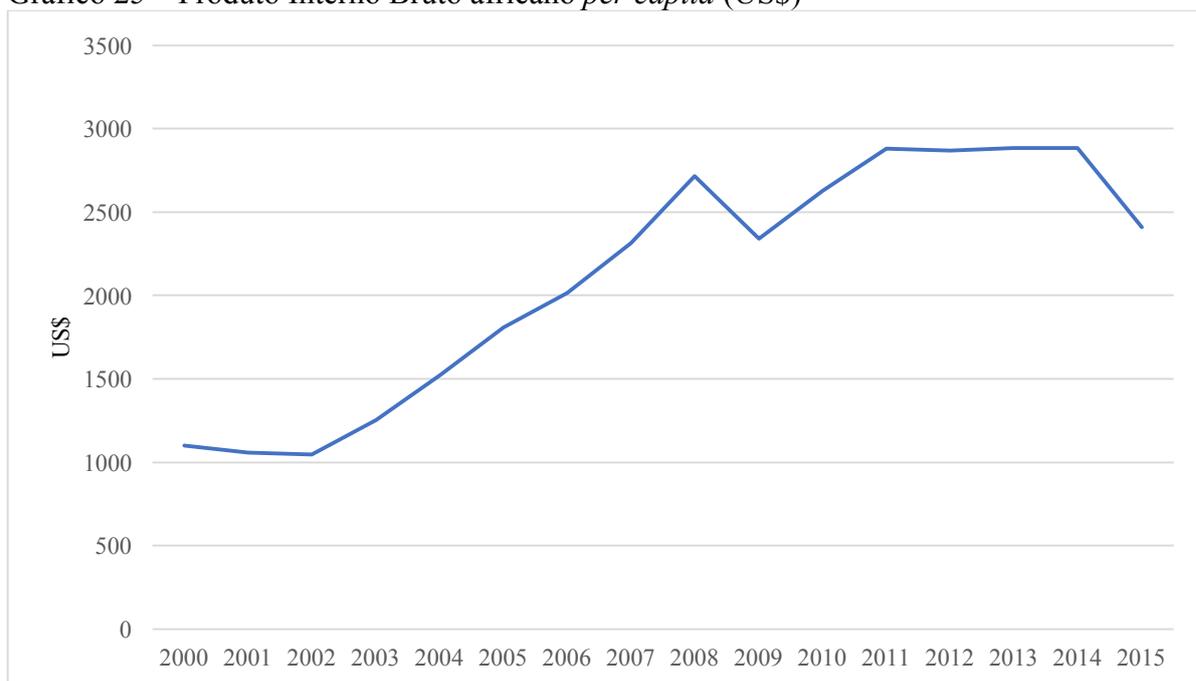
Gráfico 24 – Produto Interno Bruto: proporção entre África e Mundo (%)



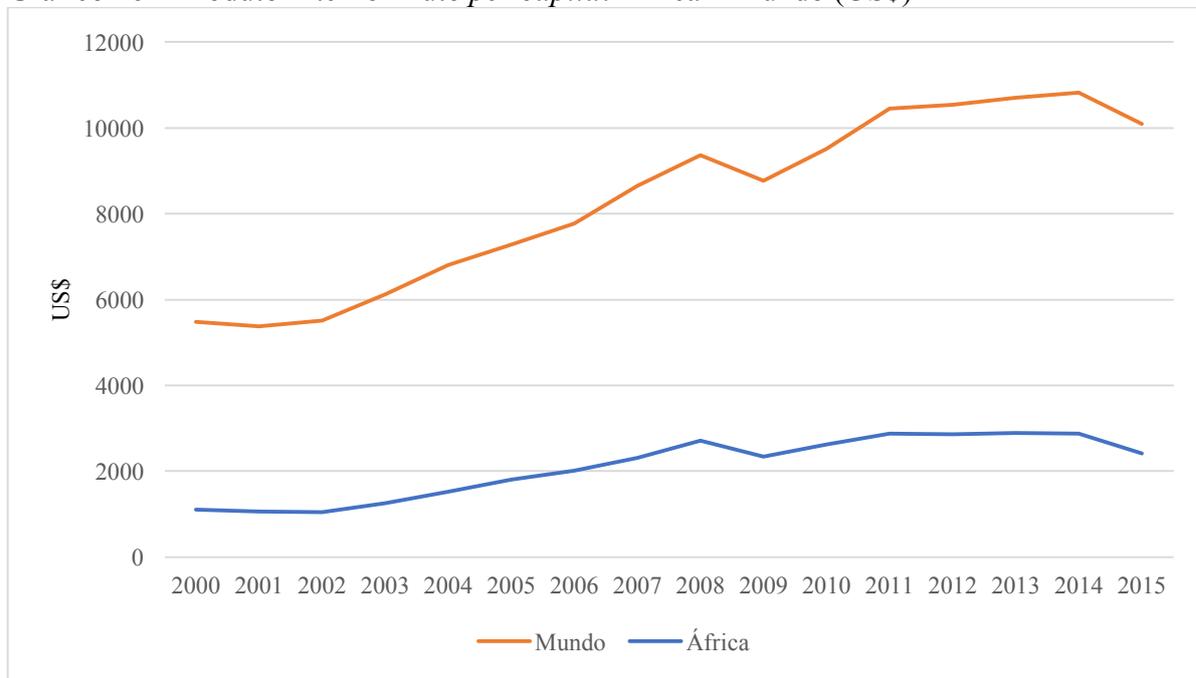
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Por fim, cabe fazermos uma análise semelhante, mas em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* do continente africano. Grosso modo, o comportamento do PIB *per capita* no continente acompanhou o do próprio Produto Interno Bruto (gráfico 25, abaixo). Após uma queda de cerca de 5% entre 2000 e 2002, o PIB *per capita* foi crescente até 2008, quando atingiu a marca de aproximadamente US\$ 2714, um crescimento de quase 160% em relação a 2002. Após uma queda de 13,7%, em 2009, o PIB *per capita* retomou seu crescimento, atingindo a marca de aproximadamente US\$ 2879 em 2011, um crescimento de 23% em relação a 2009. Daí até 2014 o PIB *per capita* se manteve constante, sofrendo uma queda de cerca de 16,4% e atingindo a marca de US\$ 2410, em 2015.

Ainda, ao compararmos o PIB *per capita* africano com o mundial podemos perceber, uma vez mais, um comportamento semelhante – e análogo ao comportamento dos respectivos Produtos Internos Brutos (gráfico 26, abaixo). Ao longo do período 2000 a 2015, o PIB *per capita* mundial passou por um crescimento de 84%, enquanto o africano cresceu quase 120%.

Gráfico 25 – Produto Interno Bruto africano *per capita* (US\$)⁶¹

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

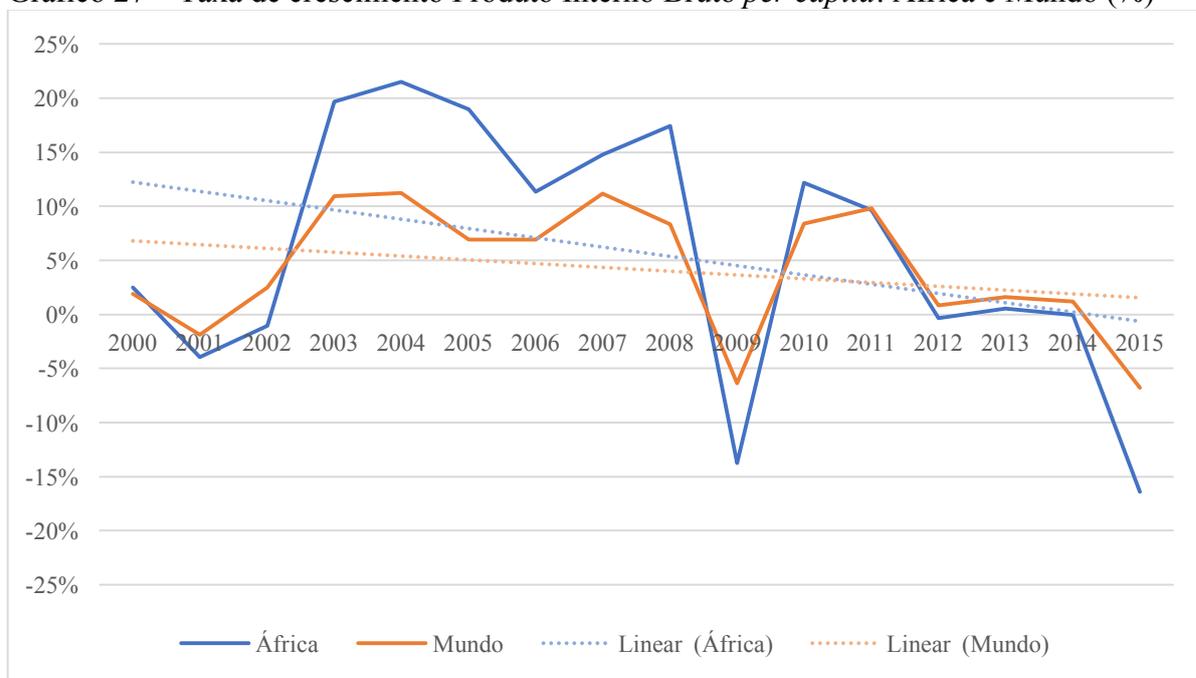
Gráfico 26 – Produto Interno Bruto *per capita*: África x Mundo (US\$)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

⁶¹ O PIB per capita é o valor, em dólares correntes, do PIB dividido pela população total do país/região na metade do ano analisado. Os dados aqui apresentados são compilados pelo Banco Mundial e pela OCDE (WORLD BANK, 2017).

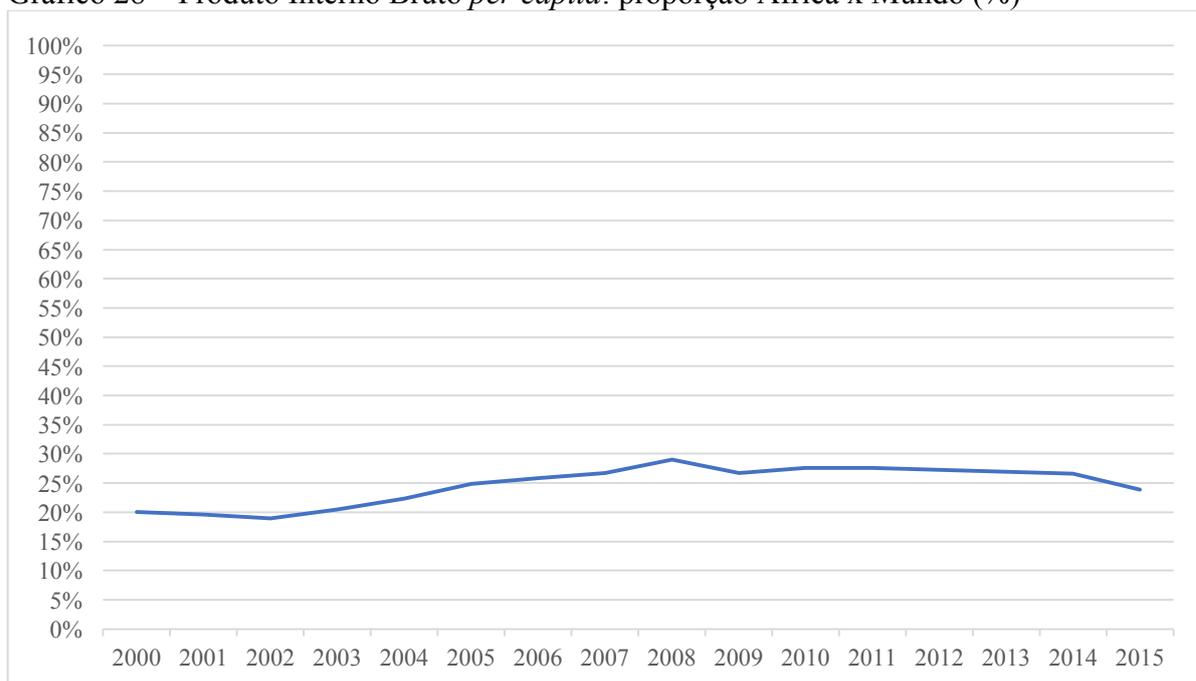
A despeito desse crescimento acentuado do PIB *per capita* africano, ao analisarmos a evolução das taxas de crescimento de ambos os Produtos Internos Brutos *per capita* percebemos, novamente, uma tendência de crescimento negativa para ambos, com a tendência para o continente africano sendo sensivelmente mais acentuada (como podemos perceber pelas linhas de tendência apresentadas no gráfico 27, abaixo). Uma vez mais, essa informação nos permite inferir que, mantidas as tendências atuais, no longo prazo o crescimento do PIB *per capita* africano deve passar a crescer de forma cada vez mais lenta, tendendo a se tornar negativo em um ritmo mais acelerado do que o crescimento do PIB *per capita* mundial, contribuindo para aumentar ainda mais, dessa forma, a diferença entre o PIB *per capita* mundial e o africano.

Gráfico 27 – Taxa de crescimento Produto Interno Bruto *per capita*: África e Mundo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Apesar dessa tendência, podemos perceber por meio da análise do gráfico 28 que ao longo dos anos 2000, a África teve sucesso em diminuir a diferença entre o PIB *per capita* do continente e o mundial. Enquanto que no ano 2000 o valor do PIB *per capita* africano era equivalente a pouco mais de 20% do PIB *per capita* mundial, em 2008 esse valor chegou a atingir quase 30%. As mudanças subsequentes, todavia, fizeram com que, em 2015, esse valor fosse de apenas 23,8%, uma redução bastante significativa em relação a 2008, e um aumento pouco expressivo em relação ao início da década.

Gráfico 28 – Produto Interno Bruto *per capita*: proporção África x Mundo (%)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de World Bank (2017).

Como dito no início deste capítulo, os dados aqui apresentados não permitem que seja feito um diagnóstico peremptório a respeito da NEPAD – seja ele de sucesso ou de fracasso. Ainda que seja perceptível de forma clara uma melhora em todos os indicadores para o continente africano, não há elementos que permitam associá-la diretamente à Parceria. Esses dados, não obstante, nos permitem refletir a respeito do desempenho do continente, em todos os indicadores, ao longo dos anos 2000, tanto individualmente quanto em relação ao restante do mundo, o que será feito em seguida, no capítulo de conclusão deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho era analisar o papel da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano nas mudanças socioeconômicas vividas pela África desde o ano 2000. Com este intuito, buscou-se realizar, primeiramente, uma revisão histórica do desenvolvimento do continente africano, de forma a contextualizar não apenas a evolução do continente e das relações políticas e econômicas interafricanas – e da África com o restante do mundo –, mas também o próprio processo de concepção e de implementação da NEPAD, fundamentalmente inserido no processo de renovação vivido pelo continente no Século XXI. Em seguida, buscamos apresentar de maneira um pouco mais aprofundada o processo de concepção da NEPAD, bem como seus principais objetivos e algumas das críticas realizadas à Parceria. Por fim, foram apresentados diversos dados sobre indicadores – sociais e econômicos –, ligados aos objetivos da NEPAD, com o intuito não só de avaliar o desenvolvimento africano no período, mas também compará-lo com o contexto mundial e, dessa forma, melhor avaliar a importância da NEPAD para o desenvolvimento da África no século XXI.

A partir da análise aqui realizada, podemos chegar a duas conclusões principais, ambas de relevância ímpar para o continente africano. Primeiramente, é inegável que a África – tomada como uma unidade de análise – vivenciou, ao longo dos anos 2000, uma melhora significativa em todos os seus indicadores econômicos e sociais. Como já destacado, ainda que este desempenho não seja generalizável para os 54 países africanos, é inegável que há uma melhora significativa no continente como um todo, e que muitos países, de forma individual, conseguiram tirar proveito deste contexto – não é à toa que um terço dos países africanos atingiram um nível de desenvolvimento médio ou elevado já na metade da segunda década do Século (BAD; OCDE; PNUD, 2017).

Melhoras expressivas em indicadores como expectativa de vida, mortalidade infantil e PIB *per capita* atestam que o continente tem passado por melhoras relevantes na qualidade de vida de sua população. Além disso, os aumentos nos fluxos de AOD e de IED, bem como da produção de alimentos e mesmo do comércio interafricano – ainda que não para todo o período –, apontam para o sucesso de diversos dos objetivos estipulados pela NEPAD. Nesse sentido, a Parceria parece cumprir de forma bastante efetiva com um de seus principais objetivos: viabilizar ao continente africano um aumento no nível de autonomia ao planejar e conduzir as políticas ligadas ao seu desenvolvimento, diminuindo, assim, a intensidade e a profundidade das ingerências externas. A NEPAD, assim, serve de reafirmação da

independência africana frente às ex-metrópoles – que passam a ter seu espaço cada vez mais restrito no continente – e a outros atores extracontinentais.

Ainda, nos parece importante considerar que o período, bem como os indicadores aqui analisados, foram, certamente, impactados por elementos conjunturais; a magnitude desses impactos, todavia, nos parece impossível de mensurar. A despeito disso, ainda que não seja possível afirmar de forma peremptória que as mudanças ocorridas no continente ao longo dos anos 2000 são fruto exclusivamente da NEPAD, nos parece plausível considerar que a melhora em diversos indicadores estipulados como objetivos da Parceria não seja mero acaso, mas sim um resultado intrinsecamente ligado a ela. A NEPAD, assim, se mostrou de relevância ímpar para a África, possibilitando ao continente africano um desenvolvimento significativo – independentemente da conjuntura global do período.

Por outro lado, a análise aqui realizada nos mostra uma outra perspectiva, muito menos positiva para a África. Ao longo dos anos 2000, a despeito da melhora vivida pelo continente, o que se percebe é que esta ficou aquém do desempenho médio do mundo. Além disso, mesmo nos indicadores em que o desempenho africano foi semelhante ao do restante do mundo, o que se apreende é que a tendência verificada ao longo do período é de uma piora no desempenho africano em relação ao restante do mundo. Além disso, há, ao longo dos anos 2000, um aumento expressivo do endividamento externo do continente, o que tem um grande potencial de gerar novas dificuldades – econômicas e sociais – para a África no longo prazo.

Tal desempenho nos remete ao trabalho de Arrighi (2002) no qual ele discute o desenvolvimento africano ao longo das décadas de 1960 e 1970 e suas consequências para as décadas subsequentes. Em sua análise, o autor faz uso de alguns indicadores econômicos para demonstrar que o desenvolvimento africano no período não se deu de forma sustentada, tendo apenas resultados positivos efêmeros e consequências deletérias no longo prazo. De acordo com ele, “[...] o desenvolvimento econômico da África tropical nos anos 1960 [foi um] ‘crescimento perverso’, ou seja, crescimento que prejudica mais do que melhora as potencialidades da economia para crescer no longo prazo” (ARRIGHI, 2002, p.11, tradução nossa). Para o autor, tal desempenho seria resultado não só do contexto internacional vivido no período, mas também da estrutura desigual do sistema internacional e, principalmente, da adequação dos países africanos às políticas e ideias neoliberais difundidos pelos países do centro do sistema capitalista, sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990 (ARRIGHI, 2002).

Essa interpretação nos parece relevante, nesse contexto, pois podemos perceber diversas semelhanças entre o período analisado por Arrighi (2002) e aquele analisado ao

longo deste trabalho. Dentre elas, cabe destacar a euforia vivida a respeito do desempenho econômico do continente africano em ambos os períodos, e a adoção, por parte da África, de políticas de orientação neoliberal como estratégia de desenvolvimento. As diversas críticas feitas à NEPAD – algumas das quais estão sintetizadas no terceiro capítulo deste trabalho –, nesse sentido, parecem ser relevantes. Ainda que em bases independentes e genuinamente africanas, a Parceria busca uma maior integração do continente à economia global, sem perceber, contudo, que o que falta ao continente não é participar da economia mundial – na qual a África já participa, mas em uma posição subordinada –, mas sim mudar o seu espaço de inserção, de forma a diminuir a distância existente entre os países africanos e os países centrais do sistema internacional – o que a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada no ideário neoliberal nos parece incapaz de fazer.

Nesse sentido, em consonância com a análise feita por Arrighi (2002), nos parece claro que o continente africano, ao mesmo tempo em que tem vivido uma melhora em seus indicadores socioeconômicos, tem visto aumentar cada vez mais, ao longo dos anos 2000, a distância que o separa do restante do mundo. Logo, a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada no ideário neoliberal parece, novamente, condenar a África a manter-se em uma posição periférica no sistema internacional. A NEPAD, assim, talvez contribua mais para que a África veja se repetir um período de “crescimento perverso”, sem permitir que o continente diminua, efetivamente, seu hiato de desenvolvimento em relação ao centro desenvolvido do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

African Union (AU). **African Peer Review Mechanism (APRM)**. 2017. Disponível em < <https://www.au.int/en/organs/aprm> >. Acesso em 11 mai. 2017.

African Union (AU). **Strengthening of health systems for equity and development in Africa: pharmaceutical manufacturing plan for Africa**. Third session of the African Union conference of ministers of health. 2007. 10p. Disponível em <https://www.unido.org/fileadmin/user_media_upgrade/What_we_do/Topics/Business__investment_and_technology_services/CUP/Pharma/Literature/Pharmaceutical_manufacturing_plan_for_Africa-English.pdf>. Acesso em 11 mai. 2017.

AKINOLA, Adeoye; NDAWONDE, Nompumelelo. NEPAD: talking from the South, governing from the West. **International Journal of African Renaissance Studies**, Johannesburg, v.11, n.2, p.38-51, 2016.

AKOKPARI, John. The OAU, AU, NEPAD and the Promotion of Good Governance in Africa. **EISA Occasional Paper**, n.14, 21p., 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects. **New Left Review**, v.15, p.5-36, 2002.

AYITTEY, George. NEPAD and Africa's Leaking Begging Bowl. **IEA Policy Analysis**, Accra, v.1, n.2, p.1-12, 2005.

BADIRU, Ibrahim. NEPAD and Foreign Direct Investment in Africa. **Journal of Management and Social Sciences**, [S.l.], v.5, n.2, p.15-31, 2016.

Banque africaine de développement (BAD), Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE), Programme des Nations Unies pour le développement (PNUD). **Perspectives économiques en Afrique 2017: Entrepreneuriat et industrialization**. 344p., 2017

BAYART, Jean-François. Africa in the World: a history of extraversion. **African Affairs**. London, v.99, n.395, p. 217-267, 2000.

BUJRA, Abdalla. Pan-African political and economic visions of development from the OAU to the AU: from the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD). **DPMF**, [S.l.], n.13, p.1-32, 2004.

CARMODY, Pádraig. **The New Scramble for Africa**. Cambridge/Malden: Polity, 2011.

CERVENKA, Zdenek. **The Unfinished Quest for Unity: Africa and the OAU**. London: Julian Friedmann, 1977.

CHABAL, Patrick. The quest for good government and development in Africa: is NEPAD the answer? **International Affairs** [S.l], v.78, n.3, p.447-462, 2002.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: The politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University, 1996.

CORNELISSEN, Scarlett; CHERU, Fantu; SHAW, Timothy (Eds). **Africa and International Relations in the 21st Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

d'ALMEIDA-TOPOR, Hélène. **L'Afrique au 20^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2003.

DE WAAL, Alex. What's new in the 'New Partnership for Africa's Development'? **International Affairs**, [S.l] n.78, v.3, p.463-475, 2002.

DeLANCEY, Virginia. The economies of Africa. In: GORDON, April A.; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap.5, p. 115-166.

DÖPCKE, Wolfgang. Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.45, n.1, 2002, p.146-155.

DURU, Emmanuel J.C. The New Partnership for Africa's Development (NEPAD) as a Development Strategy in Africa: Challenges and the Way Forward. **International Journal of Education, Science and Public Policy in Africa** Washington, v.1, n.1, 2011.

FLINT, John. Planned decolonization and its failure in British Africa. **African Affairs**. Oxford, v.82, n.328, 1983, p. 389-411.

FOMBAD, Charles Manga. The African Union, Democracy and Good Governance. In: MELBER, Henning (Ed.). **AU, NEPAD and the APRM Democratisation Efforts Explored**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2006, cap.2, p.9-39.

Food and Agriculture Organisation (FAO). **FAOSTAT**. 2017. Disponível em <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em 30 jun. 2017.

GORDON, Donald L. African Politics. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap. 4, p.61-114.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University, 2000.

HYDEN, Goran. **African Politics in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge, 2006.

ILIFFE, John. **Obasanjo, Nigeria and the World**. Rochester: James Currey, 2011.

International Monetary Fund (IMF). **Debt Relief Under the Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative**. International Monetary Fund Factsheet. 4p, 2017. Disponível em <<http://www.imf.org/About/Factsheets/Sheets/2016/08/01/16/11/Debt-Relief-Under-the-Heavily-Indebted-Poor-Countries-Initiative?pdf=1>>. Acesso em 30 jun. 2017.

International Trade Centre (ITC). **World Trade Map**. 2017. Disponível em <<http://www.trademap.org/Index.aspx>>. Acesso em 30 jun. 2017.

JONAS, Obonye. The quest to achieve African renaissance: reflections on NEPAD. **Journal of Pan African Studies** [S.l.], v.5, n.3, p.83-105, 2012.

KEYLOR, William R. **El Mundo del Siglo XX: la guerra fria entre las superpotências**. Buenos Aires: Docencia, 1997.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 25, p. 897-924.

LONGWE, Sara H. **NEPAD Reluctance to Address Gender Issues**. NGO Forum – African Centre for Democracy and Human Rights Studies (ACDHRS), 2002. 12p. Disponível em <http://www.sarpn.org/documents/d0000088/P95_Longwe.pdf>. Acesso em 11 mai. 2017.

MAMDANI, Mahmood. **Citoyen et sujet: l’afrique contemporaine et l’héritage du colonialisme tardif**. Paris: Karthala, 2004.

MANELISI; Genge, KORNEGAY, Francis; STEPHEN, Rule. Formation of the African Union, African Economic Community and Pan-African Parliament. **African Union and Pan-African Parliament: Working Papers**, 2000, 37p.

MARTIN, Guy. **Africa in world politics: a Pan-African perspective**. Asmara: Africa World Press, 2002

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MURITHI, Tim. Aid colonisation and the promise of African continental integration. In: ABBAS, Hakima. NIYIRAGIRA, Yves. **Aid to Africa: Redeemer or Coloniser?** Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazuka, 2009, cap.1, p. 1-12.

NDEDI, Alain. NEPAD and the Millennium Development Goals (MDGs): The Challenges of African Governments. **SSRN**, [S.l.], 2013.

NEPAD Planning and Coordinating Agency (NEPAD AGENCY). **NEPAD – A continental thrust: advancing Africa’s development**. 122p. 2011.

New Partnership for Africa’s Development (NEPAD). **About NEPAD: Governance**. 2017a. Disponível em <<http://www.nepad.org/content/about-nepad#gov>>. Acesso em 11 mai. 2017.

New Partnership for Africa’s Development (NEPAD). **PIDA Progress Report 2016**. 56p., 2016. Disponível em <<http://www.nepad.org/resource/pida-progress-report-2016>>. Acesso em 30 jun. 2017.

New Partnership for Africa’s Development (NEPAD). **Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA)**. 2017. Disponível em <<http://www.nepad.org/programme/programme-infrastructure-development-africa-pida>>. Acesso em 11 mai. 2017.

New Partnership for Africa’s Development (NEPAD). **The New Partnership for Africa’s Development**. Abuja, 2001. Disponível em <<http://www.dirco.gov.za/au.nepad/nepad.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2017.

New Partnership for Africa's Development (NEPAD). **The New Partnership for Africa's Development**. Disponível em < http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf>. Acesso em 01 dez. 2015.

NUGENT, Paul. **Africa since independence**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

O'TOOLE, Thomas. The Historical Context. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap. 3, p.25-60.

OLIVEIRA, Guilherme Z.; BARBOSA, Luisa C.; CARDOSO, Nilton C. Da Não Interferência da Organização da Unidade Africana à Não Indiferença da União Africana: Percepções Africanas sobre a Segurança do Continente. **Século XXI**. Porto Alegre, v. 5, n.1 p. 93-112, 2014.

OTÁVIO, Anselmo. Da contestação à responsabilidade mútua: uma análise entre o LPA e a NEPAD. **Monções: revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6, n.10, p. 196-218, 2017.

OTTOSEN, Halfdan. NEPAD's contribution to democracy and good governance in Africa. **International Institute for Democracy and Electoral Assistance**. [S.l.], 15p, 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAJI, Shittu. Africa and the Philosophy of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD). **Acta Universitatis Danubius, Communicatio**, [S.l.] v.10, n.2, p. 118-135, 2016.

SCHRAEDER, Peter J. African International Relations. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London: Lynne Rienner, 2013, cap. 6, p.167-206.

SILVA, André Luiz Reis da. Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008). **Ciências & Letras**. Porto Alegre, n. 44, p. 125-149, 2008.

TANGRI, Roger. **Politics in Sub-Saharan Africa**. London: James Currey and Heinemann, 1985.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul (Eds.) **Africa in International Politics**: External involvement on the continent. London: Routledge, 2004.

TAYLOR, Ian. **Africa Rising? BRICS – Diversifying Dependency**, Woodbridge/Rochester: James Currey, 2014.

THE ECONOMIST; **Hopeless Africa**. The Economist. 11 may 2000. Disponível em <<http://www.economist.com/node/333429>>. Acesso em 30 jun. 2017.

The Presidency NEPAD Nigeria (NEPAD NIGERIA). **ICT Broadband Infrastructure Programme/Network**. 2017. Disponível em <<http://www.nepad.gov.ng/index.php/programmes/ict-broadband-infrastructure-programme>>. Acesso em 11 mai. 2017.

UN Millennium Project (UNMP). **Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals**. Earthscan: New York, 2005.

UNITED NATIONS (UN). **Growth in United Nations membership, 1945-present**. New York, 2014a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/growth.shtml>>. Acesso em 11 jun. 2014.

United Nations Children’s Fund (UNICEF). **Levels & Trends in Child Mortality**. UNICEF, 2014, 36p. Disponível em <https://www.unicef.org/media/files/Levels_and_Trends_in_Child_Mortality_2014.pdf>. Acesso em 30 jun. 2017.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). **UNCTADStat**. 2017. Disponível em <<http://unctadstat.unctad.org/>>. Acesso em 30 jun. 2017.

VERSCHAVE, François-Xavier. **La Françafrique : le plus long scandale de la République**. Paris: Stock, 1998.

VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. Theory and Society**. California, v.3, n.4, p. 461-483, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis: an introduction**. Durham/London: Duke, 2004.

WORLD BANK (WB). **World DataBank**. Washington, 2017. Disponível em:

<<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

WORLD BANK. **World Data Bank**. 2017. Disponível em <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em 30 jun. 2017.

YOUNG, Crawford. The Heritage of Colonialism. In: HARBESON, John W.; ROTHCHILD, Donald (Eds). **Africa in world politics: reforming political order**. Boulder: Westview, 2009, cap. 2, p. 19-38.